Patrimônio Cultural Carioca:
uma análise da Rua da Carioca e o Bar Luiz

por

Ana Carolina Mendonça Oliveira,
Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 2 – ***MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

Orientador: Professora Doutora Priscila Faulhaber Barbosa

UNIRIO/MAST - RJ, Julho de 2024.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Patrimônio Cultural Carioca: uma análise da Rua da Carioca e o Bar Luiz

Dissertação de Mestrado de Ana Carolina Mendonça Oliveira submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa
(Orientador - PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Profa. Dra. Helena Cunha de Uzeda
(Membro Interno - PPG-PMUS, UNIRIO/MAST)

Profa. Dra. Caroline Martins de Melo Bottino
(membro externo – UERJ)

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2024.

Oliveira, Ana Carolina Mendonça
O Patrimônio Cultural Carioca: uma análise da Rua da Carioca e o Bar Luiz / Ana Carolina Mendonça Oliveira. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2024.
105

Orientadora: Priscila Faulhaber Barbosa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, 2024.

1. Patrimônio. 2. Rua da Carioca. 3. Bar Luiz. I. Barbosa, Priscila Faulhaber, orient. II. Título.

Agradecimentos

Ao Nicolas, por dividir o colo com as loucuras da mãe.

Ao Thiago por embarcar nelas comigo sem titubear.

RESUMO

OLIVEIRA, Ana Carolina Mendonça. **Patrimônio Cultural Carioca: uma análise da Rua da Carioca e o Bar Luiz.** Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

A pesquisa partiu do fio condutor que existe entre o patrimônio, a Rua da Carioca e o Bar Luiz. A investigação partiu do referencial sobre o tema e sua interface com os estudos sobre turismo, cidade e sociabilidade, para então de debruçar sob documentos e referências ao Bar Luiz na hemeroteca digital. Complementarmente, uma análise do cenário atual passando por políticas públicas voltadas para o turismo e o centro da cidade como: Patrimônio Cultural Carioca, Reviver Centro e Rua da Cerveja.

Palavras-chave: **Patrimônio; Rua da Carioca; Bar Luiz**

ABSTRACT

OLIVEIRA, Ana Carolina Mendonça. **Carioca Cultural Heritage: an analysis of Rua da Carioca and Bar Luiz.** Orientador: Priscila Faulhaber Barbosa. UNIRIO/MAST. 2024. Dissertação.

The research started from the common thread that exists between the heritage site, Rua da Carioca and Bar Luiz. The investigation started from the reference on the topic and its interface with studies on tourism, city and sociability, to then look at documents and references to Bar Luiz in the digital newspaper library. In addition, an analysis of the current scenario including public policies aimed at tourism and the city center such as: Patrimônio Cultural Carioca, Reviver Centro and Rua da Cerveja.

Keywords - **Heritage; Rua da Carioca; Bar Luiz**

.

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

AAM - Associação Americana de Museus

ABM – Associacao Brasilliera de Museologia

AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

AMICO - *The Art Museum Image Consortium*

AMOL - *Australian Museums on Line*

COFEM - Conselho Federal de Museologia

CONAC - Conselho Nacional de Cultura, Venezuela

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CMA - Associação Canadense de Museus

CPC - Comissão de Patrimonio Cultural - USP

FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização Mundial para a Agricultura e Alimentação)

FBCN - Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

FUNDEF - Fundación de Etnomusicología y Folklore

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICA - Conselho Internacional de Arquivos

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOFOM - *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOFOM LAM - Organização Regional do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM) para a América Latina e o Caribe

ICOMOS – Conselho Internacional de Sítios e Monumentos

ICCROM – Centro Internacional para a Preservação e o Estudo de Patrimônio Cultural

IPC – Instituto del Patrimonio Cultural, Venezuela

IPHAN – Instituto de Patrimonio Artístico e Histórico Nacional

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MAB – *Man and the Biosphere Program* (Programa Homem e Biosfera)

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MINC – Ministério da Cultura

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MNAM - *Musée National d'Art Moderne*, França (Museu Nacional de Arte Moderna)

NARCISSE - Network **R**esearch **C**omputer **I**mage **S**ystem**S** in **E**urope

OEA – Organizacao dos Estados Americanos

OCEI – Oficina Central de Estadísticas e Informática, da Venezuela

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Gráfico de sinalização das Placas do Patrimônio Cultural Carioca. 27
Figura 2: Reportagem do Jornal do Brasil de 1942. Acervo: Hemeroteca Digital. 49
Figura 3: Reportagem do Jornal do Brasil de 1980. Acervo: Hemeroteca Digital. 50
Figura 4: Reportagem do Jornal do Brasil de 1983. Acervo: Hemeroteca Digital. 51
Figura 5: Reportagem do Jornal do Brasil de 1979. Acervo: Hemeroteca Digital. 51
Figura 6: Reportagem do Jornal do Brasil de 1984. Acervo: Hemeroteca Digital. 52
Figura 7: Reportagem do Jornal do Brasil de 1985. Acervo: Hemeroteca Digital. 53
Figura 8: Reportagem do Jornal do Brasil de 1988. Acervo: Hemeroteca Digital. 53
Figura 9: Reportagem do Jornal do Brasil de 1989. Acervo: Hemeroteca Digital. 54
Figura 10: Reportagem do Jornal do Brasil de 1990. Acervo: Hemeroteca Digital. 55
Figura 11: Reportagem do Jornal do Brasil de 1993. Acervo: Hemeroteca Digital. 55
Figura 12: Reportagem do Jornal do Brasil de 1994. Acervo: Hemeroteca Digital. 56
Figura 13: Reportagem do Jornal do Brasil de 1999. Acervo: Hemeroteca Digital. 57
Figura 14: Reportagem do Jornal do Brasil de 2004. Acervo: Hemeroteca Digital. 58
Figura 15: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital. 59
Figura 16: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital. 60
Figura 17: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital. 61
Figura 18 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2004. 67
Figura 19 - Reportagem do Jornal do Brasil de 1987. 68
Figura 20 - Reportagem do Jornal do Brasil de 1987. 69
Figura 21 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2006. 70
Figura 22 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2004. 70

Sumário

INTRODUÇÃO 1
CAPÍTULO 1 13
PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA 13
1.1 SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, VALORES E LUGAR 16
1.2 DE BAR EM BAR 23
1.3 TURISMO 29
1.3.1 Circuito do Patrimônio Cultural Carioca 30
CAPÍTULO 2 39
RUA DA CARIOCA, 39 39
2.1 Panorama 41
2.2 Rua da Carioca 44
2.3 Bar Luiz 47
CAPÍTULO 3 62
O LUGAR DO AUTÊNTICO 62
3.1 Sociabilidade: questões da porta para dentro e da porta para fora 71
3.2 Rua da Cerveja 73
CONCLUSÕES 77
REFERÊNCIAS 81
LEGISLAÇÕES 88
ANEXOS 90

INTRODUÇÃO

Uma cidade é composta de infraestrutura urbana, habitações, estabelecimentos comerciais, espaços públicos, mas também de pessoas, memórias, aspirações, sonhos e desilusões de várias gerações que percorreram suas ruas. Essa diversidade deixou marcas que estão na dança, no futebol, na fé, nas brincadeiras de rua, na alimentação e nas relações afetivas, por exemplo. Nesse sentido, esses traços inscrevem o homem no tempo e no espaço, pois, como Le Breton escreve, “o homem está afetivamente presente no mundo” (LE BRETON, 2009, p. 9).

É importante observar, ainda, que, de modo complementar existe uma relação de reciprocidade identificada por La Rocca (2015) entre a cidade e as pessoas. Ele pontua que “um não pode existir sem o outro e que, se a cidade molda os indivíduos com a especificidade de seus espaços, os indivíduos, com suas produções estilísticas e vivências dentro e, através do espaço, conotam as características de uma cidade” (LA ROCCA, 2015, p.173). Dessa forma, a vitalidade das cidades é, em parte, resultado da mistura de usos, do cotidiano, das afetividades e da memória acumulada daqueles que por ela passaram.

Esse caráter múltiplo da cidade transforma o exercício de ler a cidade em algo potencialmente sem um resultado objetivo, uma vez que ela, nessa perspectiva, se apresenta como um imbricado de fios em uma complexa trama. Todavia, existe nesse emaranhando um incrível potencial metodológico, uma vez que a clara e honesta elaboração de um eixo de observação dessa cidade, resulta em uma chave de leitura de diversas e possíveis narrativas da cidade.

De modo particular a pesquisa propõe a observar a cidade do Rio de Janeiro a partir de seu patrimônio cultural, particularmente, os bares tradicionais e o complexo tecido que permeia esse lugar de encontros cotidianos, de fruição, de trabalho, de visitação, de uma disputa de valores, de conflitos e de políticas públicas. Para tanto estão postas algumas perguntas centrais como: Quem são os frequentadores dos bares tradicionais? Por que frequentam? De que forma os agentes do turismo se apropriam dos bens culturais em geral e dos bares tradicionais em particular? Existem diferenças nas proteções do patrimônio cultural? Quais os impactos dessas diferenças? Como impedir que o os bares tradicionais se afastem da práxis e se reduzam a representação?

A hipótese de partida é de que os bares tradicionais registrados pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro têm o potencial de estabelecerem uma relação dialética entre o cotidiano e a representação, de serem a um só tempo “lugares cotidianos” e “lugares viajantes” na definição de Rogério Haesbaert.

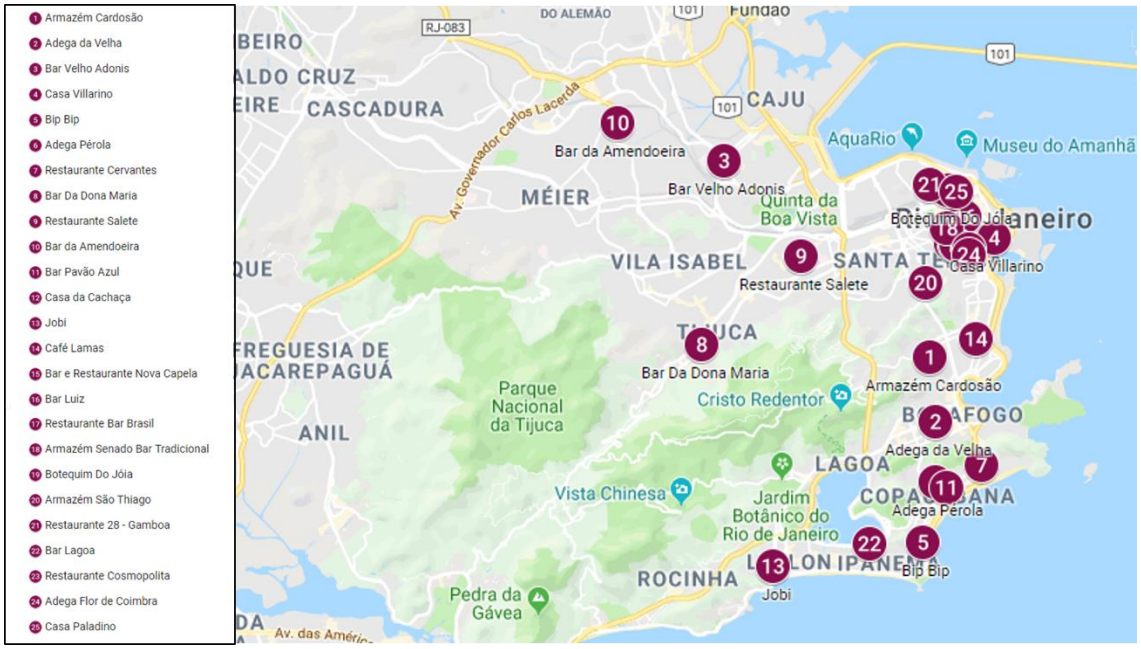
Assim a investigação propõe um percurso metodológico que tenha como fio condutor o patrimônio cultural. Isso porque a pesquisa se apropria da metáfora do fio vermelho utilizada por Goethe, para investigar a trama em que está imbricado o fio do patrimônio cultural. No romance As afinidades eletivas, Goethe faz uso da metáfora em referência ao fio vermelho que “passa através do diário de Ottillie, um fio de amor e de ternura que liga e caracteriza o conjunto” (GOETHE, 1954, p. 264). No romance, Goethe destaca, ainda, que segundo uma lenda da Marinha Inglesa haveria um fio vermelho em toda corda utilizada pela marinha, e que, sem esse fio vermelho, a corda se desfaz por completo. Nesse sentido o fio seria responsável, fundamentalmente, por manter a unidade da corda e por representar o controle da família real inglesa.

Seguindo essa linha é possível deferir que o fio é aquilo que identifica a corda; que garante que ela seja uma corda; e, ainda que se trate de fibras têxteis heterogêneas, elas são caracterizadas em sua unidade de tal modo que nem mesmo o menor dos fragmentos de corda possa ser compreendido senão pelo modo como ele se integra e adere ao fio vermelho. De modo complementar, a analogia encontra eco na proposta metodológica de análise do patrimônio identificada por Meneses ao pontuar que (2012) “é preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam inicialmente definir seu potencial de interlocução, começando sempre pelos interlocutores locais” (MENESES, 2012, p.30).

Assim destaco alguns fios imbricados nessa complexa trama: moradores da cidade; frequentadores dos bares; proprietários; trabalhadores do setor de A&B; turistas e visitantes, do segmento de turismo cultural; agentes do turismo. Os decretos[1] identificam os Bares Tradicionais, localizados em diferentes bairros do Rio, que foram escolhidos por serem “locais de convivência democrática, que traduzem o ‘espírito’ carioca de comemorar, de reunir, de festejar”. A imagem a

[1] Decreto nº 34869 de 5 de dezembro de 2011 e decreto nº 36605 de 11 de dezembro de 2012.

seguir ilustra a localização dos vinte e cinco bares registrados. Embora a pesquisa esteja restrita a Rua da Carioca e, consequentemente, ao Bar Luiz.



Mapa 1: Mapa de Bares Tradicionais da Cidade do Rio de Janeiro | Fonte: Autoria própria (2020)

Para avançar na pesquisa existem alguns conceitos chave que também foram incorporados e/ou mais bem apropriados ao longo do semestre. Um exemplo é o conceito de *lugar-encontro*, na perspectiva trabalhada por Haesbaert (2017) em Por amor aos lugares, uma abordagem de lugar que se aproxima da tradição anglo-saxã de um lugar não somente identitário e relacional, mas que também considere os aspectos históricos e de poder. Indo além, o geógrafo faz uma distinção importante, para a abordagem proposta, entre o lugar cotidiano e lugar viajante. Isso porque os bares tradicionais têm o potencial para serem a um só tempo lugar cotidiano e lugar viajante. O que leva a outro conceito relevante incorporado a pesquisa sobre a relação entre o patrimônio, *práxis* e representação. Sobre os conceitos Meneses (2012) destaca que a prática está territorializada na cidade e não está, necessariamente, interessada em comunicar ao outro. Enquanto a representação é um espetáculo pensado para o outro ver e que está desterritorializado da cidade. Nesse sentido, o risco está em “o uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas” (MENESES, 2012, p. 29).

É importante, nesse sentido, compreender o patrimônio cultural da cidade não como mero pano de fundo ou contextualização de uma cidade, mas sim como parte pulsante do que Renato Cordeiro Gomes (2008) chama de Livro de Registro da Cidade. Nele estariam a produção e o conteúdo da cidade registrados tendo como base documentos, inventários, mapas, fotos, caricaturas, crônicas e a literatura, por exemplo. Para ele através desses vetores a cidade é “inscrita enquanto texto, lugar sígnico do mundo dos discursos, do material e do político” (GOMES, 2008, p.23). Gomes, em referência a Ítalo Calvino, destaca ainda que no livro de registro da cidade está presente toda a tensão entre a racionalidade geométrica e o emaranhado da existência humana.

De modo complementar, a vitalidade urbana também é produto dessa tensão e dialoga de forma direta com a diversidade de usos da cidade. Indo além, em uma análise sobre as ruas Jane Jacobs (2011, p. 41) destaca que quanto mais o número de estranhos em uma rua, mais divertida ela pode ser, na sequência ela pontua que “as cidades não apenas têm espaço para essas diferenças e outras mais em relação a gostos, propósitos e ocupações; também precisam de pessoas com todas essas diferenças de gostos e propensões” (2011, p. 42).

Assim, a pesquisa se desenrola seguindo o fio vermelho do patrimônio cultural na trama urbana da cidade, local de tensões e disputas propondo uma leitura urbana que reflita a analogia utilizada por Ítalo Calvino ao escrever que “o cristal é forjado pela chama”. Na referência, a racionalidade geométrica é o cristal e o emaranhado das existências humanas assume o corpo da chama, de modo que “não há possibilidade de leitura da cidade que possa se ater em apenas uma única esfera de representação - se faz necessário uma leitura que coadune os dois elementos” (PATROCÍNIO, 2013, p.34).

Nesse sentido, é importante reafirmar, que a presente pesquisa compreende a cidade como um discurso, e elaborar um léxico de significações para ela é uma tarefa absurda nos termos de Barthes (1985). Por exemplo, a um bairro central - zonas exaustivamente estudadas do ponto de vista sociológico - podem-se atribuir diversas funções, em uma lista que deve ser constantemente completada, enriquecida, e, ainda assim, esta representará apenas um nível elementar das representações da cidade (BARTHES, 1985). Isso porque “a cidade fala aos seus

habitantes, nós falamos a nossa cidade, a cidade onde nos encontramos" (BARTHES, 1985 p.184).

Assim, é importante levar em conta que as informações levantadas a partir da análise de aspectos culturais, de modo particular do patrimônio, são uma "forma de compreender como a sociedade se organiza" (FORTUNA; SILVA, 2002, p. 6). Isso porque a cultura, em suas diversas manifestações e concepções, tem uma espacialidade própria. Essa espacialidade diz respeito tanto ao sentido físico restrito, como museus, teatros e bens, quanto e, sobretudo, a uma espacialidade social e política (FORTUNA; SILVA, 2002).

Dessa forma, é mister pontuar que a rua possui estreitos vínculos com a cultural local, entendida, aqui, como esse complexo de saberes e práticas que orientam as práticas de vida de diferentes grupos. É importante considerar, ainda, que a cultura não é um fator neutro. Ao contrário, ela é parte considerável na gestão de cidades. A partir daí, é importante notar como as políticas culturais vêm ocupando as agendas públicas, particularmente em sua relação com as transformações urban.

Destaca-se, ainda, que as cidades contemporâneas são sinônimas de heterogeneidade social e cultural, pois apresentam uma enorme diversidade de estilos e comportamentos sociais. No entanto, isso não as torna menos segregadoras e desiguais política e socialmente, pelo contrário. Mas é exatamente por isso que dela "emergem narrativas diversas que ora põem em evidência a desorientação dos sujeitos e a perda do sentido de lugar, ora celebram o seu potencial democrático e emancipatório" (FORTUNA; SILVA, 2002, p.423).

Dessa forma, a discussão que está posta passa pela cidade compreendida como um bem cultural. O conceito é tratado aqui na perspectiva apresentada por Meneses (2006), como uma cidade marcada por sentidos e valores, apropriada pela memória, consumida afetiva e identitariamente.

> É bom ter presente que a cidade (qualquer que seja seu conteúdo histórico específico) deve ser entendida segundo três dimensões solidariamente imbricadas, cada uma dependendo profundamente das demais, em relação simbiótica: a cidade é **artefato**, é **campo de forças** e é **imagem** (MENESES, 1996, p.148-149) (grifo meu)

De modo complementar, é necessário destacar que na cidade existem territórios em disputa, onde estão em jogo lugares de memória[2], confrontos de narrativas, permanências, rupturas, estratégias de afirmação, vozes que são amplificadas e outras, silenciadas. Afinal, a história da cidade também está nessa disputa de significados e no conflito, por exemplo, da informalidade que deve se submeter a um projeto civilizatório de enquadramento. Assim, Silva (2012) considera que identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com a relação de poder, de modo complementar ele avalia que, a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Essa compreensão vai com encontro de uma reflexão proposta por Walter Benjamim (Lowy, 2005) em uma das teses sobre o conceito da história, ao evocar a necessidade de enxergar e narrar a história a contrapelo, de forma abrangedora e múltipla. Assim, a premissa da presente pesquisa é de que percorrer a cidade também é, também, narrá-la a contrapelo. E que qualquer esforço de ler uma identidade única, totalizante na cidade é vão e arbitrário. Isso porque, o ambiente urbano deve ser reconhecido como espaço da alteridade, do encontro com o outro. De modo complementar e bem-humorado, Jacobs destaca que “se todos os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia” (2011, p. 60).

Nesse sentido o interior dos bares se aproxima das calçadas que, tal qual observado por Jacobs (2011, p. 60) “reúnem pessoas que não se conhecem socialmente de maneira íntima, privada, e muitas vezes nem se interessam em se conhecer dessa maneira”. Nesse sentido, se as cidades por um lado empurram sujeitos para dentro de uma engrenagem homogeneizantes, por outro são, ainda, um convite as diversas formas de fraturas e resistências. Isso porque existe uma relação íntima que pode ser estabelecida, a partir da leitura da Jane Jacobs (2011), entre a diversidade e vitalidade urbana. Nesse sentido tão mais cheia de vida será a cidade, quão mais diversas e múltiplas forem as leituras das cidades e do balé de suas calçadas. De forma complementar, ela destaca que a diversidade urbana é uma mistura de acaso com caos e que está é a melhor estratégia para ligar com o que ela convencionou chamar de a grande praga da monotonia.

[2] Lugares de memória para Nora (1993) são mais do que o mero registro de um local. É onde a dimensão simbólica está inscrita no próprio registro.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram definidos os seguintes objetivos:

Geral

- Identificar como/se a patrimonialização da Rua da Carioca influencia na relação dos diferentes atores com os bens;
- Investigar as tensões entre a proteção ao Bar Luiz, o cotidiano dos moradores e o acesso de turistas e visitantes;

Específicos

- Documentar os processos de registro e proteção da Rua da Carioca;
- Identificar os diversos componentes da complexa trama imbricada no tecido dos bens culturais;
- Construção de mapas analíticos, espacializando e contextualizando os bares tradicionais.

A pesquisa espera contribuir para discussão e análise das tensões existentes entre o patrimônio cultural, o turismo e a cidade. O tema é atual e necessário inclusive por seus desdobramentos na cidade e no cotidiano. Ele é particularmente sensível em um momento de reflexão sobre usos da cidade, formas de sociabilidade e crescimento dos serviços de delivery, por exemplo. Se some a isso os outros fios envolvidos e processo e brevemente identificados anteriormente. As disputas e tensões envolvidas não deixaram de existir em um momento de pandemia, ao contrário, e a elas se somam novos ingredientes.

Nesse sentido, o Patrimônio Cultural Carioca é parte de um esforço de registro e posterior sinalização. Ele se traduz em bares, gêneros musicais, obras literárias, torcidas de futebol e blocos carnavalescos, por exemplo. São ao todo 54 decretos editados a partir de 2003 até o momento[3]. Assim os Bares receberam o

[3] A responsabilidade é do Instituto do Patrimônio da Humanidade registra e identifica os Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem “Patrimônio Cultural Carioca”. Os registros são categorizados entre: Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Registro das Atividades e Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e Registro dos Lugares, onde serão inscritos as áreas urbanas, as praças, os locais e demais espaços onde se

título por serem considerados "locais de convivência democrática que traduzem o "espírito" carioca de comemorar, de reunir, de festejar". A partir daí, foram escolhidos bares que mantêm a tradição de servir o chope ou a cerveja estupidamente gelada acompanhada de famosos tira-gostos. Cabe um destaque, nessa complexa trama, para o decreto nº 39797 de 1º de março de 2015, que declara em seu artigo primeiro a “condição carioca” ou a “carioquice” também como Patrimônio Cultural Carioca. O texto trata de forma idílica e distante uma cidade que, em seu cotidiano, é repleta de mazelas, fissuras e disputas[4].

Assim, a abordagem proposta espera contribuir no avanço de uma reflexão sobre história/histórias também em escala humana, da calçada, do balcão do bar. Para tanto, a metodologia investigativa da microescala de Ginzburg (2007) é, além de útil, um contraponto a uma história serial que ignora o individual em nome da cientificidade. O que, por outro lado, não significa um antiuniversalismo, ou seja, “a convicção de que a minha verdade vale tanto quanto a tua, independentemente das provas apresentadas” (GINZBURG,2007, p. 157). Para ele esse emaranhado de fios e rastros são parte da sombra projetada, ao longo dos séculos e que reside aí uma importância investigativa para reconhecer quando a realidade e ficção de emaranham. Acrescentaria, ainda, que é importante se questionar sobre as razões e condições desse emaranhamento.

A proposta para o percurso metodológico desta pesquisa começa com a revisão bibliográfica sobre os seguintes eixos: patrimônio cultural, cidade, cotidiano e turismo. Para tanto, a construção do referencial dialoga com teóricos como: Meneses, Choay, Jeudy, Lynch, Ferrara, Edwards, Benjamin, Urry e Coriolano. Esse arcabouço empírico e teórico é fundamental para uma leitura articulada e crítica dos fenômenos. Em um segundo momento, é realizada uma pesquisa dos

concentram e se reproduzam práticas culturais coletivas. O decreto que nº 23162 de 21 de julho de 2003 que institui o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem “Patrimônio Cultural Carioca” afirma que “Poderão ser reconhecidas como sítio cultural carioca as áreas de relevante interesse para o patrimônio cultural da cidade”

[4] Trecho da justificativa do decreto: CONSIDERANDO que neste lugar, a Cidade do Rio de Janeiro, surgiu uma civilização buscando inventar novos hábitos, costumes, saberes, técnicas, crenças e valores, inspirada pela relação rara e harmônica entre natureza e ocupação humana, e que sobre este lugar repousou por muito tempo a benção e o fardo de simbolizar a nação brasileira; (...) CONSIDERANDO a luta histórica por afirmação desta sociedade neste território, buscando valores de justiça, igualdade, fraternidade, liberdade, mas, especialmente, temperada pela felicidade e pela alegria (Prefeitura do Rio de Janeiro, Decreto nº 39797, 2015)

locais identificados como Patrimônio Cultural Carioca, que serão especializados em um mapa organizado entre as áreas de planejamento (APs). O objetivo é organizar as análises sobre a conformação dos espaços urbanos sinalizados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, de modo a realizar a contextualização do momento histórico e urbano da cidade. Dessa forma, será possível tecer análises sobre as mudanças na relação da cidade com o seu patrimônio cultural e a apropriação desses locais para a atividade turística.

Nesse cenário, o mapeamento cultural é um recurso que permite o levantamento de informações extremamente diversas, que podem ser tratadas com um direcionamento específico para o entendimento de como a cultura e os elementos a ela agregados se expressam, por exemplo, em dados, estruturas de organização social, entre outros aspectos (SOARES, 2010). As informações levantadas a partir da análise de aspectos culturais são uma "forma de compreender como a sociedade se organiza" (idem, p. 6). Isso porque a cultura, em suas diversas manifestações e concepções, tem uma espacialidade própria. Essa espacialidade diz respeito tanto ao sentido físico restrito, como museus e teatros, quanto e, sobretudo, a uma espacialidade social e política (FORTUNA; SILVA, 2002). Soares (2010), em uma referência ao livro *Maps of meaning,* de Peter Jackson[5], destaca ainda que a cultura é o mapa de significados através do qual o mundo é compreendido[6].

Esse entendimento do mapeamento cultural como ferramenta se consolida e culmina na produção da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), elaborado pelo Iphan (2000). Ela foi desenvolvida com o intuito de "produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social" (IPHAN, 2000). Assim, o objetivo geral é "identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira" (IPHAN, 2000).

---

[5] JACKSON, P. Maps of meaning: an introduction to cultural geography. London: Unwin Hyman, 1989.

[6]Cabe pontuar, no entanto, que variações no uso de termos como mapa e mapeamento podem gerar distorções. Muitas vezes, o termo mapeamento cultural é utilizado como um sinônimo para estudar o universo simbólico de uma determinada cultura e sua relação espacial (SOARES, 2010). Entretanto, para Soares (2010), o termo mapeamento deve ser entendido como uma pesquisa que realmente resulte em um mapa.

É importante considerar que essa multiplicidade não significa o esforço, vão, de enumerar a trajetória de cada indivíduo, mas que é necessário reconhecer o fato de que existem outras realidades igualmente presentes, com suas próprias histórias. Para tanto, ela propõe espacializar essas subjetividades.

Complementarmente, e com o intuito de ancorar o Bar Luiz e a Rua da Carioca nesse processo histórico, foi realizada uma busca e análise das referências ao Bar Luiz em periódicos da cidade e, consequente identificação dos atores envolvidos ao longo do tempo. A consulta foi realizada nos periódicos cariocas disponíveis na Hemeroteca Digital, sendo parte do acervo da Biblioteca Nacional.

Dentre os desafios de trabalhar com periódicos, o trabalho de Pesavento (2003) foi central no sentido de avaliar que as representações dão significado ao mundo e que por meio delas também se constroem as identidades. Nesse sentido, a representação assume um lugar de realidade sem, no entanto, a representar por completo. Pesavento (2003) assim define o papel da História Cultural: “a História Cultural se toma, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado.” (Pesavento, 2003, p. 41).

Como forma de estruturar a abordagem da pesquisa, os capítulos estão organizados da seguinte forma:

Capítulo 1, se dedica a reflexão e análise das dinâmicas do patrimônio na cidade, ancorada em teóricos como Benjamin, Choay, Sampaio e Meneses. Ainda no capítulo, a perspectiva singular desses teóricos é a chave de leitura pela qual no aproximamos das discussões sobre valor e turismo.

Complementarmente, o capítulo 2, especializa a discussão tendo o foco na Rua Carioca e no Bar Luiz, como casos sui generis da discussão proposta na dissertação.

Como materialização das reflexões propostas anteriormente, o capítulo 3 é dedicado a reflexão das contribuições da museologia para a análise, principalmente a partir das discussões contemporâneas sobre o Patrimônio Cultural Carioca e o projeto Reviver Centro, com sua recém-lançada proposta de transformar a Rua da Carioca na “Rua da Cerveja”.

CAPÍTULO 1
PATRIMÔNIO CULTURAL CARIOCA

De acordo com a definição aprovada em 24 de agosto de 2022, durante a Conferência Geral do ICOM[7] em Praga:

> Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos. (Conferência Geral do ICOM, 2022).

Esta é a mais nova definição de museu realizada a partir de uma votação. Houve uma longa e controvérsia discussão. Uma escolha delicada diante da diversidade cultural das nossas sociedades.

Ainda sobre o novo conceito de museu, se destaca a importância dos termos, agora, inseridos: acessíveis, inclusivos, diversidade e sustentabilidade. E, apesar de todos os avanços e retrocessos pelos quais a humanidade passa, podemos acreditar na força dessas palavras para que mudanças realmente avancem no seio da sociedade mesmo que de forma gradual.

Complementarmente, o termo museologia apresenta cinco acepções distintas. Isto, por ser uma disciplina em formação e depender de tradução, neste caso, encontrar o sentido dos termos em diferentes sociedades. Mas, etimologicamente, significa “o estudo do museu” (Desvallées e Mairesse, 2013).

Das cinco acepções, duas são aqui abordadas, a “primeira acepção, e a mais disseminada, visa a aplicar, muito amplamente, o termo “museologia” a tudo aquilo que toca ao museu e que remete, geralmente, no dicionário, ao termo “museal.” (Desvallées e Mairesse, 2013 p. 61)

Da mesma forma que a museologia, o termo patrimônio possui diferentes acepções. Dentre elas a proposta por Françoise Choay (2006) ao considerar que o termo está intrinsecamente atrelado a algum bem legado para gerações futuras.

Assim, inicialmente, ligado às estruturas familiares das sociedades patriarcais, o conceito de patrimônio foi ressignificado na atualidade, indicando que determinado bem possui valores intrínsecos e extrínsecos, atribuídos por

[7] O Conselho Internacional de Museus – ICOM foi criado em 1946. Ele é uma organização não governamental (ONG) que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo status consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU.

determinada coletividade e que, por isso, merece ser preservado à posteridade (Choay, 2006, p. 11).

Para melhor compreender as diferenças que há nas denominações de patrimônio, é importante saber que a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que foi elaborada e adotada, a partir de 1972, em Paris (França), pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e ratificada pelo Decreto Nº 80.978, de 12/12/1977, apresenta e distingue dois conceitos: a composição de patrimônio cultural e a formação do patrimônio natural.

Tempos depois, a Carta Magna do Brasil, de 1988, estabelece em seu Artigo 215, inciso I a "defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro". E, na sequência, em seu Artigo 216, estabelece que "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988).

É importante considerar que "os diferentes contextos culturais em que as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo" (IPHAN, 2014, p.22).

É importante destacar que a premissa da função social do museu, está em consonância com os direitos que qualquer ser humano de qualquer comunidade detém e que estão evidenciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

> Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. (Artigo 27 Item 1, 1948)

Por outro lado, para Scheiner (2015), do ponto de vista teórico é possível perceber o museu como um fenômeno com as seguintes características: liberdade, pluralidade e a sua potencialidade como instância de produção de conhecimento constante. Nesse sentido, da perspectiva social, o museu pode apresentar-se como uma instituição (tal qual a família, a igreja, o Estado, o teatro) que apreende, ressignifica e reapresenta as manifestações percebidas e/ou valorizadas como patrimônio.

Dito isso, é importante considerar que não existe um modelo único de museu, uma vez que ele "não é uma coisa única, mas o nome genérico dado a um conjunto de manifestações do indivíduo e das diferentes coletividades, em

diferentes tempos e espaços” (Scheiner, 1998, p. 162). A autora destaca que a museologia, por sua vez, corresponde a um campo de caráter transdisciplinar, amalgamado ou transpassado por outras ciências, dedicada ao estudo da relação específica entre o homem e o real, tendo como objeto de estudo o fenômeno museu. Nesse contexto “O museu adquire, portanto, o papel de comunicador, uma vez que coloca em discussão a necessidade de estabelecer outras formas de negociação com o público que considerem esses aspectos” (Souza, 2022, p. 46).

1.1 SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, VALORES E LUGAR

Existe uma tensão inerente ao processo de patrimonialização e, dentre as forças envolvidas, uma dimensão importante diz respeito a relação entre valores e lugar. Ulpiano Meneses no texto da transcrição de sua conferência “O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas” (MENESES, 2012) traz uma importante contribuição sobre a questão dos valores atribuídos ao patrimônio cultural, como uma reflexão provocativa para se repensar a matriz de valores que deveria nortear o trabalho de especialistas. O autor faz referência a uma caricatura que dá o tom do debate e os conflitos presentes entre essa sobreposição de lugares cotidiano e lugares viajantes. No texto ele descreve um cartum:

> Nessa imagem, no interior hierático, solene e penumbroso de uma catedral gótica (Chartres), aparece uma velhinha encarquilhada, de joelhos diante do altar-mor, profundamente imersa em oração. Em torno dela, a contemplá-la interrogativamente, dispõe-se um magote de orientais, talvez japoneses. A presença de um guia francês nos permite considerar que se trata de turistas em visita à catedral. O guia toca os ombros da anciã e lhe diz: - "Minha senhora, a senhora está perturbando a visitação". Eis um retrato impressionante da perversidade de certa noção de patrimônio cultural vigente entre nós. (MENESES, 2012, p. 26)

No texto ele segue a análise sobre valores, identificando a velhinha como moradora da cidade e para quem aquele lugar é parte de seu cotidiano. Nesse sentido, a atividade dela seria territorializada, em contraposição à dos turistas para

quem a visita a catedral seria desterritorializada (MENESES, 2012). Indo além, ele destaca que, potencialmente, a apropriação da velhinha é (i) afetiva, (ii) estética pelos estímulos ambientais e (iii) cognitiva, na medida em que mesmo não sendo especialista em “arquitetura gótica do século XII” ela possivelmente compreende a antiguidade do espaço, as experiências acumuladas ali e o papel daquele lugar para sua cidade e comunidade (MENESES, 2012). Meneses (2012) explora ainda o quanto “bem cultural” para ela é efetivamente um bem, no sentido de ser algo bom. Boa de vivenciar e algo bom no sentido de sua utilidade.

Por outro lado, a relação dos turistas com o lugar está ligada a contemplação da catedral e a mediação do guia. Para eles a cultura, ou o bem cultural pode aparecer como um domínio à parte na vida (MENESES, 2012).

Portanto,

> É preciso introduzir outros critérios para avaliar os círculos concêntricos de pertinência e interesse do bem, que possam antes de mais nada definir seu potencial de interlocução. A grade referência deveria ser esse potencial de interlocução, começando sempre com os interlocutores locais. (MENESES, 2012, p. 30)

Em outro texto, Meneses destaca o risco de, nesse cenário o patrimônio ser fetichizado o que, nas palavras dele, significa o “deslocamento de sentidos das relações sociais (...) para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e neutralidade” (1998, p. 91). Trata-se dos bens que Choay (2006, p. 211) definiu criticamente como “produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” frequentemente pelo *trade* turístico.

Assim, o ponto em comum entre a velhinha, os turistas e o guia é o fato de estarem no mesmo lugar, muito embora se relacionem de forma distinta com ele, tendo em vista os valores atribuídos ao lugar pelos sujeitos. O livro de Rogério Haesbaert (2017) que fomentou a provocação central da tese, ou seja, a possibilidade de existirem “lugares cotidianos” e “lugares viajantes” coloca o conceito de lugar numa posição de destaque na tese e dialoga com a reflexão de Meneses.

É importante destacar que a noção de lugar compreendida tanto na presente tese quanto pela leitura realizada por Haesbaert (2017) está ancorada da

perspectiva de Massey (2000) no já clássico “Um sentido global de lugar”, onde a autora faz uma defesa de um sentido “progressista de lugar”. Para ela, o lugar tem um sentido potencialmente reacionário e outro progressista, o primeiro é problemático uma vez que entende que o lugar tem identidade singular e essência, ou seja, exige um “traçado” de fronteiras e, consequentemente, um nós *versus* um eles (MASSEY, 2000). Ela destaca que essa noção reacionária dialoga profundamente com localismos e nacionalismos, mas que é preciso pensar um sentido de lugar que seja mais adequado aos dias atuais e que para tanto é necessário construir uma noção progressista de lugar. Um lugar entendido como processo e não estático. Principalmente porque lugares não tem identidades únicas, e são repletas de conflitos internos. Assim a especificidade de um lugar é constantemente construída (MASSEY, 2000). Ou seja, um sentido de lugar que se constrói na relação com outros lugares.

Uma contribuição importante para o tema é apresentada por Bhabha (1998) ao deslocar a discussão de diversidade cultural para a diferença cultural. A premissa impõe uma outra categoria cara as análises propostas por ele e pertinentes a reflexão da dissertação, a criação de um espaço cultural híbrido. Logo, não se trata da estabilização de um lugar nem de identidades fixas de sujeitos, mas sim da constituição de sujeitos culturais híbridos. Assim, é possível considerar que "o momento híbrido tem um valor transformacional de mudança que reside na rearticulação, ou tradução, de elementos que não são nem o Um (a classe trabalhadora como unidade) nem o Outro (as políticas de gênero), mas algo mais, que contesta os termos e territórios de ambos" (Bhabha, 1998, p. 55). É importante considerar que essa mobilização do conceito de cultura proposto por Bhabha (1998), também pretende pensar o conceito a partir do hibridismo, como oposição ao exotismo inerente ao multiculturalismo, por exemplo.

Nesse sentido, o hibridismo é uma chave de leitura importante para compreender o bar tradicional como um espaço sobretudo de sociabilidade e vitalidade. Para Holzer (2003), a sociabilidade é um elemento fundamental para o entendimento de lugar no âmbito da geografia humanista. Isso porque, o bar permeia as vivências e a memória de quem circula por entre as ruas do entorno e dentro do próprio estabelecimento. Portanto, o bar configura-se como um lugar na medida em que viajantes e moradores depositam nele uma carga emocional que se articula com a história do próprio bar.

Assim é dessa leitura de lugar que me aproximo para analisar os bares tradicionais como potenciais “lugares cotidiano” e “lugares viajantes”. No capítulo introdutório ao livro “Por amor aos lugares”, Haesbaert (2017) faz referência ao Aleph[8] de Borges para refletir que o “lugar” que consegue sintetizar o universo, jamais se realizou” (p. 10). Indo além, o autor pondera que o lugar também é onde se encontra o outro, seja ele humano ou, ainda, o outro geográfico e, consequentemente, é capaz de transformar nossa vida como indivíduos e como sociedade. Seja ele um lugar cotidiano ou viajante, Haesbaert (2017) destaca que o lugar é “criador de conexões, afetividades, identidades, em suma, diferenças” (p. 14). Há, no entanto, um alerta sobre esse apelo da diferença como norma, o que esvazia o termo. Como bem pontua Haesbaert (2017) “até os grandes capitalistas usam e abusam da mercantilização da diferença (...) como criadora de valor (de troca) ” (p. 10). Essa é uma prática aplicada recorrentemente no contexto da atividade turística e que está em sintonia com a reflexão mencionada anteriormente de Meneses (1998) sobre a fetichização.

Nesse sentido, “lugar cotidiano” é entendido como sendo “vivido em toda a sua densidade”, tal qual a velhinha no texto de Meneses, por outro lado o “lugar viajante” se refere a lugares não cotidianos, moldados pelo lazer enquanto o cotidiano seria moldado pela tríade trabalho, família e lazer. Seja como for, muito mais do que simples local (enquanto unidade de extensão geográfica mínima) ou localização (o “onde” de um fenômeno), o lugar compreenderia não só um conjunto concreto na realização de relações sociais, mas também os vínculos mais subjetivos de um determinado “sentido de lugar” (HAESBAERT, 2017, p.15).

Como mencionado anteriormente, é possível estabelecer pontes entre essa perspectiva de lugar e o debate realizado por Meneses (2012) a respeito da práxis e da representação. Sobre tais conceitos, o autor destaca que a prática está territorializada na cidade e não está, necessariamente, interessada em comunicar ao outro (MENESES, 2012). Por outro lado, a representação é um espetáculo pensado para o outro ver e que está desterritorializado da cidade. Nesse sentido, o risco está em “o uso cultural da cultura ao invés de estabelecer uma interação

[8] O Aleph é um conto, em um livro de mesmo nome, do escritor argentino Jorge Luis Borges. No conto o protagonista se depara com a possibilidade de conhecer o ponto do espaço que abarca toda a realidade do universo num local bastante inusitado: no porão de um casarão situado em Buenos Aires, prestes a ser demolido. Este ponto recebe a alcunha de Aleph - a letra inicial do alfabeto hebraico, correspondente ao alfa grego e ao a dos alfabetos romanos.

das representações e práticas, privilegia as representações que eliminam as práticas" (MENESES, 2012, p. 29).

Há uma correlação aqui entre a leitura de Meneses (2012) com a realizada por Zukin (2009) ao observar que a síntese cultural das cidades do início do século XXI é oferecer um comércio com produção agrícola em pequena escala em hortas comunitárias em frente a filiais de supermercados de cadeia, vendedores ambulantes ao lado de grandes redes de varejo. Para essa reflexão ela mobiliza a noção de autenticidade, destacando que esse é um conceito ambíguo que pode ser, por um lado, quase mítico que faz referência a um enraizamento em um tempo e lugar e, por outro lado, criatividade e inovação (ZUKIN, 2009). Ela destaca, no entanto que autenticidade é frequentemente utilizada como um argumento moral e elitista. O Tema é revisitado no capítulo 3 com mais propriedade.

No entanto, mesmo com essas ambiguidades, a autenticidade é frequentemente mobilizada quando se fala de identidade e lugares e experiências reais (ZUKIN, 2009). Esse seria o caso da velhinha na catedral, naquele momento existe uma relação de pertencimento. Meneses (2012) destaca que esse é o mecanismo dos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: para ele essas são as duas coordenadas que balizam nossa existência. Assim, supõe-se que a relação da velhinha com a catedral não é pontual, e sim existencial. O mesmo pode ser dito sobre os bares tradicionais, uma vez que o processo de patrimonialização deles se dá justamente por essa relação especial estabelecida entre o binômio identificado por Meneses (2012): pertencimento e memória.

Zukin (2009) aponta que incorporar autenticidade ao debate sobre cidade e patrimônio não pode funcionar como uma afirmação de superioridade moral, mas sim uma alavanca para reivindicar espaço.

> To achieve this, we must politicize the meaning of authenticity to include the right to put down roots, a moral right to live and work in a space, not just to consume it.[9] (ZUKIN, 2009, p. 552)

[9] Tradução livre da autora: Para conseguir isso, devemos politizar o significado de autenticidade para incluir o direito de criar raízes, um direito moral de viver e trabalhar em um espaço, não apenas de consumi-lo.

Esse movimento dialoga com o tema do capítulo 2, que procura entender e problematizar o patrimônio cultural como um direito, além dos processos legais envolvidos na salvaguarda. As incoerências do processo de patrimonialização não passam despercebidas na observação precisa que Laurajane Smith (2006) faz, imprimindo uma perspectiva crítica sobre o termo, sem, no entanto, perder o bom-humor, ao afirmar que “There is, really, no such thing as heritage”, pontuando que

> it is a statement that I will qualify, but it needs to be said to highlight the commonsense assumption that ‘heritage’ can unproblematically be identified as ‘old’, grand, monumental and aesthetically pleasing sites, buildings, places and artefacts. What I argue in this book is that there is rather a hegemonic discourse about heritage, which acts to constitute the way we think, talk and write about heritage. The ‘heritage’ discourse therefore naturalizes the practice of rounding up the usual suspects to conserve and ‘pass on’ to future generations, and in so doing promotes a certain set of Western elite cultural values as being universally applicable. Consequently, this discourse validates a set of practices and performances, which populates both popular and expert constructions of ‘heritage’ and undermines alternative and subaltern ideas about ‘heritage’. At the same time, the ‘work’ that ‘heritage’ ‘does’ as a social and cultural practice is obscured, as a result of the naturalizing effects of what I call the ‘authorized heritage discourse’.[10] (SMITH, 2006, p. 11)

É importante destacar que no caso brasileiro a Constituição Federal de 1988 deu um importante passo no sentido de considerar o patrimônio cultural como fato social (MENESES, 2012). Ulpiano Meneses destaca que as legislações anteriores

[10] Tradução livre da autora: Na verdade não existe isso de patrimônio... essa é uma afirmação que qualificarei, mas precisa ser dita para destacar a suposição do senso comum de que “patrimônio” pode ser identificado sem problemas como locais, edifícios, lugares e artefatos “antigos”, grandiosos, monumentais e esteticamente agradáveis. O que defendo neste livro é que há sim um discurso hegemônico sobre o patrimônio, que atua para constituir a forma como pensamos, falamos e escrevemos sobre patrimônio. O discurso do “patrimônio”, portanto, naturaliza a prática de reunir os suspeitos usuais para conservar e “passar” para as gerações futuras e, ao fazê-lo, promove um certo conjunto de valores culturais da elite ocidental como sendo universalmente aplicável. Consequentemente, esse discurso valida um conjunto de práticas e performances, que povoam construções populares e especializadas de “patrimônio” e mina ideias alternativas e subalternas sobre “patrimônio”. Ao mesmo tempo, o ‘trabalho’ que o ‘patrimônio’ ‘faz’ como prática social e cultural é obscurecido, como resultado dos efeitos naturalizantes do que chamo de ‘discurso patrimonial autorizado’.

contemplavam a noção de que era o poder público que instituía o patrimônio cultural, composto somente de bens tombados. Assim, o ato tombamento, “conferia um valor cultural - daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido” (MENESES, 2012, p. 33).

A nova Constituição Federal, no entanto, “reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo, nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. O patrimônio é, antes de mais nada um fato social” (MENESES, 2012, p. 33-34). Essa foi uma mudança importante e parte da mudança do que Falcão (2000) identifica como uma “redução do Brasil”, onde o “patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casas-grandes” (s.n.). Assim, estado e o governo obviamente participam da criação desses valores, privilegiando ou marginalizando uns e outros, mas sempre no jogo das práticas sociais (MENESES, 2012; PAES-LUCHIARI, 2006).

Essa mudança de chave atrelada ao entendimento do patrimônio como fato social obviamente não exclui a perspectiva do especialista ou do técnico, mas coloca em posição de destaque a perspectiva usuário, do usufruidor - em outras palavras, a perspectiva da velhinha do cartum apresentado anteriormente.

Nesse sentido, essa leitura é relevante quando passamos a observar a tendência de proteção dos bares em diversas cidades do mundo. Uma vez que ela conta com o aporte material do bar, mas é importante observar que a salvaguarda dos bares é indissociável da prática social que acontece naquele lugar. Sobre o tema Meneses (2012) destaca que

> Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais. (MENESES, 2012, p. 31)

Nesse ponto é importante revisitar Simmel (2003) em sua literatura de viagem pela Itália. Ao analisar a cidade de Roma ele observa que a grandeza da cidade está nas múltiplas interpretações que ela permite. Para ele, Roma não teria

toda a sua grandeza se “sua fruição apenas admitisse uma interpretação, se ela não se assemelhasse à própria natureza, que fala para cada um na sua própria língua e permite a cada um fruí-la e entendê-la de acordo com o seu coração” (SIMMEL, 2003, p. 116). Indo além ele usa de uma metáfora com a obra Goethe para apontar a relação semelhante a obra e autor que existe na cidade:

> É justamente esta unidade que provoca no seio da fruição de Roma um fenómeno psicológico que, normalmente, surge apenas perante as individualidades de máxima dimensão. O patrimônio que Goethe representa para nós adquire o seu alcance incomensurável pelo facto de, por detrás de cada uma das suas afirmações, estar para nós o Goethe inteiro. Nós não fruímos nenhuma dessas afirmações apenas pelo seu conteúdo directo, não limitamos o seu significado ao sentido que teria se fosse uma frase anónima; pelo contrário, enriquecemo-las com tudo aquilo que a associação de que elas se devem justamente a Goethe lhes acrescenta, nelas faz ressoar.
> Porque o sentido de todo o enunciado está precisamente – nunca é demais insistir nesta evidência – apenas naquilo que ele nos estimula a pensar e nos obriga a pensar. SIMMEL, 2003, p. 114

A observação de Simmel sobre Roma serve de gancho para avaliar como a chancela atribuída a um bar, como bar tradicional passa a estabelecer uma relação de parte e todo tal qual no caso de Roma. Ou seja, tal qual na obra de Goethe onde as palavras atingem um “alcance incomensurável” simplesmente por serem parte da obra de Goethe. Assim, o mesmo passa a acontecer com os bares, patrimônio registrado dessa espacialização da memória coletiva da cidade. Assim, um chopp e um croquete no Bar Luiz também estão impregnados não só do seu sentido direto de consumo em qualquer bar, mas também da respectiva história, vínculos afetivos e da consequente patrimonialização do lugar.

1.2 DE BAR EM BAR

Esta seção vai analisar tanto referências na literatura especializada sobre bares em geral, quanto referências sobre bares tradicionais no cenário carioca. Entre as referências sobre bares, há uma importante contribuição a essa reflexão na tese da Wanda Freire (2011) sobre os cafés parisienses e os botequins cariocas onde é destacado o vínculo intrínseco desses lugares com as calçadas, destacando essa mistura de espaço público e privado. Indo além ela aponta que as mesas nas calçadas têm o atrativo de estarem a um só tempo dentro e fora, elas são em parte o espaço privado, lugar da segurança e da intimidade e por outro lado são o espaço do encontro, do convívio e do exercício dos sentidos (FREIRE, 2011, p. 4).

Desde meados do século XVII, os cafés espalhados em diversas cidades europeias consolidaram-se, principalmente, com o estatuto de ser um dos mais importantes espaços de comunicação da época, ele era o lugar onde as notícias comentadas e, consequentemente, provocavam acalorados discursos (FREIRE, 2011). É de Sennett (1988) a observação de que não havia restrição entre essas conversas, ele demonstra isso com o caso londrino, onde existiam regras divulgadas aos clientes:

> A fim de que as informações fossem as mais completas possíveis, suspendiam-se temporariamente todas as distinções de estrato social; qualquer pessoa que estivesse sentada num café tinha o direito de conversar com quem quer que fosse, abordar qualquer assunto, quer conhecesse as outras pessoas, quer não, quer fosse instada a falar, quer não. Era desaconselhável fazer referências às origens sociais das pessoas com quem se falava no café, porque isso poderia ser obstáculo ao livre fluxo da conversa. (SENNETT, 1988, p. 108-109)

Freire (2011) destaca que as regras londrinas nos cafés e a liberdade de expressão são ratificadas por Habermas para quem a publicidade vem do calor da discussão e que reconhece nos cafés o estatuto de espaço de comunicação. Essa observação dialoga diretamente com os apontamentos realizados no capítulo 3, a partir das reportagens de jornal.

Esse aspecto do que é ordinário e cotidiano presente no registro dos bares tradicionais encontra uma correlação importante realizada por Gustavo Rocha-

Peixoto ao destacar que “mesmo trechos nada excepcionais de tecido urbano tradicional se constituem na imagem de cidade que nos permite distinguir cada cidade entre as demais” (Rocha-Peixoto, 2012, p.3). Assim, a patrimonialização dos bares tradicionais cariocas diz respeito não somente a noção de lugar afetivo e de encontro com o outro, mencionado anteriormente, ele é, ainda, um componente importante no tecido urbano da cidade e no que distingue e/ou caracteriza a cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, pode-se inferir que os bens salvaguardados têm um papel importante também de orientação na cidade. É possível retomar aqui a metáfora do fio para avaliar o papel do patrimônio cultural na orientação e desorientação na cidade. Jeanne-Marie Gagnebin (2009) faz referência ao Minotauro na mitologia grega e o fio que Ariadne entrega para que Teseu conseguisse sair do labirinto. É de Walter Benjamin uma série de fragmentos sobre as memórias da infância em Berlim, nos textos ele fala de uma cidade que já não existe mais, pois Berlim havia passado por uma série de reformas e a cidade tal qual ele lembrava só existia na memória. O labirinto, tal qual a Berlim que Benjamin reencontra, é esse espaço de desorientação.

Assim, se por um lado, as constantes mudanças no tecido urbano desorientam seus transeuntes, a salvaguarda patrimonial pode desempenhar um papel importante na orientação da cidade, tal qual o fio de Ariadne. Retomando Rocha-Peixoto (2012) e Simmel (2003) esse papel de orientação se soma às imagens da cidade e suas dimensões como bem cultural apontadas anteriormente por Meneses (1996).

Esse importante papel simbólico é conflitante, no entanto, com os empreendedores que enxergam os bens salvaguardados como entrave na “roda do progresso” (ROCHA-PEIXOTO, 2012). Meneses (2012) aponta, contudo, que não existe antagonismo entre a salvaguarda e a dimensão econômica. Inclusive porque há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no bem econômico. O campo dos valores não é um mapa em que se tenham fronteiras demarcadas, rotas seguras, pontos de chegada precisos. É, antes, uma arena de conflito, de confronto - de avaliação, valoração.

Nessa disputa de valores há um importante panorama a ser traçado sobre o contexto no qual ocorreu o processo de salvaguarda dos bares no caso da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa realizada por Costa e Rodrigues (2021) entre 2012

e 2014 contemplou trabalhos de campo, pesquisa documental e entrevistas nos primeiros doze bares, que se tornaram bens culturais da cidade do Rio de Janeiro. Os autores apontam o quanto o *timing* e o processo de registro dos bares estão imbricados. Destacando o processo subsequente de bares sendo fechados, com uma sequência de grandes eventos tendo a cidade do Rio de Janeiro como sede, culminado com o potencial de reposicionar a cidade como destino turístico de destaque.

Isso significa considerar que o registro dos bares está diretamente relacionado as transformações da cidade nos anos que antecederam os megaeventos, com investimentos, projetos e políticas públicas com reflexo direto na vida urbana e cultural do Rio de Janeiro. Hobsbawn (2012) já destacava o papel da “invenção das tradições”, corroboradas pela onda memorialística que paradoxalmente acompanha as mudanças tanto urbana quanto na sociedade. Nesse caso a salvaguarda cumpre também um papel de garantia em um momento de insegurança. O gráfico a seguir, extraído a partir de dados do Patrimônio Cultural Carioca do Data.Rio[11], ilustra esse movimento em relação a sinalização dos bens em questão na cidade do Rio de Janeiro, a quantidade de placas representa a totalidade das categorias e não somente os botequins.

[11] Disponível em: https://www.data.rio/apps/PCRJ::app-patrim%C3%B4nio-cultural-carioca/explore

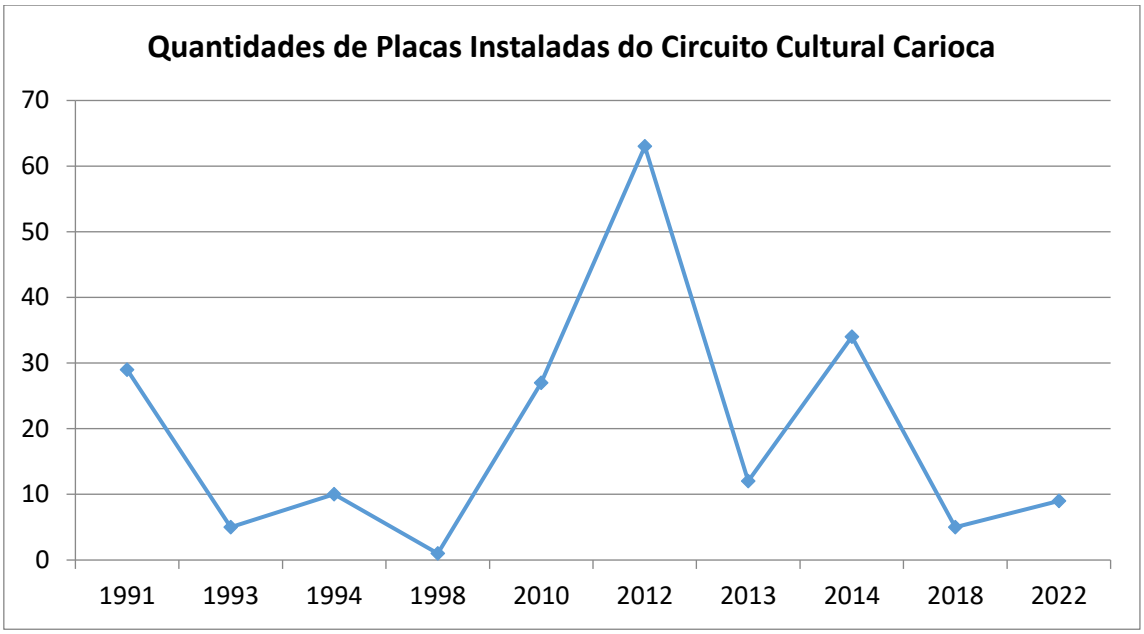


Figura 1: Gráfico de sinalização das Placas do Patrimônio Cultural Carioca. Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do Data.Rio

É importante observar que, tal qual discutido anteriormente, o registro e sinalização dos bens culturais do Patrimônio Cultural Carioca atinge seu pico justamente no momento que antecede a realização dos megaeventos. Assim, nessa esteira de profundas transformações "os bares poderiam, como bens culturais, assumir esse papel de diálogo entre cosmopolitismo e tradição" (COSTA e RODRIGUES, 2021, p.121). Há que se salientar, que os dados, no entanto não dizem respeito somente a sinalização dos bares, uma vez que eles englobam as outras categorias do Patrimônio Cultural Carioca como: Negócios Tradicionais, Samba, Art-Déco, Cinemas, Águas, Trem, Bossa Nova, Era Do Rádio, Liberdade, Praça Tiradentes e Porto.

Como consequência desse empenho de "salvar os bares do transcurso do tempo" há uma reorientação em relação ao presente e ao futuro daquele bem, uma vez que a salvaguarda indica o que deve permanecer em meio às transformações (COSTA e RODRIGUES, 2021). Os decretos[12] de registro dos bares é indicativo do reconhecimento desses espaços como agentes das sociabilidades e da cultura urbana carioca e, como bem aponta a pesquisa de Costa e Rodrigues (2021), vem

[12] Decreto nº 34869 de 5 de dezembro de 2011 e decreto nº 36605 de 11 de dezembro de 2012

acompanhado de outras iniciativas para dar visibilidade aos bares como um todo como é o caso do guia “Rio Botequim[13]” e o concurso anual “Comida di Buteco”[14].

Há que se observar, ainda, as consequências desse processo, uma vez que

> Com a valorização dos bares como lugar de visita, inclusive de turistas, se verificou um movimento de gourmetização das tradições de modo a transformá-las em objetos de consumo, mantendo-as como peça de desejo que compunha o quadro de referências da identidade carioca. (COSTA; RODRIGUES, 2021, p.123).

No entanto há que se destacar o quanto os bares cariocas já operavam como referências culturais muito antes de serem chancelados como integrantes do guia Rio Botequim, vencedores-competidores do Comida di Buteco, ou bens culturais. O que inclui o bar no compilado de representações e identidades da cidade são justamente os valores de sociabilidade e continuidade.

Costa e Rodrigues (2021) apresentam uma importante rota de fuga para escapar por um lado da gourmetização e, acrescento, da fetichização dos bares.

> É preciso que se dê real atenção ao bar – como ele se tornou o que ora se apresenta – de forma tal que as pessoas que o frequentam tenham noção do que significa aquele lugar, quais as relações que ele estabelece com o seu entorno e onde nele se observam as tradições que tornam específicas a cultura urbana e a identidade cariocas. (COSTA; RODRIGUES, 2021, p.124).

Como parte desse exercício de dar atenção efetiva ao bar e, a partir de sua pesquisa de campo, Costa e Rodrigues (2021) indicam que a continuidade é provavelmente o que oferece a qualidade de tradicional ao bar e não necessariamente a sua antiguidade. Essa é uma observação fundamental para a investigação sobre os bares. Principalmente por estabelecer um diálogo com a noção de *genius loci* ou “espírito do lugar”, abordada com maior aprofundamento no capítulo 3. O entendimento do termo, conforme Norberg-Schulz (2006), está relacionado ao patrimônio cultural, pois se refere ao espírito ou caráter de um lugar,

[13] O guia com diversas edições organiza por eixos e temas os botequins da cidade.
[14] Comida di Buteco é um concurso gastronômico, considerado o maior evento gastronômico de Minas Gerais e um dos maiores do Brasil. Foi criado em 1999 pelo gastrônomo Eduardo Maya e teve seu lançamento no ano de 2000 na cidade de Belo Horizonte.

moldado pela sua história, cultura, paisagem e arquitetura. Em outras palavras, é a essência que faz de um lugar único e especial.

Assim a valoração de um bar como sendo tradicional, não diz respeito necessariamente aquilo que é antigo e imutável no tempo “mas aquilo que é simbolicamente significativo para a comunhão e identificação de um aspecto social e que consegue se ressignificar ou se reinventar, apesar da passagem do tempo” (COSTA; RODRIGUES, 2021, p. 126).

1.3 TURISMO

O turismo, considerado como uma atividade produtiva mundial e que interfere na organização do território requer controle tanto do governo quanto da sociedade, na medida em que requer a aplicação de políticas públicas e privadas. Assim, enquanto fenômeno complexo e atividade produtora e consumidora do espaço, utiliza inclusive os diferentes elementos do patrimônio cultural como matéria-prima, para a organização da oferta de produtos turísticos locais (DIAS, 2006). Nesse sentido, os bens patrimonializados apresentam uma dupla função, por um lado, devem servir às necessidades cotidianas da comunidade local, proporcionando espaços de sociabilidade e lazer aos moradores. Por outro lado, eles devem ir ao encontro dos interesses da cadeia produtiva do turismo, compondo o produto turístico ofertado, pois são vistos como lugares de referência e símbolos identitários da cultura local pelos turistas, visitantes e atores locais (RODRIGUES, 2012).

Nesse sentido o fenômeno turístico apresenta-se como um poderoso meio de valorização do significado patrimonial de objetos, lugares e práticas sociais (GAGLIARDI, 2015). Sobre o tema, Lavandoski e Giglio (2019) destacam que as discussões atuais sobre as formas de uso e de apropriação do patrimônio cultural pelo e para o turismo evidenciam a promoção mercadológica dos espaços urbanos patrimonializados. Indo além, consideram que essa atribuição de valor aos patrimônios culturais pelos diferentes agentes sociais evolvidos, o que inclui os próprios turistas, vem conferindo atributos e significados singulares aos objetos, lugares e práticas sociais.

A reflexão permite também uma análise sobre a dialética entre patrimônio como “mercadoria” e “bem simbólico” e da sua articulação com o turismo, a

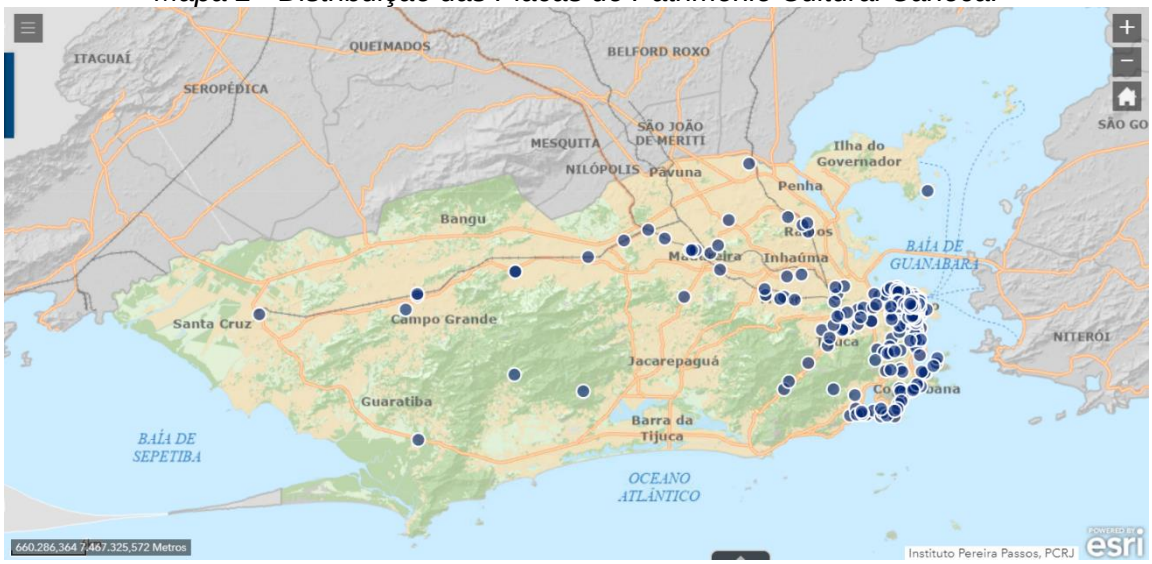
geografia e o desenvolvimento econômico, transformando cidades históricas, paisagens, monumentos e demais manifestações em produtos de consumo cultural, isto é, destinados a fins econômicos que se beneficiam simbolicamente de seu status histórico e patrimonial (LEITE e CAPONERO, 2015).

1.3.1 Circuito do Patrimônio Cultural Carioca

Os Circuitos do Patrimônio Cultural Carioca são uma organização temática de bens culturais com diferentes categorias de proteção, sinalizados e categorizados da seguinte forma: águas; art-déco; bossa nova; botequins; choro; cinemas; diversidade religiosa; diversidade sexual; era do rádio; herança africana; liberdade; literatura; Machado de Assis; modernismo; música; negócios tradicionais; poesia; porto; Praça Tiradentes; RioFilme; samba; teatro; trem[15].

Até o momento, foram instaladas 264 placas, considerando todos os circuitos. É possível observar a concentração de pontos no eixo centro-zona sul da cidade no mapa 1, que se sobrepõe à cartografia turística oficial da cidade (Oliveira, 2017).

Mapa 2 - Distribuição das Placas do Patrimônio Cultural Carioca.



Fonte: App Patrimônio Cultural Carioca.

É importante constatar, ainda, que o eixo da Barra da Tijuca não conta com sinalização, embora o bairro tenha sido incorporado como região de interesse

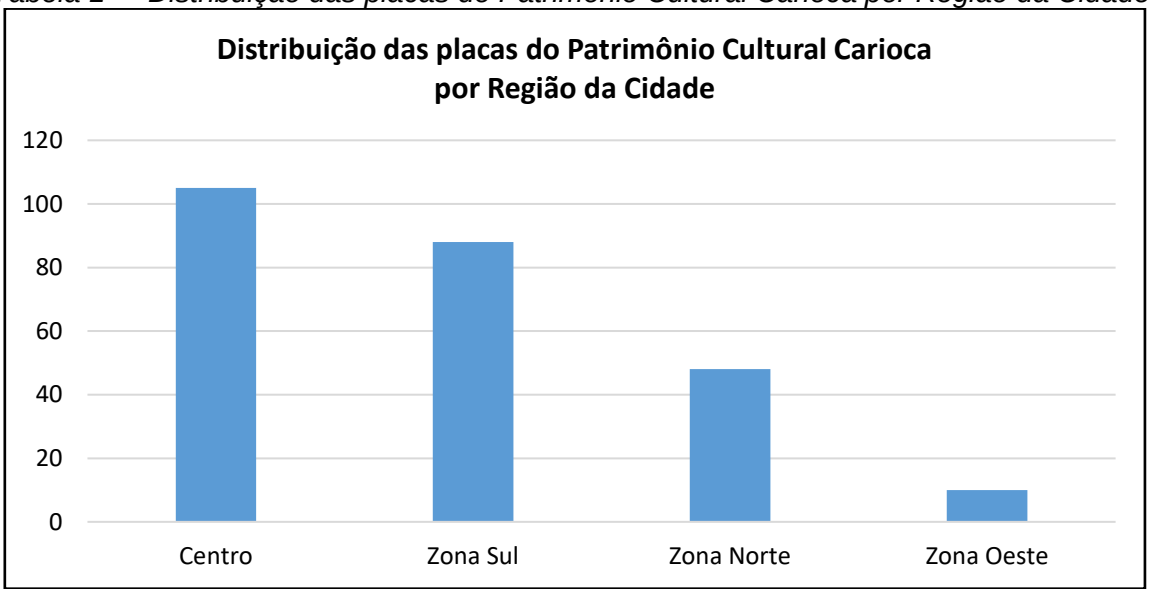
[15] Disponível em: https://www.data.rio/apps/PCRJ::app-patrim%C3%B4nio-cultural-carioca/explore

turístico tanto pela cartografia oficial produzida pela cidade, quanto pelo *trade* do turismo desde 2016 (Oliveira, 2017).

Considerando a pesquisa desenvolvida ao longo do mestrado em Arquitetura e Urbanismo[16], é possível notar semelhanças entre a disposição da cartografia das letras dos sambas produzidas para a dissertação em questão e o mapa que se desenha quando a sinalização do Patrimônio Cultural Carioca é espacializada. Nos dois casos, há um movimento entre a região central da cidade e o eixo ao redor da Avenida Brasil e dos ramais dos trens urbanos, movimento que não é acompanhado pela cartografia turística oficial da cidade.

A tabela 5 ajuda a ilustrar a desproporção entre as regiões da cidade, embora os gráficos de adensamento populacional sejam quase inversamente proporcionais, conforme demonstra a tabela 6:

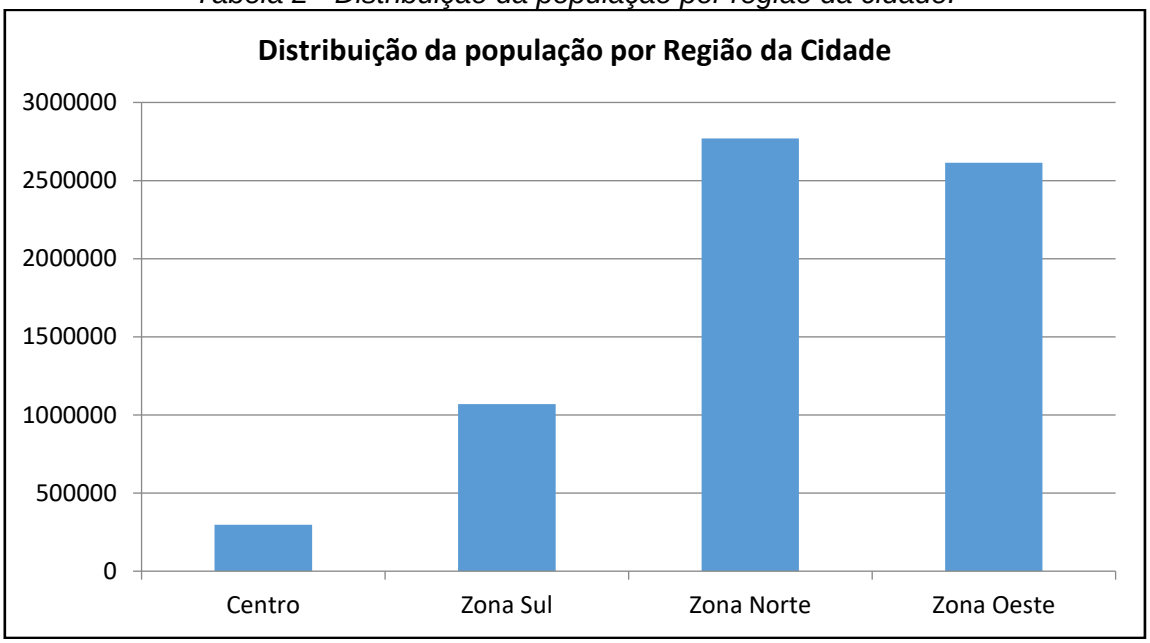
Tabela 1 -– Distribuição das placas do Patrimônio Cultural Carioca por Região da Cidade.



Fonte: elaborado pela autora.

[16] A dissertação de mestrado teve como objetivo analisar e comparar os discursos produzidos pela cartografia turística e pelo samba em suas narrativas sobre a cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX. A metodologia adotada estabeleceu uma construção cronológica para evidenciar diferentes discursos sobre a cidade, com base em mapas turísticos produzidos entre os anos de 1914 e 2016 e em sambas contemporâneos. Foi possível confrontar os discursos produzidos nas letras dos sambas e na cartografia com as transformações urbanas pelas quais a cidade passou. Como resultado, oito mapas espacializam e comparam a distribuição das referências dos mapas turísticos e do samba no tecido urbano. O trabalho problematizou, ainda, a falta de representação do cotidiano dos moradores nos mapas turísticos, além de evidenciar como as mudanças da cidade se relacionam com a história do samba e com o deslocamento dos locais de interesse turístico na cidade.

Tabela 2 - Distribuição da população por região da cidade.



Fonte: elaborado pela autora.

Portanto, o contraponto com a cartografia turística é relevante, uma vez que a organização dos bens culturais em circuitos se comunica diretamente com o perfil de visitantes dos bares, que contempla tanto moradores quanto turistas. Nesse sentido, é necessário pactuar que, por essência, a cartografia turística é um panorama da narrativa turística oficial, a despeito da relação dos moradores com a sua cidade.

Em relação aos mapas turísticos elaborados ao longo do século XX, Ana Carmen Casco (2008)[17] pondera que são documentos que retratam a cidade com um objetivo e uma intencionalidade particular em cada momento da história. Ainda assim, os mapas, de forma geral, devem ser interpretados como fato social culturalmente produzido, onde as representações são parte de trama de significados e sentidos (Casco, 2008).

A observação da cartografia turística permite observar, entre outras coisas: "como o circuito turístico opera na cidade, em cada momento, ao sabor das tecnologias de transporte, das tramas da circulação, dos valores simbólicos da fruição dos espaços – edificados, naturais ou paisagísticos – e dos hábitos culturais" (Casco, 2008, p. 4).

[17] Pesquisa desenvolvida na Biblioteca Nacional, dentro do Programa de Nacional de Apoio à Pesquisa (2008), com a cartografia turística disponível no acervo.

Nesse contexto, é fundamental problematizar sobre o que não aparece na cartografia turística de uma cidade. Esses mapas, instrumentos políticos, não dão visibilidade a grande parte dos discursos dos moradores sobre a cidade, seus afetos e desafetos.

Assim, parece fundamental refletir sobre como os mapas costumam ser percebidos como uma reprodução fiel e imparcial do mundo. Esse entendimento, entretanto, ignora a importância política e os desvios e distorções intencionais ou não desses documentos (Harley, 2001). Para Harley (2001), os mapas são um meio de imaginar e organizar o mundo dos homens.

Por isso, é necessário pontuar que a presente pesquisa avalia que os mapas têm o potencial de atuar, também, como representação dos lugares:

> O lugar enquanto experiência, espaço vivido, espaço afetado, projeção do espaço mental interior, onde a imagem, em geral, e a cartografia, em particular, são formas de aproximação e representação; uma proposta de geografia da memória que explora os estratos do espaço em busca de lugares. Descobrir os significados outorgados e construir novos significados. (Des) construir a cartografia ou construir sobre a cartografia geométrica uma cartografia do lugar (Costa, 2007, p. 24).

Contudo essa representação do lugar não está necessariamente presente nos registros cartográficos. Ao contrário, o que se encontra é uma tendência à pasteurização do cotidiano dos moradores. Essa interface entre os lugares e o cotidiano também está presente na metáfora de que o cotidiano e os lugares são bricolagens (De Certeau, 1998, p. 188) e que estamos ligados a eles por lembranças. Segundo o autor, “só há lugar quando frequentado por espíritos múltiplos” (De Certeau, 1998, p. 189).

Nessa interface entre lugar, turismo e cartografia, é importante retomar as categorias de Haesbaert (2017) de “lugar cotidiano” e “lugar viajante” apresentadas anteriormente, além de avaliar o potencial dos bares de permearem essas categorias. Retomando o circuito de botequins do Patrimônio Cultural Carioca, é possível observar que, dentro do contingente total de placas, 33 compõem esse circuito, dispostas da seguinte forma pelo tecido urbano da cidade (mapa 3):

Mapa 3 - Distribuição das Placas do Patrimônio Cultural Carioca.

Fonte: App Patrimônio Cultural Carioca.

O mapa 4 identifica os bares que compõem o circuito no centro da cidade do Rio de Janeiro, dentre eles o Bar Luiz.

Mapa 4 - Distribuição dos Botequins do Patrimônio Cultural Carioca no centro do Rio de Janeiro.

Fonte: App Patrimônio Cultural Carioca.

Além da sinalização, os circuitos estão disponíveis para consulta, incluindo uma tabela de atributos com os respectivos dados georreferenciados, na plataforma do Data.Rio[18]. Uma busca sobre o circuito de botequins no centro do Rio contempla, também, uma tabela de atributos com as seguintes informações:

Tabela 1 – Atributos do Bar Luiz.

Circuito	Endereço	Bairro	Ano	Verbete
Botequins	Rua da Carioca, 39	Centro	2011	Fundado em 1887, tradicional ponto de encontro da boemia carioca. Foi o primeiro lugar a servir chope na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: elaborado pela autora com base no App Patrimônio Cultural Carioca.

A coluna de verbetes é parte da justificativa técnica — em certa medida, míope — para o registro do bar e a sua consequente incorporação ao circuito. Chama atenção o fato de o valor de antiguidade ser privilegiado em todos os bares do centro do Rio de Janeiro.

A antiguidade do estabelecimento é um critério frequentemente privilegiado pela atividade turística, que, conforme mencionado anteriormente, não necessariamente tem relação com a alcunha de tradicional atribuída a um bar. A atividade turística, no entanto, é um fenômeno complexo e que merece uma investigação mais apurada, com o intuito de delimitar os impactos do circuito.

Segundo Castro (1999), o turismo organizado no Brasil começou apenas no início do século XX, tendo como principal centro a cidade do Rio de Janeiro. Essa organização surgiu quando descobriram que “a imagem urbana é uma mercadoria que pode gerar grandes lucros, notadamente com o turismo” (Abreu, 1998, p. 4).

Desde então, a cidade teve a sua imagem lapidada, acompanhando as mudanças tanto na sociedade carioca quanto nas demandas dos turistas. Recentemente, há uma exacerbação desse processo, através do empresariamento, um fenômeno em larga escala observado por Harvey (2006), em que as cidades comercializam a sua própria imagem.

[18] Disponível em: https://www.data.rio/apps/PCRJ::app-patrim%C3%B4nio-cultural-carioca/explore

Nesse contexto, a paisagem urbana é assolada por mecanismos que transformam tudo em *commodities* (Meneses, 2006). Meneses pondera, ainda, que o turismo está no foco desse processo, mas não é o único objetivo das cidades em geral.

> Também se vende a cidade para seus próprios habitantes (a principal motivação seria então política, mas ela pode dirigir-se a empresários de todo tipo, investidores, emigrantes de perfil conveniente, estratégias geopolíticas, etc.) (Meneses, 2006, p. 52).

Nesse sentido, por ser uma atividade social e econômica dinâmica, diversos teóricos e instituições procuram definir o turismo de modo a refletir o seu amplo papel na sociedade. A massificação da atividade turística e os seus impactos reforçam a importância de se definir parâmetros e conceitos que ajudem estudiosos, a sociedade em geral, gestores públicos, profissionais do *trade* turístico e investidores a compreenderem as interfaces desse fenômeno. Coriolano afirma que o turismo:

> Enquanto prática social é também econômica, política, cultural e educativa, envolvendo relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. O turismo é simultaneamente ócio e trabalho, produto do modo de viver contemporâneo, cujos serviços criam formas confortáveis e prazerosas de viver, restritas a poucos. (...) A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes (Coriolano, 2006, p. 368).

Frequentemente, a atividade turística se ocupa do consumo de bens culturais, o que reconhecemos como “turismo cultural”. Esse segmento da atividade turística dialoga diretamente com a existência e a preservação do patrimônio cultural.

No Brasil, a Carta de Quito[19], documento do qual o país foi signatário, é parte do estreitamento dessa relação. Na carta, “se recomendava que os projetos de valorização do patrimônio fizessem parte dos planos de desenvolvimento nacional e fossem realizados simultaneamente com o equipamento turístico das regiões envolvidas” (Rodrigues, 2016).

[19] Encontro no Equador promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967.

É importante pontuar que o entendimento do patrimônio cultural depende da concepção de cada época sobre o quê, para quem e por que preservar. No Brasil, a visão do patrimônio como lugar de memória social só ganha força na década de 1980. Essa perspectiva ressalta o conflito no campo simbólico da sociedade entre o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido (Rodrigues, 2016).

Nesse contexto, é importante destacar a característica de fenômeno apropriador presente no turismo, já que o que quer que se venha chamar de turístico será sempre uma construção e, nessa dinâmica, ele pode assumir tantas conotações quantas sejam as políticas que dele se utilizem. Sua capacidade de se apropriar dos espaços, dando-lhes novos e múltiplos significados, o torna um fenômeno cujo sentido dependerá sempre do ambiente onde ele ocorre e dos objetivos de quem o promove (Gagliardi, 2012).

De modo complementar, Paulo Gomes lembra que “as coisas terão diferentes importâncias e chamarão a atenção dependendo do tempo disponível e, sobretudo, dos interesses particulares e da sensibilidade de cada um” (Gomes, 2013, p. 203). Indo além, ele afirma que o deslocamento realizado pelos turistas e por moradores fazem surgir recortes espaciais distintos que, ao serem analisados conjuntamente, nos possibilitam identificar o espaço de modo mais abrangente.

Essa identificação está intimamente ligada ao conceito de visibilidade apresentado por Gomes (2013), no qual três elementos são determinantes: local; público e narrativa. Assim, é importante observar que “a visibilidade de um fato ou fenômeno muda segundo as propriedades de sua exposição, segundo a ordem de sua apresentação” (Gomes, 2013 p. 41). Desse modo, a construção de um percurso orientado por uma cartografia turística oficial tem como objetivo a construção de uma visibilidade intencional da cidade.

Nesse contexto, a construção de imagens faz parte da narrativa sobre a cidade. Assim, quando um visitante se insere nesse discurso, ele realiza um exercício de olhar:

> Tais práticas envolvem o conceito de “afastamento”, de uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas da vida de todos os dias, permitindo que nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano (Urry, 1996, p. 17).

E esse direcionamento do olhar:

> Implica frequentemente diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior do que aquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana (Urry, 1996, p. 18).

No entanto esse discurso também está intimamente relacionado com o que Harvey (1996) identifica em diversas cidades quando afirma que a "ênfase no turismo, na produção e no consumo de espetáculos, na produção de eventos efêmeros numa dada localidade representam os remédios favoritos para economias urbanas moribundas" (Harvey, 1996, p. 59). Em relação a esse processo, Mascarenhas (2014) identifica que ele opera no plano simbólico:

> E este plano se tornou central para a acumulação capitalista, através do controle hegemônico das imagens e informações, cenário ideal para produzir lucrativas ilusões e camuflar as contradições. Mas a cidade mercadoria, espaço abstrato, império do valor de troca, espaço concebido e globalizado, moldada para consumidores, confronta os conteúdos sociais da cidade concreta (Mascarenhas, 2014, p. 63).

O autor pondera, ainda, que esse processo "se aplica efetivamente a determinados 'pedaços' do tecido urbano, justamente por que ao grande capital somente interessa determinados espaços, e não o conjunto da cidade" (Mascarenhas, 2014, p. 63).

Assim, é possível identificar, no fenômeno turístico, a capacidade de valorizar o diverso, o múltiplo, em lugar da história única (Gagliardi, 2012). Segundo Coriolano (2006, p. 368), "ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os habitantes".

Assim, se, por um lado, o turismo reforça a dominação e as desigualdades, por outro, o mesmo turismo pode promover a revisão de valores históricos e afetivos, inserindo novos sujeitos na história e considerando aspectos subjetivos e identidades marginalizadas. Nesse contexto, é fundamental refletir sobre os estereótipos de que "as pessoas são muito mais do que simplesmente um rótulo, suas vidas se constituem de uma multiplicidade de histórias e não de uma história única" (Freitas e Azevedo, 2015, p. 72).

CAPÍTULO 2

RUA DA CARIOCA, 39

Dando um passo atrás no tempo, cabe analisar como a paisagem urbana histórica da área central do Rio de janeiro reflete o processo histórico que consolidou a atual metrópole por meio de intervenções urbanizadoras, remodeladoras e renovadoras, construindo uma imagem emblemática que reforça seu status de Capital Colonial, Imperial e Republicana, até 1960, quando se inaugura Brasília. Ao deixar de ser Capital Federal, o Rio de Janeiro continua exercendo o papel de capital cultural, sendo norteadora também de políticas urbanas e de salvaguarda do patrimônio cultural. Essa condição de matriz, laboratório e vitrine evidencia-se, sobretudo, na área central da cidade, na qual se catalisa e se sintetiza o seu processo urbano (SAMPAIO; SOARES, 2021). Correspondente ao núcleo urbano original até o século XIX, é na área central onde se concentra grande parte do patrimônio urbanístico da cidade, abrigando marcos construídos referenciais não só para a cidade, mas também em níveis regional e nacional, sendo grande parte legalmente protegido por meio de distintos instrumentos, conforme será explorado nesse trabalho. O reconhecimento desses marcos como patrimônio cultural ocorre em diferentes épocas, de acordo com noção de patrimônio cultural então prevalente. Assim sendo, a escolha dessa área como recorte espacial de estudo, fornece insumos sobre a história conceitual da proteção ao patrimônio cultural, na cidade do Rio de Janeiro, que sendo capital nacional por quase três séculos, produz ressonâncias no processo de patrimonialização em nível nacional.

Verificam-se, historicamente e em diferentes graus, embates entre interesses de renovação e de preservação – do novo e do antigo - bem como conflitos relacionados à salvaguarda e à conservação do patrimônio, que podem ser sintetizadas a partir do caso da área central carioca. Nesse processo de síntese, cabe pontuar o emblemático caso da Rua da Carioca, que pode ser interpretado como uma caixa de ressonâncias, em que se percebe fragmentos dos diferentes processos e reverbera suas dinâmicas, seja de vitalidade urbana, seja de decadência de atividades. Nessa perspectiva, o casario da Rua da Carioca como um todo esteve ameaçado em vários momentos e foi um laboratório para ações de salvaguarda que, ainda que qualificadas e participativas, não conseguiram assegurar sua histórica vitalidade e diversidade comercial, frente às dinâmicas urbanas e econômicas contemporâneas.

A trajetória da área central revela uma série de embates e disputas, em alguns casos é possível observar a mobilização e a convergência com os movimentos sociais que resultaram em casos bens sucedidos de proteção, como a própria rua da Carioca (SAMPAIO; SOARES, 2021). Assim, elege-se o caso da Rua da Carioca e seu notório Bar Luiz como uma síntese da evolução processo urbano e de patrimonialização da área e a atividade turística, o que nos permite tecer algumas considerações ao longo da pesquisa.

2.1 Panorama

Tendo em vista a preocupação com o tratamento estanque do patrimônio cultural – tanto como objeto científico como na prática da gestão da cidade – em relação às políticas urbanas, propõe-se uma leitura urbanística do processo de patrimonialização da área central do Rio de Janeiro. Nesse sentido parte da problematização do tema fundamenta-se em referenciais que discutem a noção de patrimônio cultural como construção social, na contemporaneidade (CHOAY, 2001 e 2011; MENESES, 2006; CASTRIOTA, 2009), analisam a evolução urbana da cidade (ABREU, 1988), o percurso histórico da proteção ao patrimônio cultural (MOTTA, 2000; MESENTIER, 1992; FONSECA, 1997), e a sua articulação às legislações e às intervenções urbanísticas projetadas para a cidade (BORDE & SAMPAIO, 2012; SAMPAIO, 2006, 2012 e 2016), que vem a ser o diferencial da nossa linha de investigação. O trabalho compreende a cidade como um artefato cultural, produzida socialmente, o que requer a problematização do patrimônio cultural como fato social, conforme argumentos de Meneses (2006) e Castriota (2009). Segundo Meneses (2006), a cidade como bem cultural é um artefato socialmente apropriado em três dimensões, intimamente imbricadas, que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, já que a urbanização é um produto próprio da sociedade; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem tensões e conflitos na economia, na política, na vida social, nos processos culturais etc. e, finalmente, a dimensão das significações, que dotam de sentido e inteligibilidade o espaço. Nesse sentido, o objeto deve ser problematizado simultaneamente nas três dimensões, como parte do processo urbano.

Conforme amplamente discutido na literatura especializada, a noção de patrimônio cultural é uma construção social, cujos significados refletem a atribuição de valores à herança cultural pela sociedade. Quais são os objetos patrimoniais ao longo do tempo e quem são os agentes que atribuem ou não valor patrimonial, são, portanto, questões fundamentais para a problematização dos contextos aqui tratados. Nesse sentido, estabelece-se uma relação dialética de causa e consequência da apropriação ou abandono de edificações, sítios urbanos antigos e tradições, que se reflete nos modos de intervenção no patrimônio edificado e nas decisões sobre a gestão do patrimônio - segregada ou integrada - ao restante da cidade. Verifica-se que tais situações decorrem das escolhas normativas dos órgãos de tutela do patrimônio, do ideário do urbanismo e do planejamento urbano, de acordo com a noção de patrimônio cultural prevalente na época. A investigação da cronologia dos atos de tombamento e preservação são importantes dados para traçar a trajetória de patrimonialização, podendo-se distinguir as tipologias de bens reconhecidos em cada momento. Cabe sublinhar que frequentemente se verifica a necessidade de aplicação emergencial do instrumento de proteção - tombamento e preservação - para impedir a destruição do patrimônio edificado. Tal condição é interpretada como uma “retórica da perda”[20] por Gonçalves (1996) e pode ser compreendida no bojo da gênese do campo disciplinar, que, conforme argumento de Choay (2001) surge na contramão do urbanismo, no século XIX, então propulsor de reformas urbanas que arrasaram o tecido urbano histórico de Paris e Viena, entre outras cidades.

É importante destacar o quanto a década de 1960 marca um ponto de inflexão na noção de patrimônio, cujo documento síntese é a Carta de Veneza [ICOMOS, 1964]. A mudança de paradigma traduz-se na valoração do patrimônio urbano, das arquiteturas modestas e rurais, e não somente dos Monumentos notáveis. Esse reconhecimento tardio reflete-se nos diversos planos de renovação urbana e saneamento dos conjuntos urbanos habitados pela população pobre dos centros históricos em questão, como se viu nos casos citados.

Meneses (2006) tece considerações sobre o tardio reconhecimento de bens culturais menos notáveis, como reflexo do desprezo pelas funções do cotidiano como habitar e trabalhar e com a elitização da cultura e sua exclusão no horizonte

[20] O tema será retomado no capítulo 3

do cotidiano. O patrimônio como elemento de construção de cidadania passa a ser moldado a partir da luta pela redemocratização, no contexto da abertura política, seguindo os princípios enunciados por Aloísio Magalhães, em 1979, ao assumir a direção do IPHAN: a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio — frase que se tornou um slogan da instituição. A redemocratização do país fomenta a participação social na pauta urbanística, fazendo emergir reivindicações sociais para a preservação de bairros antigos. A pauta da preservação do patrimônio urbano é introduzida na gestão municipal na década de 80, quando o modelo de urbanização vigente, pautado na verticalização e segregação de usos, predatório ao tecido tradicional, passa a ser contestado. Até esse momento, haviam sido arrasados notáveis exemplares e conjuntos urbanos de arquitetura eclética, aos quais não era atribuído valor patrimonial.

Com o pioneiro projeto Corredor Cultural[21] na vizinhança da Área Central de Negócios, inaugura se uma nova abordagem na salvaguarda do patrimônio urbanístico. Esse projeto é paradigmático em termos de conciliação da legislação urbanística com o reconhecimento do valor de conjunto urbanístico do patrimônio não monumental através da proteção de grande parte dos conjuntos urbanos construídos entre o final do século XIX e início do XX, de arquitetura eclética, até então não protegidos, tendo em vista a visão hegemônica, até então, de patrimônio monumental.

A partir de então, além das áreas de preservação, observam-se tombamentos em nível municipal e estadual, de acordo com critérios menos elitistas, e mais sociais, preconizados a partir da Carta de Veneza (1964). Afirmava-se, então, um novo discurso, comum aos três níveis de governo, de uma representação de Brasil associada à diversidade — histórica, regional, local e comunitária —, o Brasil das diferenças e da inclusão (MOTTA, 2000). Enquadram-se nesse contexto as solicitações de tombamento da Rua da Carioca e do Sistema de Bondes de Santa Teresa, feitas pelas associações de amigos e de moradores, respectivamente, reivindicaram a manutenção das tradições, de um modo de viver,

[21] Criado em 1979 e consolidado através da Lei 506 de 17/01/1984, preservou três grandes conjuntos de sobrados do Centro, totalizando cerca de 1600 imóveis, em sua maioria remanescentes do século XIX e do início do século XX.

enfatizando sua importância no cotidiano da população, o seu valor no dia a dia da cidade, como referências de uma identidade carioca.

No processo de patrimonialização é possível observar conflitos de interesses e embates em muitos casos. No final da década de 1980, um dos casos emblemáticos é o da preservação da Fundição Progresso, uma fábrica de fogões na Lapa, tombada pelo INEPAC em 1987. A edificação é um símbolo da luta pela adaptação de antigos espaços em detrimento de uma renovação que substitui os imóveis e apaga sua memória, conforme afirmado por Motta (2000). O plano de reurbanização da Lapa, com vias projetadas sobre o terreno da antiga fábrica, foi mal-recebido pelos cidadãos que possuíam algum tipo de vínculo com o imóvel, resultando em pressão pelo tombamento, ocorrido em 1987.

A intrínseca relação do patrimônio edificado com o patrimônio imaterial, que o dota os lugares de sentido, passa a ser objeto de salvaguarda, principalmente a partir dos anos 2000, tanto na esfera federal, quanto municipal. Nesse sentido, cabe mencionar os Livros de Registro do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial lançados em 2003. A ideia de proteção imaterial avançou recentemente para a proposta de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis buscando formas de incentivar a salvaguarda e a sustentabilidade, o que vem a ser bastante complexo, como é possível observar no caso da rua da Carioca.

2.2 Rua da Carioca

A Rua da Carioca pode ser considerada uma síntese da evolução processo urbano e de patrimonialização da área central. É um caso emblemático, que revela a fragilidade e as limitações dos instrumentos de proteção ao patrimônio urbano, em particular à salvaguarda de usos e atividades. Símbolo do Rio Antigo que deveria ser exemplo de preservação, o logradouro esteve ameaçado em vários momentos de sua história, sendo tombado como conjunto urbano nos níveis estadual e municipal (SAMPAIO; SOARES, 2021).

Na Rua da Carioca é possível observar os fragmentos dos diferentes processos urbanos – projetos e normas - e reverbera suas dinâmicas, seja de vitalidade urbana, seja de decadência de atividades. Nessa perspectiva, a rua foi

um laboratório tanto para intervenções urbanísticas, desde a Reforma Passos, à passagem da Avenida Norte-Sul, à reurbanização do Largo da Carioca, como para ações de salvaguarda que, mesmo sendo qualificadas e contando com participação social, não conseguiram assegurar sua histórica vitalidade e diversidade comercial, frente às dinâmicas urbanas e econômicas contemporâneas. Esse processo enquadra-se no contexto da crescente participação social nas demandas pela proteção ao patrimônio cultural a partir do fim da década de 1970. Mesentier (1992) descreve as iniciativas de preservação, encabeçadas pela SARCA - Sociedade de Amigos da Rua da Carioca. Finalmente, em 1983, o processo é deferido, não pelo IPHAN, mas pelo INEPAC, órgão estadual que demonstrava interesse na preservação de bens culturais que representavam a textura cultural de uma região.

O tombamento estadual do conjunto urbano de sobrados de arquitetura eclética, pode ser considerado uma inciativa de vanguarda, tanto pelo objeto como pela participação social. No processo de tombamento estadual[22], o parecer de Ítalo Campofiorito valoriza a atitude altamente louvável e legítimo empenho da comunidade de comerciantes locais em ver garantidas, pelo tombamento, as obras de restauração, que estão dispostos a fazer por sua própria conta. Atualmente quase metade comércio tradicional daquela que é conhecida como “a mais carioca das ruas”, encontra-se fechado após uma operação imobiliária recente inviabilizar a continuidade de parte de seu comércio centenário. Nessa operação, um banco comprou mais de 40 imóveis do centro do Rio – sendo 18 no logradouro e reajustou os aluguéis com um aumento insustentável para os comerciantes. O reajuste, em alguns casos, chegou a mais de 100%, como ocorreu com o negócio tradicional “A Guitarra de Prata”. A loja de instrumentos musicais fundada em 1887 teve que fechar as portas e passou a fazer suas vendas apenas pela internet. Também teve o mesmo destino o Bar Flora, de 1880, em cuja placa na porta lia-se “O armazém português dos tempos do Império”. O aumento abusivo nos aluguéis inviabilizou a sustentabilidade e, até mesmo, a continuidade, de muitas das atividades comerciais tradicionais, agravando o quadro de crise econômica e dificuldades de modernização da gestão dos negócios.

[22] Processo INEPAC n. E-03/37.709/82 O Órgão municipal de tutela do patrimônio tenta salvar a situação por meio do lançamento do Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis

Logo após o desdobramento da operação, os comerciantes e a SARCA articularam-se e conseguiram o tombamento de imóveis também em nível municipal no decreto 37.273/ 2013, que cria o “Sítio Cultural da Rua da Carioca” com base na justificativa da rua ser uma síntese da identidade carioca e de seu modo de vida e complementa o registro das atividades notáveis. Entretanto, como observado, a salvaguarda não assegurou a resiliência de diversos negócios tradicionais e o contexto de ascensão da economia criativa não foi suficiente para vencer a ganância imobiliária.

Como vimos, a rua da Carioca coleciona instrumentos de proteção: inserida no Corredor Cultural, tendo o conjunto arquitetônico tombado, sendo sítio cultural e com vários imóveis identificados como atividades econômicas tradicionais e notáveis desenvolvidas ao longo da Rua da Carioca (SAMPAIO; SOARES, 2021); Ainda assim, atualmente o cenário da rua é crítico: dos pouco mais de seus 50 imóveis, 25 estão fechados, sem uso. Dos que estão em funcionamento, alguns ainda lutam na Justiça tentando evitar o despejo. Diante de todo o exposto, o desafio é a implementação de uma reabilitação urbana que não implique, por outro lado em uma gentrificação do espaço. Em paralelo há relevância de uma conservação da Rua da Carioca que considere não somente seu casario mas, fundamentalmente, seus usos tradicionais.

Assim, esse entrelaçado entre e a Rua da Carioca e as mudanças urbanas da cidade do Rio de Janeiro, tem suas origens desde o século XVII, quando a atual Rua da Carioca, era apenas um caminho que cortava o “areal” e servia como acesso ao Morro de Santo Antônio. A rua que, desde seus primórdios como um caminho indígena, passou a ganhar importância com a colonização portuguesa, ligando o interior à Baía de Guanabara.

Inicialmente era conhecida como Rua do Egito, posteriormente recebeu o nome de Rua do Piolho, em referência a um antigo morador. Somente em 1848, a Câmara Municipal da cidade, oficializou a denominação de Rua da Carioca, que já era utilizada popularmente por conta da proximidade com o Chafariz da Carioca.

A ocupação da Rua da Carioca seguiu um padrão espacial específico, iniciado pela construção das primeiras edificações no lado direito, em oposição ao terreno pertencente aos frades franciscanos do Convento de Santo Antônio. Essa configuração inicial, condicionada pela dinâmica fundiária e pela presença institucional religiosa, revela a importância das relações de poder e propriedade na

formação do espaço urbano. Ao longo do tempo, a rua experimentou uma transformação significativa, consolidando-se como um importante eixo comercial e um dos principais corredores de circulação da cidade. A presença de estabelecimentos emblemáticos, como o próprio Bar Luiz, atesta a relevância econômica e social da via, que se tornou um *locus* de intensa atividade comercial e um ponto de referência para a população carioca.

Nesse sentido, a Rua da Carioca está profundamente arraigada na memória coletiva dos cariocas. Seus prédios históricos, suas lojas tradicionais e seus eventos culturais são elementos que evocam lembranças e afetos. Como afirma Antônio Edmilson, a memória é um processo socialmente construído e as ruas são lugares privilegiados para a sua produção e reprodução. A Rua da Carioca, com sua longa história e sua importância para a cidade, é um lugar onde se encontram as memórias individuais e coletivas, formando um rico tecido de narrativas sobre o passado.

2.3 Bar Luiz

Na Rua da Carioca, rua que foi aberta há mais de 300 anos no Centro do Rio, o fechamento de lojas comerciais é um fato comum nos últimos anos por causa da crise econômica e do aumento da violência na região. Na tradicional rua de sobrados centenários o cenário revela lojas fechadas em situação de decadência. São poucos os que sobrevivem. Dentre eles está o Bar Luiz, que se encontra fechado atualmente, o que evidencia o quanto o tombamento não foi o suficiente para assegurar por um lado a saúde financeira nem, por outro a vitalidade do estabelecimento. Fundado em 1887[23] o bar é um dos mais antigos do Rio de Janeiro e pioneiro na comercialização do chopp na cidade.

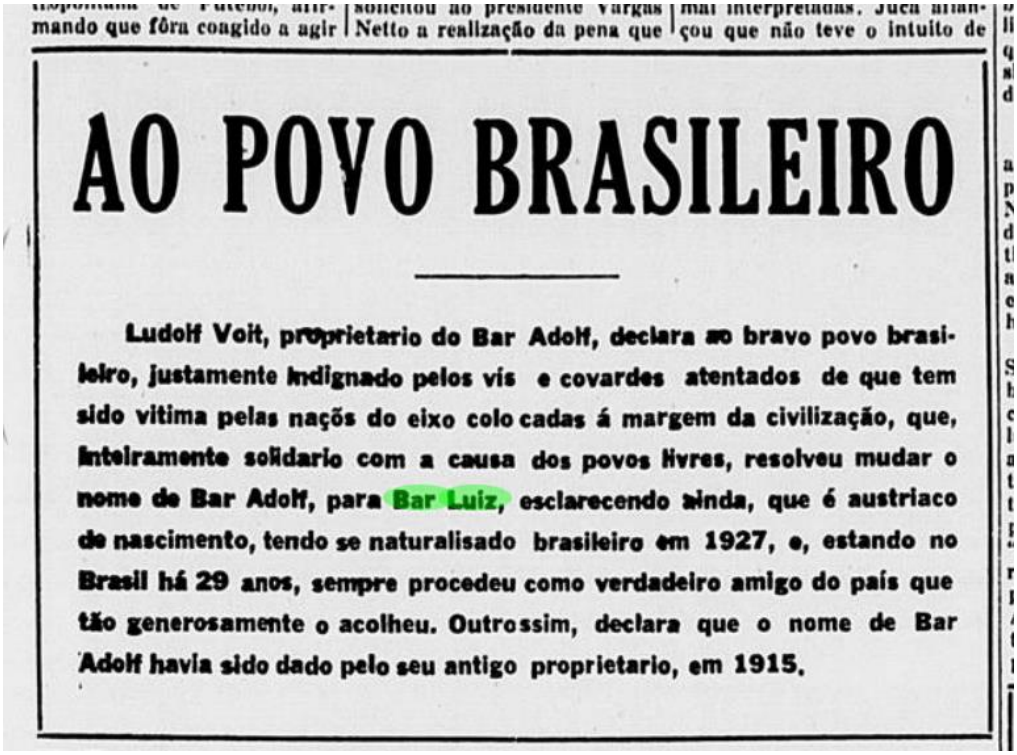
O Bar Luiz além de ser palco de muitos encontros, brindes e páginas da história da cidade do Rio de Janeiro, foi frequentado por personalidades como

[23] 1887 é o ano da fundação do Zum Schlauch que futuramente se muda para o atual endereço na Rua da Carioca em 1927, para posteriormente ser conhecido como Bar Luiz.

Olavo Bilac, Pixinguinha e Ari Barroso, personagem de um dos eventos mais marcantes da história do bar. O lugar também foi o escolhido para o Lançamento do Corredor Cultural, o que diz muito tanto sobre o bar quanto sobre a política, marca do Bar Luiz que testemunhou diversos encontros, alianças e projetos políticos.

Uma análise das menções ao bar no acervo da Hemeroteca Digital evidencia um panorama sobre o bar, mas descortina discussões sobre a cidade, patrimônio, turismo e os *habitués*. Uma análise de 2972 referências ao Bar Luiz deixa claro que as principais temáticas estão relacionadas ao caráter tradicional do bar, assim como o uso do bar como referência espacial de orientação na cidade, uma vez que as reportagens são recheadas de expressões como “perto do Bar Luiz” ou “entre o Bar Luiz e a Praça Tiradentes”. É interessante notar como a partir da década de 1980, segundo o critério do Jornal do Brasil o restaurante sai da categoria de comida alemã para vincular entre os da categoria tradicional. A reportagem a seguir, de 1980, já faz referência ao caráter tradicional do bar atrelado, nesse caso à história do estabelecimento, e à lendária serpentina de 176 metros que faz com que ao menos um barril de 50 litros fique sempre gelado na serpentina, bem como à gestão familiar.

O fio da investigação das referências ao bar em periódicos da Hemeroteca, começa justamente com uma referência a um dos episódios mais marcantes da história do bar quando deixa de se chamar Bar Adolfo para assumir o nome de Bar Luiz.



mando que fôra coagido a agir | Netto a realização da pena que | çou que não teve o intuito de

AO POVO BRASILEIRO

Ludolf Voit, proprietario do Bar Adolf, declara ao bravo povo brasileiro, justamente indignado pelos vis e covardes atentados de que tem sido vitima pelas nações do eixo colocadas á margem da civilização, que, inteiramente solidario com a causa dos povos livres, resolveu mudar o nome de Bar Adolf, para Bar Luiz, esclarecendo ainda, que é austriaco de nascimento, tendo se naturalisado brasileiro em 1927, e, estando no Brasil há 29 anos, sempre procedeu como verdadeiro amigo do país que tão generosamente o acolheu. Outrossim, declara que o nome de Bar Adolf havia sido dado pelo seu antigo proprietario, em 1915.

Figura 2: Reportagem do Jornal do Brasil de 1942. Acervo: Hemeroteca Digital.

O fragmento é uma nota de posicionamento “Ao Povo Brasileiro” em 1942 sobre o nome do bar e a oficialização do recém renomeado Bar Luiz. A nota foi necessária porque com a Segunda Guerra Mundial que estava em curso, estudantes do Colégio Pedro II, assumiram que o nome do estabelecimento era uma homenagem a Adolf Hitler. O bar só não foi destruído por interferência do músico Ary Barroso, que era frequentador do estabelecimento e desfez o mal-entendido.

JORNAL DO BRASIL □ quinta-feira, 3/1/80 □ 1º Caderno

Foto de Cynthia Brito

O Bar Luiz serve chope das 10 às 24h, mas os fregueses habituais preferem freqüentá-lo à noite

Arquibancadas do carnaval custam deCr$ 50 a Cr$ 3 mil com 66 mil e 200 lugares

No próximo carnaval, 624 mil 500 pessoas vão desfilar em 490 agremiações. Na Rua Marquês de Sapucaí, que continuará o maior centro das comemorações carnavalescas, estarão à venda 66 mil 200 lugares nas arquibancadas, com preços que variam de Cr$ 50 (14 mil 293 lugares) a Cr$ 3 mil (22 mil 250).

O orçamento para o carnaval de 80 é de Cr$ 240 milhões, o que representa um acréscimo de 49% com

Bar Luiz reúne amigos para chope de graça hoje na festa dos 93 anos

O Bar Luiz comemora hoje, a partir das 19h, 93 anos de existência — o primeiro ensaio para o centenário de 1987 —, segundo Bruno Kurowsky, atual proprietário da casa da Rua da Carioca 39. Para a festa foram distribuídos 500 convites, o "cartão de identidade Amigo do Bar Luiz" que dá direito ao chope, aos papos de fossa e à alegria.

Fundado por Jacob Wendling a 3 de janeiro de 1887 na Rua da Assembléia, 102, com o nome de Zum Schlauch (era estreito e lembrava uma tripa), passou depois a ser conhecido por Zum Alten Jacob (ao velho Jacob), Braço de Ferro, Bar Adolf (1915) e finalmente Bar Luiz (1943), conservando até hoje famosas a qualidade de sua salada de batatas com

Figura 3: Reportagem do Jornal do Brasil de 1980. Acervo: Hemeroteca Digital.

A partir de 1981 foram encontradas referências ao estilo Art-Déco do bar, que frequentemente aparece relacionado ao Bar Lagoa e sempre como parte da justificativa de preservação dos dois bares, incluindo a questão arquitetônica como diferencial do bar. No mesmo ano o Guia Quatro Rodas relança uma edição de “As melhores cozinhas”. Nele, Solano de Castro faz referência a Casa Cavê e ao Bar Luiz como exemplares de restaurante que são mais acolhedores que os restaurantes de gala.

Ano 1983\Edição 00058 (1)

O Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, é um destaque do Corredor Cultural

"Corredor" guarda memória do velho Rio

Bruno Thys

Pelo Centro do Rio passaram a Colônia, o Império e a República Velha, deixando suas marcas na paisagem da cidade. Hoje, a memória arquitetônica destas épocas sobrevive escondida pelos grandes e modernos edifícios, atrás das largas avenidas. Para preservar o que restou da arquitetura de antigamente, ao mesmo tempo garantindo o crescimento urbano do Centro, a Prefeitura criou o Projeto Corredor Cultural. Esta semana, depois de quatro anos na prancheta, o projeto chega às mãos do prefeito Jamil Haddad, para aprovação.

Cerca de 1 milhão de metros quadrados de monumentos e ambientes, a maioria sem a proteção do Patrimônio Histórico, agora serão preservados pelo município: a Colônia, na Praça 15; o Império, na Praça da República, a 1ª República, na Cinelândia, e o início do século, na Saara. Além de restringir a área Largo da Carioca, Rua da Carioca, Largo de São Francisco, Praça 15 e todas as ruas do Saara. O projeto foi transformado em desenho urbano e depois foi criada uma câmara técnica, com a participação de intelectuais, onde se estudou, entre outras coisas, o aproveitamento da área para a promoção de eventos culturais, com intensa participação dos comerciantes, moradores e amigos do Centro da Cidade.

O Projeto

Ao assumir a Secretaria de Obras e Planejamento do município, Samir Haddad interessou-se pelo projeto que estava estagnado em consequência da indefinição de alguns pontos. O maior obstáculo à execução do plano do Corredor Cultural era o projeto da Avenida Norte-Sul, elaborado no início da década de do tempo, recuperando fachadas, toldos e luminárias, e o calçamento das ruas de pedestres. O Largo de São Francisco será fechado e transformado em Forum de debates.

Os moradores e comerciantes do Centro são os mais entusiasmados com o projeto. O Presidente da Saara, Ênio Carlos Bettencourt, que participou da elaboração do Corredor Cultural, afirma: "A partir deste momento teremos condição de preservar o que ainda resta da arquitetura antiga e estamos com diversas atividades já programadas para atrair pessoas ao Centro durante a noite. Roberto Couri, Presidente da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca, Saara, diz que "o objetivo principal é preservar o casario centenário, e o que ainda resta de Rio-antigo."

Ao receber o projeto, o Prefeito Jamil Haddad poderá aprová-lo através de um decreto, mas todos os envolvidos na elaboração

Com festas e missa, moradores do Morro de Santa Marta, em Botafogo, comemoraram ontem a inauguração da sede de sua associação. "Peregrino nas estradas de um mundo desigual espoliado pelo lucro e a ambição do capital/ do poder do latifúndio enxotado e sem lugar/já não sei por onde andar/na esperança eu me agarro no mutirão", entoaram os favelados, no início da missa.

O prédio de três andares, branco e laranja, se destaca na paisagem cinzenta e de habitações baixas da favela, onde os moradores contam com o apoio da Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas, entidade ligada ao Colégio Santo Inácio. A nova sede foi construída em mutirão, com ajuda da João Fortes Engenharia, que cedeu operários, parte do material e fez o acabamento.

Sem paternalismo

"São somente fogos. Fiquem tranqüilos", explicava o motorista Beto Rambaia dos visitantes presentes à festa na sede. Assim ele tranqüilizava os que imaginavam tratar-se de tiros. Beto trabalha na Câmara Municipal, servindo à Vereadora Benedita da Silva — a Bena — do PT.

Além da missa, de um show e de um coquetel, houve exibição de slides contando a história da favela e do trabalho comunitário que lá se realiza. A Associação dos Antigos Alunos dos Padres Jesuítas "não interfere na dinâmica do movimento dos moradores, respeita suas decisões", garante o Padre Agostinho Castejon, presidente da Associação Católica do Brasil e ex-morador da favela, onde ainda mantém um barraco. Ontem ele celebrou a missa, com o Padre Veloso, de 82 anos, ex-Reitor da PUC e conhecido na favela há mais de 40 anos.

Na nova sede, segundo o presidente da Associação dos Moradores, bancário Itamar Silva, funcionarão um consultório médico-dentário, uma sala de alfabetização, uma biblioteca e um salão para reuniões e atividades recreativas.

FALE PRIMEIRO COM A

Figura 4: Reportagem do Jornal do Brasil de 1983. Acervo: Hemeroteca Digital.

O Corredor Cultural volta a ser assunto na reportagem de 1983, e um parágrafo da reportagem de Bruno Thys merece destaque ao avaliar que essa é a primeira vez que "o poder público reagia a ideia surgida nos idos de 1950 e difundida nos setores ligados ao planejamento, de que o progresso significava a destruição do passado para a reconstrução de uma nova cidade" (05/06/1983; 1º Caderno JB p. 25) e que o corredor é uma ferramenta fundamental para "preservar a arquitetura de antigamente". O texto reforça, ainda que depois de 4 anos de prancheta o projeto vai para o gabinete do prefeito. Meses depois, os jornais anunciavam a festa de tombamento da Rua da Carioca, sendo simbólico considerar que a reportagem menciona que a festa de lançamento do projeto também ocorreu no Bar Luiz em junho de 1979.

8 □ CADERNO B □ domingo, 23/10/83 JORNAL DO BRASIL

CHOPE, A TRADIÇÃO CARIOCA QUE NEM A CRISE CONSEGUE MATAR

Elizabeth Orsini

-VAMOS tomar um chopinho? A frase é das mais ouvidas no Rio, ainda mais quando se aproxima o verão. Mas apesar da popularidade do chope — que a maioria prefere à cerveja — pouca gente sabe que seu consumo vem diminuindo ano após ano. Pelo menos é o que prova a pesquisa feita pelo tradicional Bar Luiz, na Rua da Carioca. Os números mostram que em 1965, por exemplo, o carioca consumiu no Bar Luiz 136 mil 921 litros, número que diminuiu para 122 mil 020 litros em 1981. Ano passado este número caiu para 117 mil 020 litros.

A culpa, segundo bebedores e o próprio pessoal do Bar Luiz, é da crise econômica brasileira. A verdade, porém, é que o chope carioca ou o "chop" paulista ainda é o grande símbolo de confraternização e continua resistindo bravamente aos infortúnios econômicos. No Bar Luiz — que disputa com o Bar Brasil a preferência da clientela — o administrador Clêber Tavares explica que os homens bebem mais do que as mulheres mas que estas, pouco a

consome 25 pedras por dia, cinco vezes mais pedras do que a maioria das outras casas. É um sistema do início do século, por volta de 1920, que conservamos até hoje.

O chopeiro Antonio Diogo Silva conta que serve em média seis barris por dia (300 litros), o que corresponde a aproximadamente 900 canecas. Sessenta por cento é de chope branco e 40% do preto ("é o preferido das mulheres"), e maior consumo está entre entre as pessoas de 40 a 50 anos.

Quando um chope é bem tirado — explica — se a pessoa der 10 goles o copo ficará com a marca dos 10.

— Não há necessidade de gelar o copo mas o ideal deve ser fino. Um chope com colarinho perfeito deve ter 1,5cm de espessura e resistir até que a pessoa acabe de beber. A espuma mostra que o chope está com as partículas de gás inseridas no líquido. Caso contrário, é choco.

Há mais de 10 anos no Bar Luiz, o garçom Gilberto Neves Barbosa diz que nesses anos são raríssimas as pessoas que pedem chope sem espuma: "As vezes acontece, mas geralmente são adolescentes. Os velhos sábios nunca fazem tão estranho pedido. Geralmente pedem chope

DA ARTE DE DEGUSTAR UMA BOA BEBIDA

A temperatura ideal para degustação da cerveja ou do chope oscila entre sete e nove graus centígrados, descendo a cinco graus para o resfriamento da bebida antes de ser servida. A opinião é do expert Horst Lindner, atual gerente do Departamento Industrial da Fital Curitiba da Brahma, cujo primeiro cargo na empresa foi o de aprendiz de mestre cervejeiro, em 1961.

Diplomado pela Universidade Técnica de Munique, na Alemanha, ele explica que a cerveja engarrafada e a cerveja em barril (chope) têm a mesma composição, diferindo apenas na pasteurização. Enquanto o chope é cru, a cerveja é pasteurizada. Por isso a leveza em seu paladar. A pasteurização assegura à cerveja a duração de meses enquanto o chope, mesmo guardado em câmaras frigoríficas, dura no máximo algumas semanas.

— A diferença das cervejas e chopes em claros e escuros, deve-se aos tipos de malte empregados. As claras são mais leves e as escuras, mais encorpadas e, portanto, indicadas para os climas frios.

Para Lindner, a água continua a influenciar a qualidade da cerveja. Mas hoje, com a tecnologia desenvolvida, pode-se

Figura 5: Reportagem do Jornal do Brasil de 1979. Acervo: Hemeroteca Digital.

A reportagem de 23/10/1983 começa fazendo referência a uma pesquisa feita pelo próprio Bar Luiz sobre o consumo de chopp, sendo a métrica, é claro, o próprio bar e o os garçons que trabalham há anos na casa. Os dados apontam para uma queda no consumo de chopp ao longo dos anos: em 1965 foram 136.921 litros de chopp, em comparação com 1981 onde o consumo anual só atingiu os 122.020 litros, seguidos de nova queda em 1982 com somente 117.020 litros de chopp. Em entrevista, os proprietários se apressam em apontar que a culpa é da crise. A reportagem segue contando todo o tipo de anedota passando pela serpentina de 8 voltas, com 176 metros, e segundo o choppeiro são servidos em média 300l por dia especialmente para o público masculino.

Em uma reportagem do ano seguinte, 30/04/1984, é importante notar como a noção de continuidade abordada no capítulo 1 é revisitada como parte do que confere tradição aos bares de forma geral. O texto segue elencando permanências no Bar Luiz e em outros da região central, como garçons que trabalham por anos nos estabelecimentos, clientes *habitués* e até as toalhas impecavelmente brancas do Penafiel.

6 CADERNO B segunda-feira, 30-4-84 JORNAL DO BRASIL

Restaurantes do Centro da cidade

TRADIÇÃO À MODA DA CASA

Aguinaldo Ramos

ENTRE as paredes chapiscadas do Restaurante Brasil, o "alemão da Lapa" para os íntimos, tudo pode acontecer. Se quem estiver almoçando for o antigo frequentador Fernando Português, afinador de vozes do Teatro Municipal, o pedido de chope chegará ao mais popular garçom da casa, Chico, 27 anos a serviço do freguês, em forma de ária de ópera.

Nesta mesma hora, em outro ponto do centro da cidade, na Rua Senhor dos Passos com Avenida Passos, na elegante simplicidade do Penafiel (onde os aderegos se limitam a discretos detalhes art deco), isso jamais ocorrerá. Em compensação, não raro, clientes como o empre-

gos, "mais higiênicos", naquele espaço comandado por Aparecida, uma mulata que não chega a falar em Português primoroso, mas entende os pratos pedidos em alemão. Principalmente se quem entrar na cozinha para pedir for Paulinho da Viola, João Nogueira ou Jair Rodrigues.

Já o Ficha, também especializado em comida alemã, comandado há quase 50 anos por dona Maria Schaade, auxiliada pelo filho Geraldo, e apoiado no entusiasmo e no desenvolvido espírito comercial de Bernardo Carlos Pinto (foi garçom durante 22 anos) não quis mudar. Preferiu manter o rosto antigo, o óleo retratando o Grito do Ipiranga, as mesas pequeninas com suas toalhas de florões e demo-

Ficha, pequeno, apertado, mas com uma deliciosa comida alemã

Figura 6: Reportagem do Jornal do Brasil de 1984. Acervo: Hemeroteca Digital.

No ano seguinte o Bar Luiz aparece em uma sugestão de roteiro na região central com foco na Rua da Carioca, ao que o título se refere como “velhos sobrados”. Há, ainda, uma fala do então gerente sobre o público do bar, a quem ele delimita como sendo o “resto da Classe A que ainda existe no Rio”.

Ano 1985\Edição 00010 (1)

6 ○ CADERNO B ○ quinta-feira, 18/4/85 — JORNAL DO BRASIL

Comida

Um roteiro para o almoço em meio aos velhos sobrados

Maria Eduarda Alves de Sousa

TOMBADA há dois anos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio, a Rua da Carioca ainda está longe de transformar-se no recanto sonhado por urbanistas. Mas, lutando contra buracos nas calçadas, a poluição inevitável e custos altos, alguns proprietários e arrendatários esforçam-se por manter alto o pique da rua, fazem obras, restauram fachadas, pintam de novo os antigos sobrados.

Entre sapatarias, lojas de móveis e casas de malas, os restaurantes e pensões são responsáveis por boa parte da atração da velha rua, onde no início do século faziam compras e passeavam senhoras enchapeladas e senhores sóbrios. A freqüência é a mais diversa possível: veteranos boêmios procuram inclusive na hora do almoço o chope bem tirado do Bar Luiz, o único das redondezas aberto até de madrugada, enquanto jovens executivos e secretárias preferem alternar-se entre a comida leve do Sabor Carioca, um belo sobrado todo restaurado, e do Nova Carioca. Mas

SABOR CARIOCA

HÁ três anos, Shir Steinfeld, comerciante, recém-chegada de Israel, conheceu a arquiteta Alexandra Low-Beer. E em janeiro deste ano teve a idéia de abrir um restaurante no centro. Sabendo da experiência de Alexandra em projetos de lojas, começou com ela a pesquisar prédios antigos na cidade. Até que descobriram um, na Rua da Carioca 54, A, de dois andares. Sob orientação do INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural do Rio), Alexandra restaurou a fachada, devolvendo-lhe o aspecto que possuía em 1906, quando o edifício era a Alfaiataria Guanabara, e transformou-o no restaurante o Sabor Carioca.

Dispondo de saladas e empadões ("uma comida leve, que convém a quem trabalha no centro", diz Alexandra), o Sabor Carioca é uma mistura de passado e presente. Passado, na fachada, com as as

— Nossa preocupação foi conceber o restaurante como fazem arquitetos italianos e outros, isto é, manter sua fachada antiga e adaptar o espaço interno de modo funcional — explicou Alexandra.

O Sabor Carioca abre de segunda a sexta-feira para almoço. Na sexta fica aberto até 19 horas, servindo chope. Seu telefone é 232-3255. Os preços vão de Cr$ 3 mil, o empadão, a Cr$ 5 mil, a porção de salada ou frios.

Salada de Batatas Alemã

Ingredientes: Um quilo de batatas, uma colher (sopa) de cebola, 100 gr. de bacon, uma colher (sopa) de maionese, vinagre, sal e pimenta.

Modo de Fazer: Corte as batatas em rodelas e cozinhe-as na água e sal. Pique a cebola e refogue-a com bastante óleo

BAR LUIZ

EM 1887, quando começou na rua da Assembléia, 105 chamava-se Braço de Ferro. Depois, em 1915, no mesmo endereço, passou a chamar-se Bar Adolfo. Conservou este nome ao mudar-se para a Rua da Carioca, 39, em 1927. Até em 1942 ganhar novo nome, Bar Luiz, para que desse modo sobre ele não recaísse nenhuma associação a Adolf Hitler. Ainda mais que a comida alemã era — e é — uma de suas especialidades.

Quase 100 anos após sua fundação, o Bar Luiz (cujos proprietários até hoje são brasileiros) é um dos últimos redutos da boemia carioca. Saboreando seus pratos alemães e seu famoso chope, já passaram por ali Ari Barroso, Lamartine Babo, Carlos Lacerda. E atualmente, de segunda a sábado, a partir de 11 horas é freqüentado por políticos, artistas e intelectuais de toda sorte.

— Quem freqüenta o Bar Luiz é o resto da classe. A que ainda existe no Rio

Kassler (Costeleta Defumada)

Ingredientes: 200g de costeleta defumada (pode ser adquirida na Casa Blumenau, Rua Gonçalves Dias, 89-B); três batatas, um tomate; meio pimentão; uma cebola pequena; 50g de presunto; 50g de petit-pois, um ovo cozido.

Modo de Fazer: Frite as costeletas, mas sem torrá-las. Cozinhe as batatas até ficarem douradas. À parte, refogue o tomate, o pimentão, a cebola, o presunto e o petit-pois. Ponha no prato a costeleta, guarneça-o com este refogado e enfeite-o com o ovo cozido. Esta receita dá para uma pessoa.

Escalope à Holstein

Ingredientes: 200g de contrafilé, três batatas médias, um quarto de cebola e salsa.

Modo de Fazer: Corte as batatas em pedaços pequenos, refogue na cebola e

PASTÉIS E PIANO

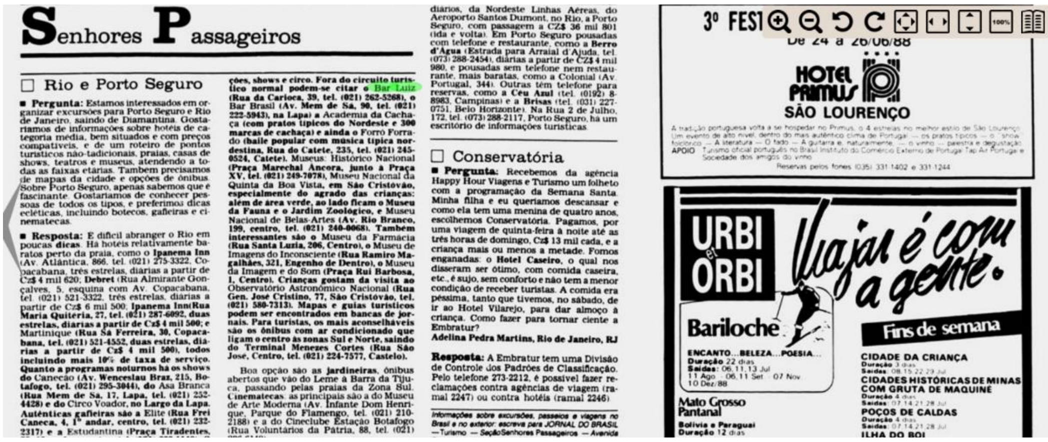
PEGADA ao Largo da Carioca, a Pastelaria New China (que também se chama Ponto Quente), abre de segunda a domingo, de oito às 23 horas, vendendo, além de pastéis, pizzas de Cr$ 3 mil a Cr$ 4 mil, sanduíches de Cr$ 1 mil 200 a Cr$ 4 mil 500 e caldo de cana, a Cr$ 800. Fica na Rua da Carioca, 3.

● Mais adiante, nos números 21 a 23, ficam, embaixo, a Confeitaria e Bar Nova Carioca, em cima, o restaurante do mesmo nome. Com ar-condicionado, serve de segunda a sexta, de 11 às 17 horas, bufê com 22 pratos frios e quentes, a Cr$ 7 mil 500. Seu telefone é 262-1529.

● Em frente ao Sabor Carioca, a Pizzaria e Restaurante Navona oferece dois

Figura 7: Reportagem do Jornal do Brasil de 1985. Acervo: Hemeroteca Digital.

Os jornais de 31/10/1986 anunciam os preparativos para a comemoração do aniversário do bar Luiz, dentre as comemorações um concurso de mulheres para saber quem bebe mais chopp a metro. A edição do mesmo jornal posterior a festa anuncia que a vendedora bebeu 14 metros. É possível observar que a competição era um clássico nas comemorações e a referência se repete anualmente em mais quatro edições do jornal.



Senhores Passageiros

Rio e Porto Seguro

■ **Pergunta:** Estamos interessados em organizar excursões para Porto Seguro e Rio de Janeiro, saindo de Diamantina. Gostaríamos de informações sobre hotéis de categoria média, bem situados e com preços compatíveis, e de um roteiro de pontos turísticos não-tadicionais, praias, casas de shows, teatros e museus, atendendo a todas as faixas etárias. Também precisamos de mapas da cidade e opções de ônibus. Sobre Porto Seguro, apenas sabemos que é fascinante. Gostaríamos de conhecer pessoas de todos os tipos, e preferimos dicas ecléticas, incluindo botecos, gafieiras e cinematecas.

■ **Resposta:** É difícil abranger o Rio em poucas **dicas**. Há hotéis relativamente baratos perto da praia, como o **Ipanema Inn** (Av. Atlântica, 866, tel. (021) 275-3322, Copacabana, três estrelas, diárias a partir de Cz$ 4 mil 620; **Debret** (Rua Almirante Gonçalves, 5, esquina com Av. Copacabana, tel. (021) 521-3322, três estrelas, diárias a partir de Cz$ 6 mil 500; **Ipanema Inn(Rua Maria Quitéria, 27, tel. (021) 287-6092, duas estrelas, diárias a partir de Cz$ 4 mil 500; e** Martinique **(Rua Sá Ferreira, 30, Copacabana, tel. (021) 521-4552, duas estrelas, diárias a partir de Cz$ 4 mil 500), todos incluindo mais 10% de taxa de serviço. Quanto a programas noturnos há os shows do** Canecão **(Av. Wenceslau Braz, 215, Botafogo, tel. (021) 295-3044), do** Asa Branca **(Rua Mem de Sá, 17, Lapa, tel. (021) 252-4428) e do** Circo Voador, **no Largo da Lapa. Autênticas gafieiras são a** Elite **(Rua Frei Caneca, 4, 1º andar, centro, tel. (021) 232-2317) e a** Estudantina **(Praça Tiradentes,**

ções, shows e circo. Fora do circuito turístico normal podem-se citar o Bar Luiz (Rua da Carioca, 39, tel. (021) 262-5268), o Bar Brasil **(Av. Mem de Sá, 90, tel. (021) 222-5943), na Lapa) a** Academia da Cachaça **(com pratos típicos do Nordeste e 300 marcas de cachaça) e ainda o** Forró Forrado **(baile popular com música típica nordestina, Rua do Catete, 235, tel. (021) 245-0524, Catete).** Museus: Histórico Nacional **(Praça Marechal Âncora, junto à Praça XV, tel. (021) 249-7078),** Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, **em São Cristóvão, especialmente do agrado das crianças: além de área verde, ao lado ficam o Museu da Fauna e o Jardim Zoológico, e** Museu Nacional de Belas-Artes **(Av. Rio Branco, 199, centro, tel. (021) 240-0068). Também interessantes são o** Museu da Farmácia **(Rua Santa Luzia, 206, Centro), o** Museu de Imagens do Inconsciente **(Rua Ramiro Magalhães, 321, Engenho de Dentro), o** Museu da Imagem e do Som **(Praça Rui Barbosa, 1, Centro). Crianças gostam da visita ao** Observatório Astronômico Nacional **(Rua Gen. José Cristino, 77, São Cristóvão, tel. (021) 580-7313). Mapas e guias turísticos podem ser encontrados em bancas de jornais. Para turistas, os mais aconselháveis são os ônibus com ar condicionado que ligam o centro às zonas Sul e Norte, saindo do Terminal Menezes Cortes (Rua São José, Centro, tel. (021) 224-7577, Castelo).**

Boa opção são as **jardineiras**, ônibus abertos que vão do Leme à Barra da Tijuca, passando pelas praias da Zona Sul. **Cinematecas**: as principais são a do Museu de Arte Moderna (Av. Infante Dom Henrique, Parque do Flamengo, tel. (021) 210-2188) e a do Cineclube Estação Botafogo (Rua Voluntários da Pátria, 88, tel. (021)

diários, da Nordeste Linhas Aéreas, do Aeroporto Santos Dumont, no Rio, a Porto Seguro, com passagem a CZ$ 36 mil 801 (ida e volta). Em Porto Seguro pousadas com telefone e restaurante, como a **Berro d'Água** (Estrada para Arraial d'Ajuda, tel. (073) 288-2454), diárias a partir de CZ$ 4 mil 980, e pousadas sem telefone nem restaurante, mais baratas, como a Colonial (Av. Portugal, 344). Outras têm telefone para reservas, como a **Céu Azul** (tel. (0192) 8-8983, Campinas) e a **Brisas** (tel. (031) 227-0751, Belo Horizonte). Na Rua 2 de Julho, 172, tel. (073) 288-2117, Porto Seguro, há um escritório de informações turísticas.

Conservatória

■ **Pergunta:** Recebemos da agência Happy Hour Viagens e Turismo um folheto com a programação da Semana Santa. Minha filha e eu queríamos descansar e como ela tem uma menina de quatro anos, escolhemos Conservatória. Pagamos, por uma viagem de quinta-feira à noite até as três horas de domingo, Cz$ 13 mil cada, e a criança mais ou menos a metade. Fomos enganadas: o **Hotel Caseiro**, o qual nos disseram ser ótimo, com comida caseira, etc., é sujo, sem conforto e não tem a menor condição de receber turistas. A comida era péssima, tanto que tivemos, no sábado, de ir ao Hotel Vilarejo, para dar almoço à criança. Como fazer para tornar ciente a Embratur?

Adelina Pedra Martins, Rio de Janeiro, RJ

Resposta: A Embratur tem uma Divisão de Controle dos Padrões de Classificação. Pelo telefone 273-2212, é possível fazer reclamações contra agências de viagem (ramal 2247) ou contra hotéis (ramal 2246)

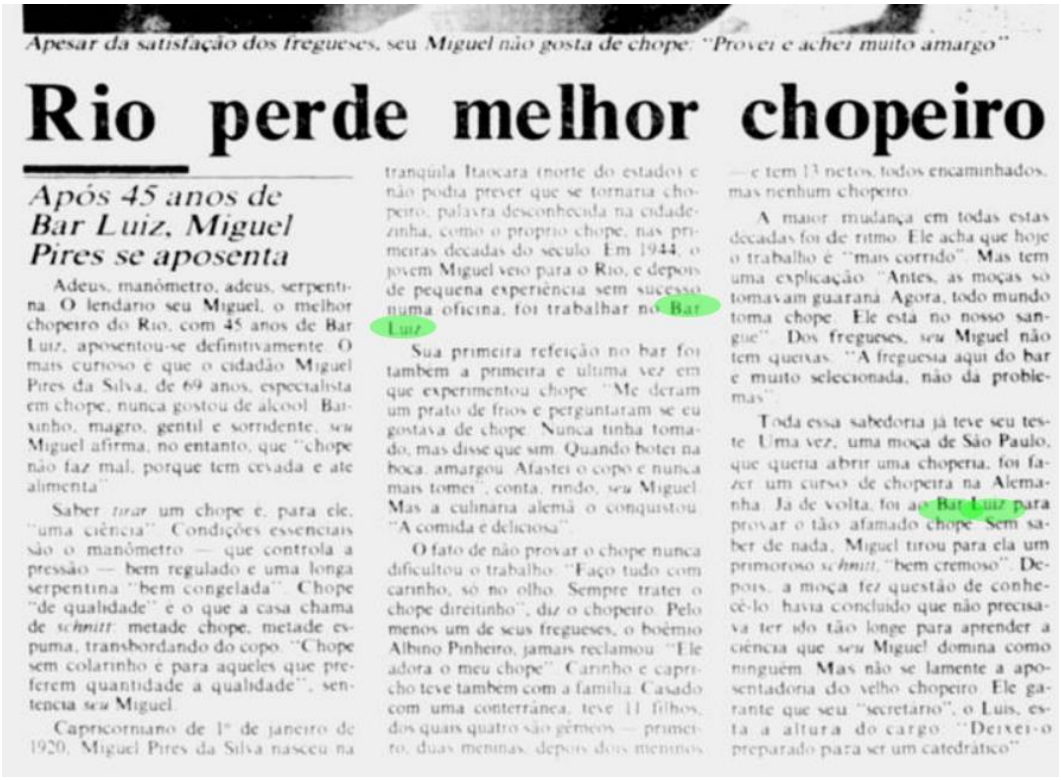
Informações sobre excursões, passeios e viagens no Brasil e no exterior: escreva para JORNAL DO BRASIL — Turismo — Seção Senhores Passageiros — Avenida

Figura 8: Reportagem do Jornal do Brasil de 1988. Acervo: Hemeroteca Digital.

A reportagem do Jornal do Brasil de 06/08/88 no caderno sobre turismo faz referência ao Bar Luiz e outros pontos do centro do Rio como uma tração “fora do circuito turístico normal”. Já indicando o apelo e o potencial da apropriação desse tipo de lugar pela atividade turística.

Outro ponto interessante é já na década de 1980 o lançamento da filial da Barra da Tijuca. Nesse sentido, o Bar Luiz está na vanguarda dos outros bares investigados e que fizeram esse mesmo movimento anos depois. Como veremos mais à frente, a expansão ainda viria a incluir um quiosque na praia de Copacabana e uma filial em Niterói.

Outra similaridade importante aparece na reportagem a seguir, de 1989. Indicando a aposentadoria de Miguel Pires da Silva, o "melhor chopeiro" da cidade, que se aposentou depois de 45 anos sendo responsável pelos chopps do Bar Luiz. A reportagem segue fazendo referência a garçons, cozinheiros, gerentes e seus muitos anos de trabalho a frente do bar.



Apesar da satisfação dos fregueses, seu Miguel não gosta de chope: "Provei e achei muito amargo"

Rio perde melhor chopeiro

Após 45 anos de Bar Luiz, Miguel Pires se aposenta

Adeus, manômetro, adeus, serpentina. O lendário seu Miguel, o melhor chopeiro do Rio, com 45 anos de Bar Luiz, aposentou-se definitivamente. O mais curioso é que o cidadão Miguel Pires da Silva, de 69 anos, especialista em chope, nunca gostou de álcool. Baixinho, magro, gentil e sorridente, seu Miguel afirma, no entanto, que "chope não faz mal, porque tem cevada e até alimenta".

Saber *tirar* um chope é, para ele, "uma ciência". Condições essenciais são o manômetro — que controla a pressão — bem regulado e uma longa serpentina "bem congelada". Chope "de qualidade" é o que a casa chama de *schnitt*: metade chope, metade espuma, transbordando do copo. "Chope sem colarinho é para aqueles que preferem quantidade a qualidade", sentencia seu Miguel.

Capricorniano de 1º de janeiro de 1920, Miguel Pires da Silva nasceu na tranqüila Itaocara (norte do estado) e não podia prever que se tornaria chopeiro, palavra desconhecida na cidadezinha, como o próprio chope, nas primeiras décadas do século. Em 1944, o jovem Miguel veio para o Rio, e depois de pequena experiência sem sucesso numa oficina, foi trabalhar no Bar Luiz.

Sua primeira refeição no bar foi também a primeira e última vez em que experimentou chope. "Me deram um prato de frios e perguntaram se eu gostava de chope. Nunca tinha tomado, mas disse que sim. Quando botei na boca, amargou. Afastei o copo e nunca mais tomei", conta, rindo, seu Miguel. Mas a culinária alemã o conquistou. "A comida é deliciosa".

O fato de não provar o chope nunca dificultou o trabalho. "Faço tudo com carinho, só no olho. Sempre tratei o chope direitinho", diz o chopeiro. Pelo menos um de seus fregueses, o boêmio Albino Pinheiro, jamais reclamou. "Ele adora o meu chope". Carinho e capricho teve também com a família. Casado com uma conterrânea, teve 11 filhos, dos quais quatro são gêmeos — primeiro, duas meninas, depois dois meninos — e tem 13 netos, todos encaminhados, mas nenhum chopeiro.

A maior mudança em todas estas décadas foi de ritmo. Ele acha que hoje o trabalho é "mais corrido". Mas tem uma explicação: "Antes, as moças só tomavam guaraná. Agora, todo mundo toma chope. Ele está no nosso sangue". Dos fregueses, seu Miguel não tem queixas. "A freguesia aqui do bar é muito selecionada, não dá problemas".

Toda essa sabedoria já teve seu teste. Uma vez, uma moça de São Paulo, que queria abrir uma choperia, foi fazer um curso de chopeira na Alemanha. Já de volta, foi ao Bar Luiz para provar o tão afamado chope. Sem saber de nada, Miguel tirou para ela um primoroso *schnitt*, "bem cremoso". Depois, a moça fez questão de conhecê-lo: havia concluído que não precisava ter ido tão longe para aprender a ciência que seu Miguel domina como ninguém. Mas não se lamente a aposentadoria do velho chopeiro. Ele garante que seu "secretário", o Luis, está à altura do cargo: "Deixei-o preparado para ser um catedrático".

Figura 9: Reportagem do Jornal do Brasil de 1989. Acervo: Hemeroteca Digital.

Já no início da década de 1990 há uma referência a um projeto de roteiros culturais, com o objetivo de mostrar "o rio que não aparece nos cartões postais". O que chama atenção nessa reportagem de 1991 é que ela destaca que o projeto é algo recorrente e organizado pela Sociedade de Amigos da Rua da Carioca (SARCA), ou seja, fruto de uma mobilização da sociedade civil organizada e que, segundo a reportagem, já guiou mais de 30 mil pessoas até aquele momento. A

SARCA aparece de forma recorrente nas reportagens, majoritariamente em ações que mobilizam projetos culturais na região.

GRÁTIS

Zeca Fonseca

Muito além do cartão-postal

Uma viagem ao Rio antigo através da história, arquitetura e comércio da Rua da Carioca é o passeio especial que o professor Carlos Roquette oferece neste domingo para comemorar os oito anos do

Figura 10: Reportagem do Jornal do Brasil de 1990. Acervo: Hemeroteca Digital.

Uma das reportagens mais interessantes dessa seção está logo a seguir. Nela, diversos artistas são convidados a responder a seguinte provocação “Qual o bar deveria ser tombado no Rio?”, na edição da revista programa de 1993.

Figura 11: Reportagem do Jornal do Brasil de 1993. Acervo: Hemeroteca Digital.

Destacamos algumas das respostas dentre elas a de Aldir Blanc, que prontamente responde que prefere tombar no bar e não o bar, já Antônio Pedro avalia que “Não é só a arquitetura que dá valor ao imóvel. Deveria tombar-se também o cara que tira o chopp bem tirado”. Outro convidado a responder o

questionamento é Tom Jobim, que brinca que o que importa é “Tom-bar”, ao que complementa avaliando que não quer tombar nenhum bar e, em referência ao Bar Luiz, avalia que o bar não “tem valor pela arquitetura, mas por ser ponto de encontro”. Ele segue a entrevista comentando sobre o Plataforma, e seu ônibus cheios de turista o que, na avaliação dele, é importante para o Rio. Miguel Paiva é outro dos convidados a responder à questão e, para ele, a instituição botequim já está mais que tombada e que “esse é o espírito que deveria ser preservado”. É interessante observar como as respostas mobilizam diversos dos conceitos abordados na pesquisa, indo desde a imaterialidade passando pela continuidade e o espírito do lugar.

UM 'CAÇULA' DE RESPEITO

CASA VILLARINO — Avenida Calógeras, 6-B, Centro (240-9634/240-9734). 2ª a 6ª, das 8h às 21h. Não aceita cartão.

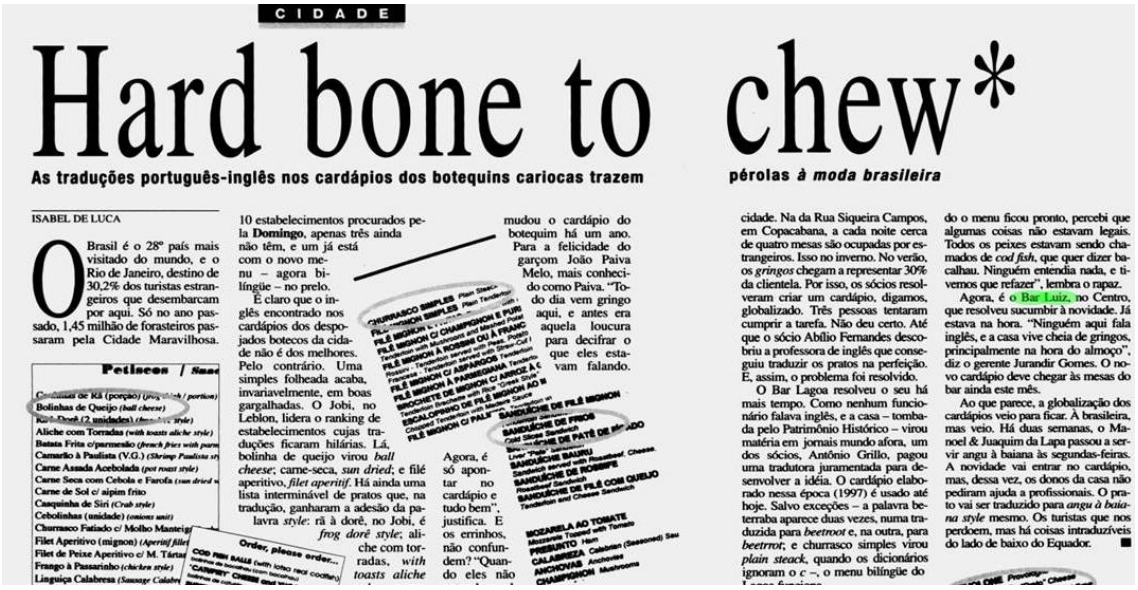
▷ "Se todas as grandes idéias que se têm ao redor de uma garrafa de uísque chegassem vivas à última gota, a Casa Villarino deveria ser tombada como patrimônio nacional", escreveu Ruy Castro em seu livro *Chega de saudade*. Não é exagero. Afinal, parte da intelectualidade carioca passou boas horas nas mesas do lugar, aberto pelo espanhol Luiz Villarino em 1954. Paulo Mendes Campos, Fernando Lobo, Ari Barroso, Dorival Caymmi, Sérgio Porto, Silvio Caldas, Dolores Duran, Aracy de Almeida, Lygia Clark e Elizeth Cardoso eram alguns dos *habitués* do bar. Foi ali, na esquina da Calógeras com Presidente Wilson que, em 1956, teve início a parceria de Vinicius e Tom Jobim. "Eu só o conhecia como aquele diplomata que todo mundo cercava. Uma vez o Lúcio (Rangel) me apresentou ao Vinicius para eu fazer um trabalho para ele, a música *Orfeu da Conceição*, que depois foi premiada mundialmente", lembra Tom Jobim. Fernando Lobo, que lançou o livro *À mesa do Villarino*, pela

Velhos redutos nos shoppings

Parece incoerência que os modernos shoppings abriguem casas centenárias, mas é um fato. O Bar Luiz foi o primeiro a descobrir que o futuro está nestes templos de consumo e há dez anos abriu uma filial no Barrashopping, recriando o ambiente da matriz. Já a Colombo, que inaugurou uma sucursal no BarraFreeShopping em 1992, optou por um visual mais *moderninho*. No ano passado foi a vez de o Cervantes ir para o Via Parque, que acolherá em breve o também tradicional Amarelinho.

Figura 12: Reportagem do Jornal do Brasil de 1994. Acervo: Hemeroteca Digital.

Como mencionado anteriormente, o Bar Luiz foi pioneiro dentre os bares tradicionais do centro do Rio a investir na abertura de filial em Shopping, movimento bem comum inclusive em outros bares fora do escopo da pesquisa. A reportagem de 1994 identifica esse pioneirismo e ressalta que “o futuro está nesses templos de consumo” em referência a filial do Bar Luiz inaugurada há 10 anos no Barra Shopping. Décadas depois é possível considerar que a maioria dessas expansões não foi bem-sucedida, o que corrobora a discussão sobre o espírito do lugar, avaliando que não é possível transportá-lo para uma nova filial simplesmente a partir da manutenção da marca e de um cardápio, ou seja, existem outros elementos que são intransponíveis.



CIDADE

Hard bone to chew*

As traduções português-inglês nos cardápios dos botequins cariocas trazem pérolas *à moda brasileira*

ISABEL DE LUCA

O Brasil é o 28º país mais visitado do mundo, e o Rio de Janeiro, destino de 30,2% dos turistas estrangeiros que desembarcam por aqui. Só no ano passado, 1,45 milhão de forasteiros passaram pela Cidade Maravilhosa.

10 estabelecimentos procurados pela **Domingo**, apenas três ainda não têm, e um já está com o novo menu – agora bilíngüe – no prelo.

É claro que o inglês encontrado nos cardápios dos despojados botecos da cidade não é dos melhores. Pelo contrário. Uma simples folheada acaba, invariavelmente, em boas gargalhadas. O Jobi, no Leblon, lidera o ranking de estabelecimentos cujas traduções ficaram hilárias. Lá, bolinha de queijo virou *ball cheese*; carne-seca, *sun dried*; e filé aperitivo, *filet aperitif*. Há ainda uma lista interminável de pratos que, na tradução, ganharam a adesão da palavra *style*: rã à dorê, no Jobi, é *frog dorê style*; aliche com torradas, *with toasts aliche*

Agora, é só apontar no cardápio e tudo bem", justifica. E os errinhos, não confundem? "Quando eles não mudou o cardápio do botequim há um ano. Para a felicidade do garçom João Paiva Melo, mais conhecido como Paiva. "Todo dia vem gringo aqui, e antes era aquela loucura para decifrar o que eles estavam falando.

cidade. Na da Rua Siqueira Campos, em Copacabana, a cada noite cerca de quatro mesas são ocupadas por estrangeiros. Isso no inverno. No verão, os *gringos* chegam a representar 30% da clientela. Por isso, os sócios resolveram criar um cardápio, digamos, globalizado. Três pessoas tentaram cumprir a tarefa. Não deu certo. Até que o sócio Abílio Fernandes descobriu a professora de inglês que conseguiu traduzir os pratos na perfeição. E, assim, o problema foi resolvido.

O Bar Lagoa resolveu o seu há mais tempo. Como nenhum funcionário falava inglês, e a casa – tombada pelo Patrimônio Histórico – virou matéria em jornais mundo afora, um dos sócios, Antônio Grillo, pagou uma tradutora juramentada para desenvolver a idéia. O cardápio elaborado nessa época (1997) é usado até hoje. Salvo exceções – a palavra beterraba aparece duas vezes, numa traduzida para *beetroot* e, na outra, para *beetrrot*; e churrasco simples virou *plain steack*, quando os dicionários ignoram o *c* –, o menu bilíngüe do

do o menu ficou pronto, percebi que algumas coisas não estavam legais. Todos os peixes estavam sendo chamados de *cod fish*, que quer dizer bacalhau. Ninguém entendia nada, e tivemos que refazer", lembra o rapaz.

Agora, é o Bar Luiz, no Centro, que resolveu sucumbir à novidade. Já estava na hora. "Ninguém aqui fala inglês, e a casa vive cheia de gringos, principalmente na hora do almoço", diz o gerente Jurandir Gomes. O novo cardápio deve chegar às mesas do bar ainda este mês.

Ao que parece, a globalização dos cardápios veio para ficar. A brasileira, mas veio. Há duas semanas, o Manoel & Juaquim da Lapa passou a servir angu à baiana às segundas-feiras. A novidade vai entrar no cardápio, mas, dessa vez, os donos da casa não pediram ajuda a profissionais. O prato vai ser traduzido para *angu à baiana style* mesmo. Os turistas que nos perdoem, mas há coisas intraduzíveis do lado de baixo do Equador. ■

Figura 13: Reportagem do Jornal do Brasil de 1999. Acervo: Hemeroteca Digital.

A reportagem da Revista de Domingo de 1999 (p. 88-89) aborda outro tema interessante para a pesquisa, a tradução de cardápios do português para o inglês, para atender ao público internacional. A reportagem começa apresentando dados sobre o turismo no Brasil e, em particular, na cidade do Rio de Janeiro. E, na sequência, avalia que a moda agora é bares e botequins investirem na tradução dos cardápios, exemplificando que dos 10 botequins procurados para a entrevista, somente 3 não possuem cardápio com tradução. Segundo a reportagem, na ocasião, o Bar Luiz estava em processo de ter sua própria versão bilíngue do cardápio, afinal, segundo o gerente "Ninguém aqui fala inglês, e a casa vive cheia de gringos, principalmente na hora do almoço".

Ano 2004\Edição 00278 (1)

Bar Luiz comemora 117 anos

Reduto da boemia promove festa e prepara livro com curiosidades

Fotos de André Lôbo

FLORENÇA MAZZA

Ilustre carioca, o Bar Luiz comemora amanhã os seus 117 anos, completos no dia 3. O cenário da festa – o tradicional salão situado no número 39 da Rua da Carioca – é o mesmo onde se passaram cenas curiosas da história da cidade, como o dia em que uma das vedetes do Cine Íris concedeu, nua em pêlo, uma entrevista aos jornalistas do *Pasquim*.

Uma destas cenas, em particular, será lembrada

que há quase um ano e meio pesquisa a história do Bar Luiz.

Revolvendo os arquivos do bar, Daiana deparou-se com uma infinidade de fatos singulares, que pretende reunir em um livro a ser lançado daqui a três anos, quando o reduto completa 120 anos de fundação. Objetos curiosos – a maioria deles ligados ao chope, bebida que fez a fama do bar – também foram encontrados no acervo.

Um deles beira a excentricidade: trata-se de um esquentador do chopes usado na

NO ACERVO do bar, a historiadora achou objetos curiosos, como um esquentador de chope (detalhe)

o chope na cidade cuja maioria da população, à época, preferia o vinho. Ele apostava que quem o vencesse na queda-de-braço

nhã: uma placa será entregue a sua filha, Mariuza.

Após o susto, evitado por Barroso, o Bar Adolf fecha para

pedidos no bar é a tradicional salada de batatas, segundo o gerente Jurandir Gomes, de 49 anos. Ele é o funcionário mais

Figura 14: Reportagem do Jornal do Brasil de 2004. Acervo: Hemeroteca Digital.

No início dos anos 2000 as reportagens são invadidas pelas notícias sobre a inauguração da filial em quiosque na praia de Copacabana, como essa do caderno Cidade do Jornal do Brasil de 11/01/2004. Uma outra notícia sobre o tema em 2006 afirma que o quiosque da praia já fatura mais que o original inclusive. As referências sempre acompanham notícias sobre as expansões em Niterói, na Barra da Tijuca e, inclusive, quiosques na marques de Sapucaí na época do carnaval.

Pouco depois as reportagens passam a dar conta de outro fenômeno na gestão do bar, quando, a partir de 2008 os jornais são tomados com a notícia de que sob a gestão de Rosana Santos o Bar Luiz trocaria seu fornecedor de chopp, marca registrada do bar, mas para a proprietária “não há motivos para saudosismo”.

Figura 15: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital.

A extensa reportagem sobre o Bar Luiz chega a apresentar uma linha do tempo com a história do bar e os diversos acontecimentos que marcaram o estabelecimento.

LINHA DO TEMPO
AS PASSAGENS MAIS IMPORTANTES NA HISTÓRIA DO BAR

1887
Em 3 de janeiro, o Zum Schlauch foi fundado na Rua da Assembléia, n.º 102, por Jacob Wendling, um filho de suíços nascido em Petrópolis.

1888
Um ano depois da inauguração já servia o chope Brahma, que acabara de ser lançado.

1901
Dificuldades no acerto para um novo contrato de aluguel fizeram com que o bar mudasse da Rua da Assembléia, 102, para o número 105 da mesma rua. Com a mudança, altera-se o nome para Zum Alten Jacob, em homenagem ao fundador.

1908
Jacob Wendling vai para a Suíça e deixa o bar para Adolf Rumjaneck.

1915
Por causa de uma lei que proibia letreiros em língua estrangeira, o estabelecimento passa a se chamar Bar Adolf, em homenagem ao novo dono. Popularmente, era conhecido por Braço-de-Ferro, por causa da habilidade de Adolf Rumjaneck em ganhar disputas de queda-de-braço.

1926
Adolf Rumjaneck morre de tuberculose, e a casa fica para o sócio austríaco Ludwig Vöit e sua herdeira Gertrud Rumjaneck, ainda criança.

1927
No dia 23 de fevereiro, o bar vai para seu novo endereço, na Rua da Carioca, que passava por uma grande transformação. A partir de então, o bar começa a servir refeições. Naquela época, apenas homens freqüentavam o lugar.

1949
Depois de ter seu nome associado ao ditador nazista, o Bar Adolf fecha para reformas e reabre com o atual nome. Luiz é o nome que Ludwig Vöit passa a ter ao ser naturalizado.

1985
Todo o conjunto arquitetônico da Rua da Carioca é tombado pelo Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro, incluindo o Bar Luiz.

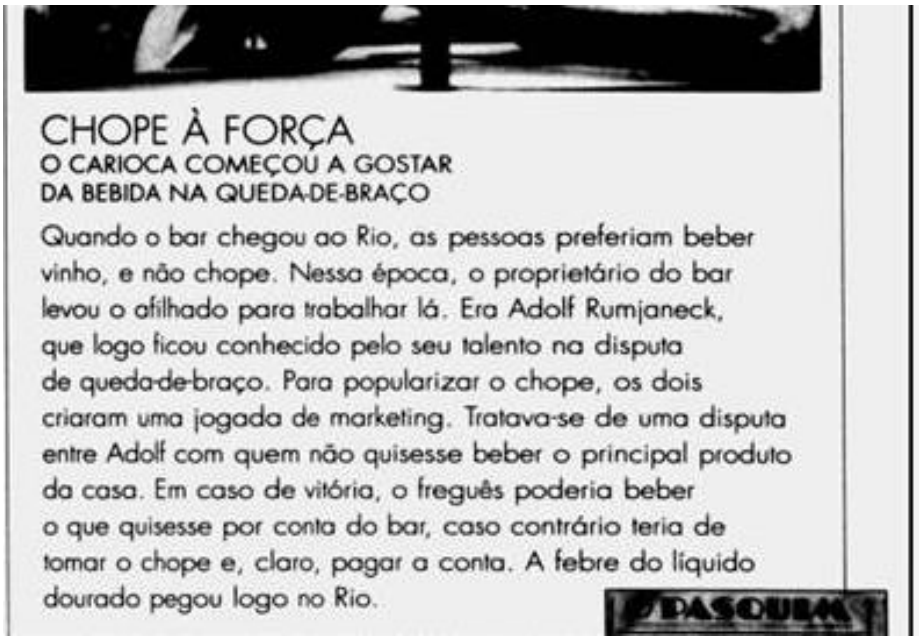
2007
A Comemoração de 120 anos do Bar Luiz tem grande festa na Rua da Carioca, com direito a desfile da Estácio de Sá e presença de ilustres, como Jaguar e Sérgio Cabral (pai).

HÁ 81 ANOS O BAR FOI PARA A RUA DA CARIOCA. HOJE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO

30 REVISTA DOMINGO

Figura 16: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital.

Um destaque está no relato de que a popularização do consumo de chopp no país e em particular no Rio começou justamente com a fundação do Bar Luiz, a partir das apostas de queda de braço com Adolf que sempre envolviam o consumo de chopp. O fragmento a seguir menciona que “A febre do líquido dourado pegou fogo no Rio”, uma vez que até então o vinho era a bebida alcoólica de preferência dos consumidores.



CHOPE À FORÇA

O CARIOCA COMEÇOU A GOSTAR DA BEBIDA NA QUEDA-DE-BRAÇO

Quando o bar chegou ao Rio, as pessoas preferiam beber vinho, e não chope. Nessa época, o proprietário do bar levou o afilhado para trabalhar lá. Era Adolf Rumjaneck, que logo ficou conhecido pelo seu talento na disputa de queda-de-braço. Para popularizar o chope, os dois criaram uma jogada de marketing. Tratava-se de uma disputa entre Adolf com quem não quisesse beber o principal produto da casa. Em caso de vitória, o freguês poderia beber o que quisesse por conta do bar, caso contrário teria de tomar o chope e, claro, pagar a conta. A febre do líquido dourado pegou logo no Rio.

PASQUIM

Figura 17: Reportagem do Jornal do Brasil de 2008. Acervo: Hemeroteca Digital.

O Bar Luiz acabou fechando as portas em 2021 mesmo depois de diversas iniciativas recentes da sociedade civil para interferir no bar, que também foram amplamente noticiadas nos jornais e redes sociais principalmente em 2019 quando o bar chegou a anunciar o fechamento mas o apoio popular reverteu a situação temporariamente. A decisão gerencial de mudar o fornecedor de chopp acabou se mostrando equivocada e o estabelecimento acabou voltando para a empresa original, mas o bar não se recuperou. Somaram-se a isso outras questões gerenciais, de intervenções urbanas na região e a pandemia do Covid 19.

CAPÍTULO 3

O LUGAR DO AUTÊNTICO

Diante das diversas reportagens apresentadas e discutidas, é importante sublinhar que o caráter tradicional do patrimônio e, em particular, do bar não reside exclusivamente na sua antiguidade, embora ela não seja um elemento desprezível ou menos importante, mas, tanto para a sua salvaguarda como para esta pesquisa, a tradição é compreendida como uma relação dinâmica entre pessoas e um lugar específico, que perdura, se transforma e se ressignifica no tempo, dialogando com as próprias transformações da sociedade, da cidade e das trocas em âmbito comercial.

Nesse sentido, a relação com o lugar, ou seja, a relação dos frequentadores com os bares, está profundamente arraigada na sociabilidade que se materializa ali, e a manutenção desses aspectos como pilar de relevância é inegável para a manutenção da aura desses bares históricos que fizeram e fazem parte da cultura urbana carioca.

A tradição, assim, não se vê somente associada à antiguidade desses bares, mas também à memória coletiva concebida a partir da interação entre os atores (população de entorno, *habitués*, proprietários e funcionários) das dinâmicas vivida nesses ambientes, tendo-se identificado especialmente o elemento das sociabilidades como aquele responsável por fazer com que os bares tradicionais cariocas sejam considerados bens culturais da cidade.

Apesar dos distintos processos, é interessante notar o papel que a memória coletiva desempenhou nos dois casos. Inicialmente, é importante conceituar a memória coletiva como o conjunto de lembranças construídas socialmente, que permanece viva enquanto existir suporte no grupo que faz parte daquele espaço (Halbwachs, 2006). Para o autor, somente quando os grupos que guardavam a lembrança desaparecem, ela pode ser registrada, passando a ser caracterizada como memória histórica.

Assim, é possível notar como a memória coletiva de diversos e distintos grupos, ancorada nos cinco bares analisados, é parte da engrenagem responsável tanto pelo valor atribuído aos bares quanto pelo processo de registro deles como Patrimônio Cultural Carioca.

A esse caldo, Nór (2013) incorpora a noção de *Genius Loci*[24]*,* para destacar que:

> Quando nos referimos, hoje, ao "espírito do lugar", tratamos do elemento vital que expressa a singular identidade de um local, resultado da relação entre uma determinada cultura e o sítio em que se desenvolve. Esta noção de "espírito do lugar" está intimamente vinculada à interação de componentes materiais e imateriais presentes nos ambientes naturais e nos espaços construídos (Nór, 2013, p. 125).

Dessa forma, é necessário considerar, também, que a peculiaridade de um lugar é constituída pelas relações que se entrelaçam em um lugar específico. A autora destaca, ainda, que o lugar está intimamente associado ao mundo dos valores, sendo um elemento constitutivo dos grupos sociais; assim, o "lugar pode ser apreendido por seu caráter identificador, que permite que seus habitantes se reconheçam e se definam por meio dele" (Nór, 2013, p. 123). Portanto, enquanto lugar, o bar é parte da espacialização das relações sociais, sendo que todas elas interagem com a história acumulada naquele lugar.

Essa avaliação é de que a identidade dos lugares remete a dois aspectos importantes:

> Por um lado, está vinculada ao sujeito, às suas memórias, concepções, interpretações, às suas ideias e a seus afetos, sendo capaz de trazer sentimentos de segurança e bem-estar ao indivíduo. Por outro lado, a identidade pode emanar do próprio lugar, que se manifesta como seu "espírito", sendo possível reconhecê-lo e vivenciá-lo. Esta possibilidade nos auxilia sobremaneira na senda de compreender a categoria de paisagem cultural (Nór, 2013, p. 124).

Assim, quando nos referimos ao "espírito do lugar" dos bares, tratamos do "elemento vital" que expressa a singular identidade de um local. A noção de "espírito do lugar" está intimamente vinculada à interação de componentes materiais e imateriais presentes nos bares, que fundamenta a argumentação oficial tanto em torno da preservação desses espaços quanto da alcunha de bares tradicionais.

[24] A ideia histórica do *genius loci*, ou "espírito do lugar", diz respeito à divindade romana que presidia e identificava o centro de um lugar, ao mesmo tempo em que se desenvolvia e se fortalecia nesse local.

De modo complementar, Cozen (2009, p.50) destaca que o espírito é “a caracterização da sua cultura e da condição histórica que refletem igualmente não somente o trabalho e as aspirações da sociedade atual, mas, também, os que a precederam”.

As reflexões expostas nessa seção sobre o “espírito do lugar”, no que diz respeito à interface do conceito com o tema dos bares e pelas análises de Norberg-Schulz (2006, p. 449) de que “o conceito de genius loci refere-se à essência do lugar”, mostram que esse é um marco teórico importante por nomear justamente essa relação singular existente entre o lugar e o bar.

Indo além, Norberg-Schultz (2006) destaca o papel do lugar na construção de uma base de apoio existencial humana, observando que: “o homem deve ser capaz de orientar-se, saber onde está. Mas ele também tem de identificar-se com o ambiente, isto é, tem de saber como está em determinado lugar” (Norberg-Schultz, 2006, p. 455), o que significa dizer que “quando o sistema é frágil, a pessoa tem dificuldade de formar aquela imagem e se sente ‘perdida’”.

Assim, o entendimento de Norberg-Schulz (2006, p. 457) é de que “a identidade das pessoas é, em boa medida, uma função dos lugares e das coisas (...) a identidade humana pressupõe a identidade do lugar”. Ele destaca, ainda, que a atividade turística moderna comprova o grande interesse que as pessoas têm pela experiência de diferentes lugares.

Nór (2013) afirma que o sentido de lugar parece ser a categoria mais adequada para compreender os grupos sociais e as suas interações, ou o sistema de ações de Santos (1999), porque ela recorre à geografia para utilizar as categorias de sistema de objetos e do sistema de ações abordadas por Milton Santos (1999).

O geógrafo explica a dinâmica e a transformação do espaço por meio do sistema de objetos e do sistema de ações, onde o espaço seria formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, considerados como um quadro único no qual a história se dá. “Os objetos são tudo que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida” (Santos, 1999, p. 59).

Por sua vez, as necessidades humanas, que podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais ou afetivas, levam o homem a agir estabelecendo um sistema de ações, por meio da criação e do uso dos objetos

geográficos (naturais ou sociais), onde o “sistema de objetos condiciona a maneira como se dão as ações, e o sistema de ações realiza-se sobre os objetos existentes ou leva à criação de novos objetos” (Nór, 2013, p. 120).

Em sua pesquisa, a autora destaca que:

> Ao procurar demarcações para compreender a sua complexidade, recorreu-se à ideia de que os aspectos materiais da paisagem cultural estão vinculados ao sistema de objetos – e que os aspectos imateriais, por sua vez, são advindos do sistema de ações, e podem ser apreendidos na manifestação do lugar, mais especificamente, do “espírito do lugar” (Nór, 2013, p. 120).

É importante pontuar que, para fazer essa delimitação, ela recorre às Cartas Patrimoniais para explorar e delimitar o conceito de paisagem cultural. A partir da distinção, Nór (2013, p. 121) destaca que os aspectos materiais e imateriais do patrimônio estão entrelaçados na concepção das paisagens culturais, uma vez que, “a paisagem reúne formas criadas em momentos históricos diferentes, que coexistem no momento atual”.

Assim, é importante considerar que:

> O lugar e a paisagem – como categorias do patrimônio cultural – constituem-se da mistura indissociável entre o material e o imaterial, posto que a conformação física estabelece uma relação dialética com o componente social. As práticas sociais dão sentido ao lugar, e o lugar é fundador de tais práticas. No âmbito da paisagem cultural, entendemos ser pertinente identificar e compreender o lugar e seu “espírito” por meio do reconhecimento dos componentes materiais e imateriais que os caracterizam (Nór, 2013, p. 123).

Essa relação com o lugar aparece nas reportagens pesquisadas de diferentes formas, com referências a vínculos afetivos, memórias, permanências e rupturas, tanto na cidade quanto nos bares. Mas existem, ainda, outros pontos em comum que podemos identificar na pesquisa e que tangenciam os temas abordados na pesquisa, como é o caso das referências à atividade turística (figura 18). De modo geral, as menções dizem respeito tanto ao público interno quanto ao público externo. Ao todo, foram sugeridos 18 roteiros pela cidade; muitos faziam referência a um roteiro de bares, e tantos outros a conhecer o Rio Histórico e/ou a “verdadeira vida do centro do Rio”.

Figura 18 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2004.

Ano 2004\Edição 00171 (2)

Centro terá novo mapa turístico

Depois de promover o programa Conheça o Rio a Pé – que por seis meses organizou passeios pelo bairro – a Riotur planeja agora o lançamento de um novo mapa turístico do Centro histórico do Rio. A publicação, que será semelhante à de Santa Teresa, deve ficar pronta em três meses, segundo o secretário municipal de Turismo, Rubem Medina.

– Existem muitas atrações de interesse turístico que precisam entrar no mapa – afirma.

Medina ressalta que não são só os turistas que precisam conhecer a cidade, mas o próprio carioca. De fato, muitos moradores da cidade desconhecem as atrações do Centro, que reúne, entre as preciosidades, o Paço Imperial, o Theatro Municipal e a Biblioteca Nacional – prédios históricos com intensa atividade cultural.

É o caso da designer Carolina Fernandes, 23 anos, que só vai ao bairro quando tem um aniversário ou uma

Foto de arquivo

BANCO REAL

9:15

Arquivo JB

revitalizar o coração histórico da cidade, o movimento aos sábados e domingos ainda está bem aquém do que desejam os comerciantes da região. Donos de bares e restaurantes unem esforços para atrair, pela boca, um número maior de visitantes para o bairro, sejam cariocas ou turistas.

Dois projetos gastronômicos figuram entre as iniciativas dos empresários do Centro. Um deles, o Festival de Chope e Comida Alemã, do centenário Bar Luiz, vai animar os domingos na Rua da Carioca pelo segundo ano consecutivo durante o mês de outubro.

Festival com pratos alemães celebra os 100 anos do Bar Luiz

Em todos os domingos do mês, por um ingresso de R$ 50, chope e iguarias estão liberadas das 12h30 às 16h30 no antigo Bar Adolfo, que ganhou o nome Luiz depois que um outro Adolfo, o Hitler, virou inimigo mundial número 1.

– O objetivo é atrair as famílias. Diretor comercial da Accra, Perfeito Fortuna revela que outra medida para aumentar o movimento durante as manhãs e tardes nos fins de semana é tornar a Feira do Rio Antigo semanal. Hoje, ela ocorre somente a cada primeiro sábado do mês.

– Se tivermos um roteiro gastronômico aliado à feira, com certeza vamos reverter esta situação – observa Plínio Fróes, dono dos bares Mangue Seco e Rio Scenarium, ambos na Rua do Lavradio.

Segundo Plínio, enquanto de segunda a sexta-feira o movimento é intenso no almoço do Mangue Seco, no sábado é fraco.

– Domingo, então, é um dia morto no Centro – lamenta.

No Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), este também é o dia de menos movimento. Enquanto de segunda a sexta-feira a média de visitantes diária é de 8.600 pessoas, no domingo

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital.

Há quem opte, ainda, por recomendar roteiros para fotógrafos, ou roteiros temáticos, como o Rio Moderno. Embora em menor número, as referências à Riotur e outros órgãos de turismo também. As notícias estão cercadas de referências a marcos e comparações com lugares na Inglaterra, na França e na Itália. Elas fazem referência, ainda, aos turistas estrangeiros que frequentam a Rua da Carioca e o Bar Luiz.

É importante notar que a mobilização do aspecto do turismo cultural em relação ao turismo carioca é uma tendência desde a década de 1960, com a transferência da capital federal para Brasília e o empenho de vincular à cidade do Rio de Janeiro a marca de capital cultural (Oliveira, 2017).

As referências à patrimonialização também são frequentes, muito embora os conceitos apareçam de maneira difusa e tecnicamente pouco precisa. Reportagens como a de 1987 (figura 19) mobilizam três aspectos importantes: a salvaguarda do patrimônio cultural, a tradição e uma suposta necessidade de salvar o Bar Lagoa, que o compara ao Bar Luiz.

Figura 19 - Reportagem do Jornal do Brasil de 1987.

Só tombamento salva o tradicional Bar Lagoa

Famoso pelo folclórico mau humor de seus garçons, pela indiscutível qualidade do chope e dos tira-gostos alemães, o Bar Lagoa — um dos mais tradicionais da cidade — poderá ter em breve sua última *saideira*: os proprietários do imóvel já dispõem de autorização para demoli-lo e construir no local um prédio de apartamentos. Só o tombamento provisório pelo Prefeito Saturnino Braga, que será pedido hoje por uma comissão de freqüentadores e moradores do bairro, é capaz de afastar o fantasma da demolição.

— São mais de 50 anos de histórias, emoções e lembranças que não podem morrer assim — diz o secretário de cultura do município, Antônio Pedro, disposto, como muitos outros freqüentadores do local, a lutar nas ruas pela defesa do mais antigo bar da Zona Sul. Ele está certo de que o Prefeito Saturnino Braga, "um homem sensível, que também gosta de chopp", aprovará o tombamento provisório do bar, uma medida burocrática, necessária para se ganhar tempo e então negociar com os proprietários do imóvel alguma solução.

A divulgação dos planos da família Ozenda — proprietária do prédio de três andares na Avenida Epitácio Pessoa onde desde 1934 funciona o Bar Lagoa — pegou de surpresa todo mundo: os irmãos Daniel e Antônio Grilio, que exploram o bar desde 1940; o secretário de cultura do Rio, que preparava um processo de tombamento do bar e pelo menos três gerações de freqüentadores que, mesmo submetidos a uma rigorsa disciplina — não podem cantar, entrar de short ou sem camisa — não abrem mão do local.

A saída imediata dos responsáveis pelo bar foi buscar, entre os próprios freqüentadores, gente influente que pudesse de alguma forma contribuir para evitar a demolição do bar que, desde 1934, quando ainda se

são de que o tombamento provisório adiaria pelos menos a *saideira*. "O Bar Lagoa é tão importante para a cidade, como o Bar Luiz e a Casa Cavé, já tombados", explica Rachel Jardim, acrescentando que o tombamento provisório é uma decisão exclusiva do prefeito, em função de situações de urgência ou de interesse público relevante:

— Temos que em pouco tempo buscar alguma solução, apelando para o espírito público e a sensibilidade dos proprietários do imóvel, que já têm o direito legal de demolirem o local. O que estamos propondo é o tombamento do bar e não o do prédio. Desta forma, os proprietários poderiam manter o Bar Lagoa e construir nos fundos, em cima, mas não destruir aquele ambiente que tem um valor muito grande para a própria vida da cidade — disse Rachel Jardim.

Neste primeiro momento, porém, estes argumentos ainda não convenceram os proprietários do imóvel. Silvio Capanema, advogado da família Ozenda, diz que não cabe sentimentalismo neste tipo de discussão:

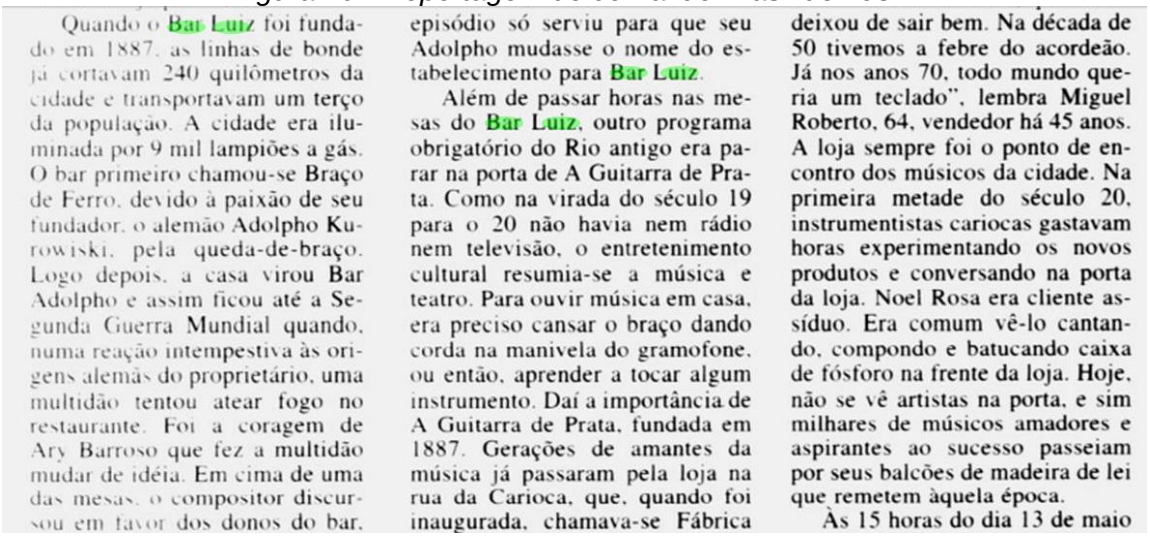
— As cidades são organismos vivos, que se renovam. Nós perdemos nossas mães e as cidades perdem os bares. Ipanema tem milhares de bares e quem quiser que vá beber em outro bar — diz o advogado que não aceita justificativas para se tombar o local. "O bar não é um museu, um templo. Os proprietários não irão destruir uma catedral, uma igreja, mas um imóvel que está totalmente defasado para ser substituído por algo bem mais moderno", justifica Silvio Capanema esclarecendo que o projeto de construção de um prédio ali não prevê no terreno a instalação de um bar.

Os que defendem a preservação do Bar Lagoa estão otimistas em relação ao final da disputa. Hoje à tarde, será dado um passo importante: moradores e freqüentadores vão aproveitar uma palestra do Prefeito

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital.

As transformações urbanas também são frequentemente acionadas como tema das reportagens sobre os bares. De modo geral, as reportagens usam três abordagens distintas: (1) uma que orienta espacialmente, usando o bar como referência e ponto de orientação; (2) outra que evoca um saudosismo do Rio antigo e sempre destaca a relação com o bar tradicional; (3) por fim, a que relata os impactos e as consequências das obras e operações urbanas nos arredores para do bar. A reportagem a seguir (figura 20) utiliza a segunda abordagem ao falar sobre a cidade na época da fundação do Bar Luiz, com seus lampiões a gás e 240 quilômetros de linha de bonde.

Figura 20 - Reportagem do Jornal do Brasil de 1987.



Quando o Bar Luiz foi fundado em 1887, as linhas de bonde já cortavam 240 quilômetros da cidade e transportavam um terço da população. A cidade era iluminada por 9 mil lampiões a gás. O bar primeiro chamou-se Braço de Ferro, devido à paixão de seu fundador, o alemão Adolpho Kurowiski, pela queda-de-braço. Logo depois, a casa virou Bar Adolpho e assim ficou até a Segunda Guerra Mundial quando, numa reação intempestiva às origens alemãs do proprietário, uma multidão tentou atear fogo no restaurante. Foi a coragem de Ary Barroso que fez a multidão mudar de idéia. Em cima de uma das mesas, o compositor discursou em favor dos donos do bar, episódio só serviu para que seu Adolpho mudasse o nome do estabelecimento para Bar Luiz.

Além de passar horas nas mesas do Bar Luiz, outro programa obrigatório do Rio antigo era parar na porta de A Guitarra de Prata. Como na virada do século 19 para o 20 não havia nem rádio nem televisão, o entretenimento cultural resumia-se a música e teatro. Para ouvir música em casa, era preciso cansar o braço dando corda na manivela do gramofone, ou então, aprender a tocar algum instrumento. Daí a importância de A Guitarra de Prata, fundada em 1887. Gerações de amantes da música já passaram pela loja na rua da Carioca, que, quando foi inaugurada, chamava-se Fábrica deixou de sair bem. Na década de 50 tivemos a febre do acordeão. Já nos anos 70, todo mundo queria um teclado", lembra Miguel Roberto, 64, vendedor há 45 anos. A loja sempre foi o ponto de encontro dos músicos da cidade. Na primeira metade do século 20, instrumentistas cariocas gastavam horas experimentando os novos produtos e conversando na porta da loja. Noel Rosa era cliente assíduo. Era comum vê-lo cantando, compondo e batucando caixa de fósforo na frente da loja. Hoje, não se vê artistas na porta, e sim milhares de músicos amadores e aspirantes ao sucesso passeiam por seus balcões de madeira de lei que remetem àquela época.

Às 15 horas do dia 13 de maio

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital.

Outro assunto frequentemente mobilizado nas reportagens diz respeito a uma certa ambiência do bar tradicional. A tese defendida em 2022 por Géorgia Santos no campo da administração evoca esse aspecto. A autora realizou a pesquisa em bares da capital mineira, com o objetivo de compreender a autenticidade desses espaços e a nostalgia despertada nos fregueses por meio dos elementos estético-visuais. Ela investigou as características de bares e botecos da capital que possibilitam o resgate de memórias afetivas e contribuem para a formação de vínculos de lealdade (Santos, 2022).

A reportagem a seguir (figura 21) é um exemplo de referência a essa ambiência dos bares, que pode ser entendida também como um aspecto da continuidade mencionada anteriormente e investigada por Costa e Rodrigues (2021). O título faz referência a “lugares que mantêm o charme do passado”.

Figura 21 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2006.

Ontem, hoje e sempre

Um roteiro de lugares do Centro que mantêm o charme do passado

MARCO ANTONIO BARBOSA

Espremidos entre espigões de vidro e engarrafamentos, existem lugares no Centro do Rio que teimam em negar o velho clichê que garante que o brasileiro não tem memória. O progresso pode ser galopante e irrefreável, mas o dito Rio Antigo – a porção ainda preservada de prédios e ruas que mantêm as mesmas características da época da colônia ou do Império – sobrevive. E sim, há vida cultural, gastronômica, musical e muito mais nesses lugares centenários (ou quase, ou muito mais antigos), conforme a **Programa** pôde conferir em passeio pelas ruas do Centro.

Ponto focal das decisões mais importantes da história do Brasil – pelo menos até a mudança da capital federal para Brasília, em 1960 – o Centro do Rio guarda em sua arquitetura resquícios importantes de eras passadas. Como em outras capitais importantes do mundo, os séculos se misturam e cada esquina pode esconder uma viagem no tempo.

– Apesar de toda a especulação imobiliária, ainda temos um conjunto expressivo e eclético de prédios históricos. Os séculos 17, 18 e 19 se sobrepõem de forma muito harmônica pelas ruas do Centro – explica o arquiteto e professor Nireu Cavalcante, autor do livro *O Rio setecentista*, que estuda a arquitetura carioca do século 18.

Com seu gabarito de especialista, Nireu acredita que um bom ponto de partida para quem deseja conhecer o passado ainda presente da cidade é a Rua do Ouvidor.

– Circular por aquela área, bem no comecinho da rua, ali na Praça 15, é a chance para o pedestre se sentir em pleno Brasil Colonial – afirma o arquiteto.

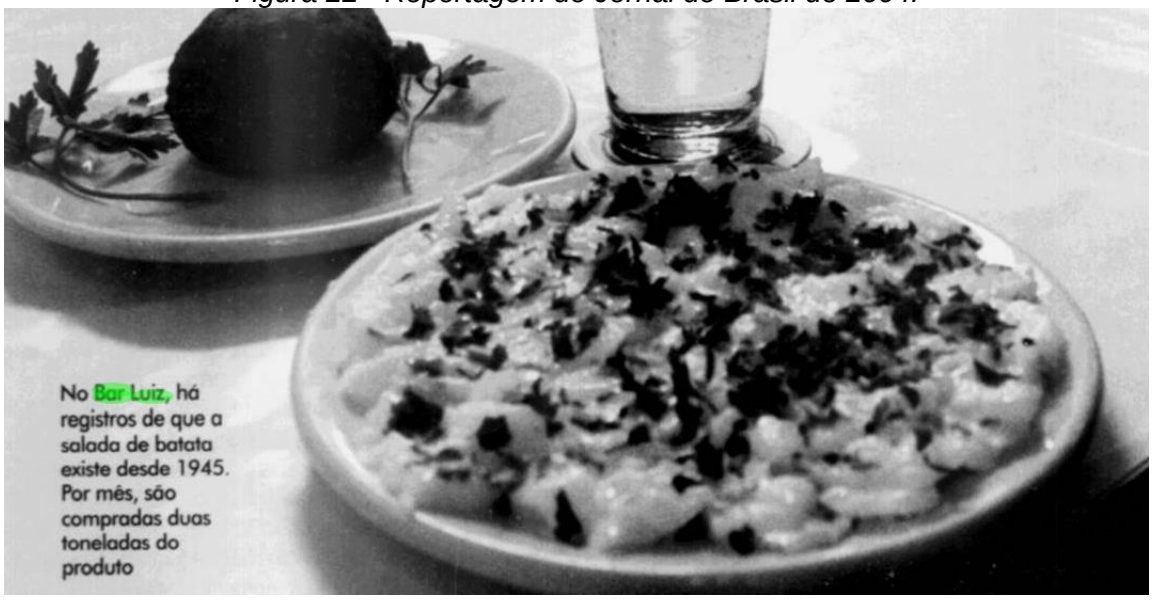
E quando se fala em Ouvidor, não há referência mais antiga que o restaurante Rio Minho, especializado em cozinha portuguesa (leia-se peixes e frutos do mar) e instalado ali há 122 anos.

28 Programa 7 a 13 de abril de 2006

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital.

Por fim — e ainda se tratando de continuidade —, as referências ao cardápio também são um aspecto relevante e transversal às referências aos bares nos periódicos. A imagem a seguir (figura 22) é um registro de uma reportagem de 2004 que evoca a famosa salada de batatas do Bar Luiz, que integra o cardápio desde 1945.

Figura 22 - Reportagem do Jornal do Brasil de 2004.



Fonte: Acervo Hemeroteca Digital.

É importante notar que as referências a comidas frequentemente são atreladas a referências aos profissionais envolvidos, como os

cozinheiros, e receitas que resistem ao tempo e/ou profissionais responsáveis por garantir a qualidade do chopp tirado do jeito certo. Às vezes, são identificadas mudanças nas preferências do público em geral, mas uma marca do bar é o cardápio enxuto, com pouquíssimas mudanças ao longo do tempo de funcionamento.

3.1 Sociabilidade: questões da porta para dentro e da porta para fora

A pesquisa de Maia e Chao (2012) investiga a origem e as sociabilidades presentes nos bares, destacando os seus papéis tanto como espaço de lazer quanto de consumo. Os autores relatam que o público frequentador era, em sua origem no Rio de Janeiro, composto por trabalhadores livres, prestamistas, mascates, servidores da Guarda e escravos urbanos, destacando, ainda, o papel dos bares como abrigo de viajantes e estalagem, acompanhados de petiscos e bebidas alcoólicas. A investigação de Maia e Chao (2012) destaca que esses espaços eram adjetivados pejorativamente:

> Como lugares desagradáveis e de mau uso aos olhos das classes mais abastadas, é verdade, mas bastante frequentado pelos populares, a trajetória das butiquinhas, botecos, tabernas, quiosques e qualquer outro local que oferecesse comidas e bebidas a preços acessíveis, além da boa conversa (às vezes nervosas) reafirmavam-se como espaços de lazer, diversão e entretenimento aos cariocas e àqueles que chegavam à futura Cidade Maravilhosa e posteriormente, conhecida como “cidade-botequim” (Maia e Chao, 2012, p. 19).

Sobre o bar como esse lugar de encontro, Georg Simmel (1996) argumenta que a sociabilidade é o conteúdo de interesses que gera a aproximação com outras pessoas e dá lugar ao prazer de se estar junto, compartilhando modos de agir, costumes e emoções, entendendo o bar como lócus desse encontro.

Com o tempo e as reformas urbanas, os cafés, confeitarias, restaurantes e botequins foram aprimorando as sociabilidades, reinventando os seus espaços,

aperfeiçoando os seus cardápios e firmando-se como parte da cultura e boemia carioca (Maia e Chao, 2012).

As reformas urbanas realizadas na região central do Rio de Janeiro ao longo do século XX foram determinantes nas mudanças pelas quais passaram os bares e, assim, de perseguidos, os botequins ganharam visibilidade e aceitação, até chegarem aos festivais de gastronomia e roteiros turísticos, como já acontece em outras partes do mundo.

É importante considerar que o comer e beber juntos libera uma enorme força socializadora, para Simmel (2004), considerando que a sociabilidade é o triunfo de forma sobre conteúdo, como um "jogo formal", onde o convívio social é mais importante do que qualquer finalidade desse convívio ou o próprio conteúdo dele. Ou seja, uma pessoa que vai ao bar está se integrando a uma forma de convívio social, com regras próprias.

Maffesoli (2005) chega a elaborar que, em uma análise socioantropológica, os ritos praticados nessas situações remetem, inclusive, a ritos quase religiosos; assim, existe uma sociabilidade criada em torno dos bares que, para o autor, resulta em um "laço comunicacional específico", porque a mesa permite a comunicação, ela é o lugar de afetos e desafetos; a mesa de bar representa toda a teatralidade que une os contrários e provoca a comunhão. Assim:

> O botequim é, portanto, o espaço privilegiado desse fenômeno cultural, invisível de tão incorporado ao imaginário das pessoas (...) E embora esteja, como não poderia deixar de ser, inexoravelmente adaptado à contemporaneidade, guarda um espírito que remonta ao passado. Um tempo ido, impreciso, sentimental e subjetivo, mas que é o alicerce fundamental a uma noção de tradição que permite ao boêmio de hoje, separar o joio do trigo na profusão de barzinhos, pés limpos, lanchonetes e restaurantes. É no botequim que o morador do Rio tece um sentido de identidade carioca, reconhecida por ele e por que vem de fora (Mello, 2015, p. 242-243).

Independentemente da distribuição territorial dos bares registrados, o bar está profundamente disseminado por toda a cidade do Rio de Janeiro. Dados de 2020 da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio de Janeiro (Abrasel RJ) apontam que a cidade possui mais de 10 mil registros de estabelecimentos, responsáveis por 110 mil empregos diretos, e que os bares estão presentes em todos os bairros da cidade.

3.2 Rua da Cerveja

A reflexão ainda está inserida na atualidade dos projetos de reativação da região, como o Reviver Centro,[25] direcionado à recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central do Rio. No entanto é importante notar que o Reviver Centro é, por definição, um Projeto Urbano. Ou seja.

> Art. 67. O Projeto Urbano será elaborado para implementar políticas, diretrizes, planos e programas propostas por este Plano Diretor, com os seguintes objetivos:
> I - requalificação de áreas da Cidade;
> II - dinamização de economias locais;
> III - implantação ou ampliação de infraestruturas urbanas e de transportes coletivos;
> IV - recuperação do patrimônio histórico;
> V - implementação ou complementação de políticas, diretrizes, planos e programas.
>
> Parágrafo único. O Projeto Urbano poderá ser:
> I - de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, quando sua realização for prioritária para o interesse coletivo;
> II - de iniciativa privada, quando constituir-se como proposta voluntária de agente ou conjunto de agentes privados;
> III - vinculado à implementação de uma operação urbana consorciada.

Segundo a própria prefeitura o objetivo do projeto é: atrair uso residencial e “mudar a percepção do centro”. É importante notar que por mais de meio século, os bairros centrais da cidade do Rio de Janeiro não receberam investimentos significativos em projetos imobiliários residenciais. Monteiro e Garcia (2023) destacam que a partir da década de 1960, a atuação do setor na área central praticamente limitou-se à incorporação de empreendimentos comerciais e de escritórios, consolidando então o centro como principal polo econômico da região metropolitana fluminense. Assim, os grandes projetos de “renovação” urbana, regulamentos restritivos à produção habitacional e o desinteresse de grupos de

[25] https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/pages/abrangencia

renda superior em residir na área central arrematataram esse objetivo (Monteiro e Garcia, 2023). No entanto, é possível observar uma retomada de investimentos imobiliários nos bairros centrais do Rio de Janeiro, com destaque para os empreendimentos vinculados ao Reviver Centro, criado em 2021 pela Prefeitura. Monteiro e Garcia (2023) avaliam que o objetivo do programa é promover uma "requalificação urbana e ambiental" por meio de incentivos à conversão de imóveis comerciais para uso habitacional – operações de retrofit – e à construção de novos empreendimentos residenciais.

Nos mesmos moldes do Reviver a prefeitura do Rio lançou a Rua da Cerveja, o programa que transformará a Rua da Carioca em um local repleto de fábricas da bebida e brewpubs (local onde ela é produzida, comercializada e consumida). As lojas inscritas no projeto recebem subvenção municipal e precisam estar vazias e ser de fachada ou ter algum contato com a rua. Já as cervejarias precisam produzir e comercializar seus rótulos, propor atividades e eventos que envolvam o público e funcionar à noite e aos finais de semana.

É importante considerar o que essas contrapartidas, principalmente no que diz respeito ao uso do espaço público, tem a contribuir para a discussão sobre patrimônio e sociabilidade.

Outro marco importante de ser observado é a relação entre a Rua da Cerveja e a criação de distritos temáticos para o Reviver Centro. Sobre os distritos Monteiro e Garcia (2023), destacam que

> O programa define ainda políticas setoriais por meio da criação de uma série de "distritos" especiais na área central da cidade. Foram criados: o Distrito da Diversidade Cultural, o Distrito de Baixa Emissão de Carbono, o Distrito de Vivência e Memória Africana e ainda, o Distrito do Conhecimento do Centro. O primeiro desses distritos tem por meta, a revalorização do patrimônio cultural da área central, destacando ainda, o patrimônio vinculado a setores LGBTQIA+ e a memória negra. (Monteiro e Garcia, 2023, p.6-7)

Ainda sobre o Reviver é importante notar que as metas do programa estabelecem também um amplo conjunto de ações de zeladoria urbana, elaborado a partir de problemas apontados nos surveys elaborados pela Prefeitura. As respostas indicavam que grande parte da dificuldade para atração de novos

moradores estava relacionada fundamentalmente a questões de acessibilidade, segurança, o estado das calçadas e aumento da presença de pessoas em situação de rua (Monteiro e Garcia, 2023).

Sobre os planos de renovação urbana é importante estar atento aos impactos potenciais de Projetos como o Reviver Centro e a Rua da Cerveja. Carlos Nelson (2017) avalia que as intervenções têm o potencial de excluírem a “mistura” de pessoas das áreas centrais.

Como identificado anteriormente, é importante considerar que a Rua da Carioca já está inserida no âmbito do projeto do Corredor Cultural, que deu início a políticas públicas municipais voltadas à proteção do ambiente construído. Nele, conjuntos arquitetônicos representativos das diversas fases de ocupação da cidade passaram a integrar as atuais áreas urbanas protegidas. Carlos Nelson observa que no centro do Rio há muitos prédios com rica arquitetura erradamente tida como decadente e que sobreviveu “por esquecimento ou milagre”, e quanto na prática isso depõe também sobre sua vitalidade

Na ocasião do lançamento do Corredor Cultural, a novidade do prestígio às áreas contempladas estimulou a adesão dos comerciantes da Saara e da Sociedade dos Amigos da Rua da Carioca (Sarca) ao projeto (Oliveira, 2018). Caso semelhante acontece agora com a adesão das mais de 13 cervejarias, até o momento, ao projeto da Rua da Cerveja. E, como mapeado por Monteiro e Garcia (2023), 13 empreendimentos imobiliários residenciais também aderiram ao Reviver Centro.

Para usar a metáfora de Carlos Nelson, ao considerar a cidade como um jogo de cartas existe uma evidente tensão entre a preservação, a vitalidade urbana e os investimentos tanto do poder público quanto da iniciativa privada na região central do Rio de Janeiro. Em sua análise Oliveira (2018) relembra que

> No mundo atual, onde tudo parece ser patrimônio, então tudo deveria ser conservado. Isso se apresenta como uma impossibilidade e passa a ser importante e necessário considerar que, “da mesma forma que a memória supõe o esquecimento, a cidade para existir pressupõe a demolição para se construir o novo”, como diz François Dosse (2013:87) citando Françoise Choay. Ou, como diz Carlos Nelson, “preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo”.

(p.9)

Cabe analisarmos futuramente a sustentabilidade e efetividade tanto do Reviver Centro quanto da Rua da Cerveja. É evidente que a pandemia de Covid-19 precipitou um processo de esvaziamento econômico já em curso na área central do Rio de Janeiro. Assim, a refuncionalização é a aposta para a vitalidade do tecido urbano central. Monteiro e Garcia (2023) compartilham as impressões iniciais sobre o Reviver Centro, considerando que ele, em um primeiro momento,

> “reproduz um padrão de produção do espaço urbano que contem um déficit democrático, em especial por não comportar os instrumentos necessários que garantam a permanência no local de populações vulneráveis, que até o momento não se mostraram atendidas pelo programa. Parece-nos portanto indispensável avançar na análise dos desdobramentos do Reviver Centro e de que maneira o ímpeto da valorização fundiária será compatibilizado com a garantia do direitos de grupos sociais tradicionalmente estabelecidos na área central do Rio de Janeiro”

CONCLUSÕES

A presente dissertação de mestrado procurou investigar a relação que existe entre o patrimônio, a Rua da Carioca e o Bar Luiz. Para tanto, foram definidos dois objetivos gerais, o primeiro, identificar como/se a patrimonialização da Rua da Carioca influencia na relação dos diferentes atores com os bens. E o segundo, investigar as tensões entre a proteção ao Bar Luiz, o cotidiano dos moradores e o acesso de turistas e visitantes.

Nesse contexto, é possível avaliar que o percurso da pesquisa como um todo foi um processo de amadurecimento, descoberta de novos questionamentos e alguns obstáculos. Por isso, foram realizados diversos ajustes na trajetória da pesquisa, de modo a viabilizar a investigação. Como qualquer outra pesquisa desenvolvida desde 2019, a pesquisa foi impactada pela pandemia de covid-19, que teve o seu fim oficialmente decretado pela Organização Mundial da Saúde no início de 2023.

A reboque da pandemia, o objeto em si da investigação foi profundamente afetado pelas mudanças nos modos de consumo, sociabilidade e trabalho que, em grande parte, foram convertidos para formatos remotos digitais, o que impactou de maneira particular as áreas centrais de grandes cidades mundo afora, e não seria diferente com o Rio de Janeiro.

Através das referências ao Bar Luiz encontradas na hemeroteca digital, foi possível descortinar não somente informações sobre os estabelecimentos, como também sobre os seus frequentadores e as dinâmicas urbanas em que estão inseridos. Como não poderia deixar de ser, o pós-pandemia também acabou sendo incorporado à investigação, tangenciado, principalmente, pela retomada parcial do fluxo de pessoas no centro do Rio e pelas políticas públicas de reestruturação urbana, como é o caso do projeto da Rua da Cerveja e do Reviver Centro, direcionado à recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central do Rio de Janeiro.

É importante pontuar que os gráficos, mapas e tabelas produzidos a partir das investigações são, também, um esforço de síntese da relação única estabelecida entre os lugares e os bares investigados. As informações funcionam, ainda, como documentação dos processos e dos mecanismos de proteção de bares tradicionais como patrimônio cultural, que ocorrem ao longo do tempo.

As diversas menções em periódicos ao bar investigado e as referências ao aspecto patrimonial, tradição, preço praticados, referências aos frequentadores,

inclusive observações de gênero e referências ao turismo encontradas nas buscas da Hemeroteca Digital são uma síntese do cotidiano e da relevância do estudo de um bar tradicional, como é o caso do Bar Luiz e da Rua da Carioca.

O papel da atividade turística fica mais evidente no, agora fechado, Bar Luiz. Destacando que não é suficiente, para um bar tradicional, servir como mero fetiche, cenário ou se distanciar do cotidiano dos moradores. As menções nos jornais, por exemplo, reforçam que nem a salvaguarda, nem o turismo foram suficientes para garantir o funcionamento do bar, o que reforça a complexidade dessas dinâmicas.

Outra observação importante, aponta no sentido de complexificar o papel da Rua da Carioca nesse processo. O que denota que o esvaziamento que o Bar Luiz e os outros estabelecimentos sofreram ao longo do tempo, potencialmente, tem mais relação com aspectos políticos, urbanos e sociais, uma vez que a região central passou por profundas reformas e transformações ao longo do tempo, inclusive pelo esvaziamento.

A visitação do circuito de botequins do Patrimônio Cultural Carioca ainda está no campo do potencial e, embora não haja um acompanhamento dessa frequência por parte da prefeitura ou dos estabelecimentos, o fluxo, se é que ele existe, ainda dialoga muito mais com o próprio morador da cidade do que com o turista em si.

Como é possível observar, as reflexões envolvidas na investigação se estabeleceram a partir do diálogo entre diversos teóricos, de diferentes campos, mas permaneceu sempre ao redor dos eixos principais: patrimônio e turismo. Nesse sentido, é importante pontuar como alguns conceitos foram determinantes para a construção das análises; entre eles, o conceito de lugar, particularmente em relação ao bar. Essa perspectiva foi chave para incorporar o aspecto afetivo à análise.

Entretanto o tema da pesquisa merece um maior aprofundamento, principalmente a partir das interfaces que ultrapassam o escopo da pesquisa, como: a apropriação da cultura e do patrimônio como mercadoria pelo segmento turístico; as intersecções entre as políticas públicas para o patrimônio e as voltadas para o turismo; as dimensões da interface entre cotidiano e cidade.

Por fim, a discussão proposta ao longo da investigação elabora elementos úteis para a gestão da salvaguarda, como a continuidade, os limites e os potenciais da atividade turística e as reflexões sobre valor.

É importante destacar que a presente pesquisa não pretende encerrar o assunto; ao contrário, o objetivo é encontrar correlações e traçar paralelos entre as diferentes linguagens sobre a cidade, que está sempre em movimento. Assim, uma pesquisa mais ampla e elaborada poderia, sem dúvida, explorar esse terreno não explorado e acompanhar os desdobramentos de políticas como as do caso do Reviver Centro e da Rua da Cerveja.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio. **Sobre a memória das cidades**. In: FRIDMAN, F.; HAESBAERT, R. (Orgs.). Escritos sobre espaço e história. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ARANTES, Otilia**. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas.** In: ARANTES, O. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARRETO, Margarita. **Turismo y cultura: relaciones, contradicciones y expectativas.** El Sauzal: ACA y Pasos, 2007.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica.** Lisboa: Edições 70, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Passagens.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CASCO, Ana Carmen Jara. **Rio de Janeiro – uma cidade tra(duz)ída pelos mapas.** URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 2, 2019, p. 371–400. https://doi.org/10.20396/urbana.v10i2.8648561

CASTRIOTA, L. **Conservação e valores – pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio.** In: GOMES, M.; CORRÊA, E. (orgs.). Reconceituações contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EdUFBA, 2001.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos.** São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Ana Monteiro de Barros Hardmande**. Bares e botequins tradicionais: patrimônios culturais para sustentabilidades na cidade do Rio de Janeiro** – Dissertação (Mestrado em Geografia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTRO, Celso. **Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro.** In: Velho, G. (org.). Antropologia urbana – cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney**. Trabalho, lar e botequim.** Campinas: Editora UNICAMP, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COSTA, Amanda Danelli; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. **Bares tradicionais cariocas: bens culturais como atrativos turísticos do Rio de Janeiro.** In: Narrativas e performances de consumo na cidade [livro eletrônico] / organização Ricardo Ferreira Freitas, Ronaldo George Helal, Denise da Costa Oliveira Siqueira. Rio de Janeiro: Editora Ayran, 2021.

COZEN, Michael. **As paisagens urbanas históricas na Inglaterra: um problema de geografia aplicada.** In: CASTRIOTA, Leonardo. (Org.). Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p. 46-67. Coleção Arquitetura e Cidade - Coedição com a Editora UFMG.

DEALTRY, Giovanna. **O romance relâmpago de Luiz Ruffato: um projeto literário-político em tempos pós-utópicos.** In: DEALTRY, Giovanna; LEMOS, Masé; CHIARELLI, Stephania. Alguma prosa: ensaios sobre literatura brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, François. **Conceitos chave de Museologia.** São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades.** São Paulo: Saraiva, 2006.

DROUIN, Martin. **Le combat du patrimoine à Montréal (1973 -2003).** Press de l'Université du Québec. Québec: 2007.

FALCÃO, J. **A Redução do Brasil.** Folha de São Paulo, 4 de maio de 2000.

FEIJÓ, Léo. **Cidade-botequim**, pp-244-245. In: MELLO, Paulo e SEBADELHE, Zé (orgs.). Memória afetiva do botequim carioca. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2015.

FERNANDES, João. **Artes Visuais, Representações e Marketing Territorial.** In: Patrimônio Cultural e Paisagístico. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2012.

FERNANDES, JOSÉ RICARDO ORIÁ. **O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010).** Seminário Internacional de Políticas Culturais. Casa de Rui Barbosa. Disponível em http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Politicas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_JoseRicardoFernandes_O_direito_a_memoria.pdf s.d.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio.** Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000, pp. 11-21.

FORTUNA, Carlos. **Simmel e as cidades históricas italianas**: Uma introdução. Revista Crítica de Ciências Sociais, 67 | 2003, 101-107.

FORTUNA, Carlos; SANTOS, Augusto. A **cidade do lado da cultura: espacialidades sociais e modalidades de intermediação cultural.** In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). A Globalização e as Ciências Sociais, São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Wanda. **Dos cafés parisienses aos botequins cariocas: a dinâmica das calçadas.** Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FREITAS, Ricardo Ferreira; FORTUNA, Vania Oliveira. **O Rio de Janeiro continua lindo, o Rio de Janeiro continua sendo um grande palco de megaeventos.** In: FREITAS, Ricardo Ferreira; BORELLI, Silvia H. S. (Orgs.) Comunicação, narrativas e culturas urbanas. Rio de Janeiro: Ed. EDUC/ EDUERJ, 2009, pp. 99-117.

FREITAS, R. F.; AZEVEDO, E. C. **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação.** (Org.) Denise da Costa Oliveira Siqueira. Porto Alegre: Sulina, 2015.

GAGLIARDI, Clarissa Maria Rosa. **O patrimônio cultural como atrativo turístico.** In: NETTO, A. P. e ANSARAH, M. G. R. Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização. São Paulo: Manole, p. 149-162, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie**. Lembrar escrever esquecer.** Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin.** Perspectiva, 2009.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas.** As Afinidades Eletivas. Tradução de Erlon José Paschoal. Penguin-Companhia, 2014.

GOMES, Danilo. **Cafés do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Kosmos, 1989.

GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

GOMES, Renato. **Todas as cidades, a cidade: Literatura e experiência urbana.** Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.º 23, p.15-36, jan/jun, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento.** In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Orgs). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2.ed., p. 25-33, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio.** São Paulo, Espaço e debates, n 39, 1996, p. 48-64.

HOBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições.** São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLZER, Werther. **O conceito de Lugar na Geografia Cultural-Humanista.** Revista Geographia, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 2003.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011[1961].

KLEIN, Juan-Luis; SHEARMUR, Richard. **Montréal la cité des cités.** Université du Québec, Québec, 2017.

LA ROCCA, Fabio. **A construção social das emoções: corpo e produção de sentidos na comunicação.** (Org.) Denise da Costa Oliveira Siqueira. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LAVANDOSKI, Joice; GIGLIO, Gabriel. **Botequins tradicionais do Rio de Janeiro: estratégia de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica Vol. XIII, n° 2, agosto – 2019.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias: antropologia das emoções.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEITE, Edson; CAPONERO, Maria Cristina. **As possíveis articulações entre preservação do patrimônio, turismo e desenvolvimento econômico e sua trajetória no Brasil a partir dos anos 1960.** Revista Confluências Culturais, vol. 4, n.º 1, mar., p. 9-19, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade.** Porto Alegre: Sulinas, 2005.

MAIA, João Luis de Araújo; CHAO, Adelaide Rocha de La Torre. **Boticas, Butiquinhas, Botecos, Botequins: sociabilidades e comensalidades dos espaços de lazer popular do moderno Rio de Janeiro.** LOGOS 49 VOL 25 N 01 PPGCOM UERJ COMUNICAÇÃO, TERRITÓRIOS E RE-EXISTÊNCIA – 2, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso.** 3a ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARKOWITZ, Michele Andrea. **Fazer parte da classe média: práticas discursivas em um bar no Rio de Janeiro e em um café em Buenos Aires.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação Em Antropologia Da Universidade Federal Fluminense - UFF, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar**. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos.** Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar.** In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MELLO, Paulo. **A boemia segue seu rumo,** pp-241-243. In: MELLO, Paulo e SEBADELHE, Zé (orgs.). Memória afetiva do botequim carioca. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2015.

MENESES, Ulpiano. **A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, Victor Hugo et alli. (Org.) Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006.

MENESES, Ulpiano. **Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana.** In: Revista USP. São Paulo: Edusp, n. 30, p. 144-155, 1996.

MENESES, Ulpiano. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas".** In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural:

desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2012, pp. 25 a 39.

MENEZES, Wagner Chagas de. **O punga saiu do entulho: o pequeno comércio do Rio de Janeiro às vésperas da reforma Pereira Passos**. Revista Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 77-109, 2003.
MICELI, Sérgio. **SPHAN: refrigério da cultura oficial.** RPHAN, Rio de Janeiro, 22, p. 44-47, 1987.

NÓR, Soraya. **O Lugar como Imaterialidade da Paisagem Cultural**. Paisagem e Ambiente: Ensaios - N. 32 – São Paulo, 2013. p. 119 - 128.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania** In: MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

OLIVEIRA, Ana Carolina (2017): **Um Rio que passou: representações da Cidade do Rio de Janeiro na cartografia turística e no samba.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza. **Centro Histórico – Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano.** In: Geographia, ano 7 7, nº 14. Niterói/RJ, UFF, 2006.

PAIVA, Ricardo. **Turismo, produção e consumo do espaço.** In: VARGAS, H.; PAIVA, R. (orgs.). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri: Manole, 2016.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani. **Ler a cidade pela janela de um ônibus**. Providence, ano 26, n. 48. Brasil, 2013. p. 36.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural: uma visão antropológica.** El Sauzal: ACA y Pasos, 2009.

PESAVENTO, Sandra. **História e História Cultural.** Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **Um patrimônio de palavras.** In: Plano Estadual de Cultura. Disponível em: http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/plano-estadual-de-cultura). Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, Marly. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo.** In: Turismo e patrimônio cultural. FUNARI, P.; PINSKY, J. (Org.). 5 ed. São Paulo: Contexto 2016.

SALLAS, Ana Luisa. F**. 30 Anos da Constituição de 1988 - Uma democracia em (Re) Construção.** Sociologias Plurais, v. 4, p. 187-190, 2018.

SAMPAIO, Andréa da Rosa; SOARES, Gabriel V. **Preservar não é (só) tombar.** O (o)caso da rua da Carioca, Rio de Janeiro. Arquitextos, São Paulo, n. 252.07, Vitruvius, maio 2021 https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.252/8107.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. **Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro**: entre a renovação e a conservação. Revista AGCRJ, n. 10, 2016, p. 193-212.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. **Vazios urbanos e Patrimônio Industrial**: interfaces com o ordenamento urbanístico e o patrimônio cultural. In: BORDE, A.L.P. (Org.) Vazios Urbanos: Percursos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012, p. 142-169.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração**: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. Cadernos PPG-AU/UFBA, Vol. 3, (2004). Santos, Carlos Nelson F., Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. In: Revista Projeto n. 86. São Paulo: Projeto Editores, 1986

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

SANTOS, Georgia Caetano de O. S. **Autenticidade e Nostalgia na Experiência de Consumidores de Bares e Botecos de Belo Horizonte: Cidade Criativa da Gastronomia.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação

SCHULZ, Norberg. **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995).** Organizado por Kate NESBITT. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNA, Ernesto. **O velho comércio do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garnier, 1908.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: As Tiranias da Intimidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Original 1974.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **A produção social da identidade e da diferença.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

SILVA, Maria Laís Pereira da; ANDRADE, Luciana da Silva; CANEDO, Juliana. **Múltiplas faces do porto do Rio ou onde reside a maravilha: a riqueza socioespacial da moradia popular.** In: VAZ, Lilian Fesller; REZENDE, Vera F.; MACHADO, Denise Pinheiro (Org.). Centros urbanos: transformações e permanências. 1 ed. Rio de Janeiro: Casa 8: PROURB, 2012.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal.** In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. Sociologia. São Paulo: Ática, 1996.

SIMMEL, Georg. **Sociologia da refeição.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n.33, p. 159-166, jan./jun. 2004.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

VAZ, Lilian Fessler; SANTOS, Juliana Maria. **Um outro olhar sobre o urbanismo e a cultura: o samba e sua territorialização na cidade do Rio de Janeiro.** IX Seminário de História da cidade e do urbanismo v.9, n.3. São Paulo, 2006.

VAZ, Lilian; VASCONCELLOS, Lélia. **Outros olhares sobre a área central do Rio de Janeiro.** III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Enanparq, 2014.

WANIS, Américo. **Cidade criativa: política urbana e cultural na reconstrução simbólica do Rio Olímpico.** V Seminário Internacional – Políticas Culturais – 7 a 9 de maio/2014. Setor de Políticas Culturais – Fundação Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2012.

ZUKIN, Sharon**. Changing Landscapes of Power: Opulence and the Urge for Authenticity.** International Journal of Urban and Regional Research. Volume 33.2 June, 2009.

ZUKIN, Sharon. **Naked City: the death and life of authentic urban places.** Nova York: Oxford University Press, 2011.

LEGISLAÇÕES

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 de outubro de 1988.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 23.162**, de 21 de julho de 2003. Institui o registro de bens de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Carioca e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2003.

RIO DE JANEIRO. **Lei no 3.947**, de 16 de março de 2005. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural carioca e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2005.

RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar no 111**, de 01 de fevereiro de 2011. Institui o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2011A.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 34.869**, de 5 de dezembro de 2011. Cria o cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais – Patrimônio Cultural Carioca. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2011B.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 36.605**, de 11 de dezembro de 2012. Declara Patrimônio Cultural Carioca bares e botequins tradicionais que menciona. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 37.086**, de 3 de maio de 2013. Dispõe sobre a elaboração de estudo sobre o valor histórico-cultural das atividades comerciais desenvolvidas na Rua da Carioca e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2013A.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 37.271**, de 12 de junho de 2013. Determina a abertura do Livro de Registro das Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2013B.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 37.273**, de 12 de junho de 2013. Cria o Sítio Cultural da Rua da Carioca, tomba os imóveis que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2013C.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 38.645**, de 2 de maio de 2014. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2014A.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 39.705**, de 30 de dezembro de 2014. Cria o Cadastro dos Negócios Tradicionais e Notáveis. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2014B.

RIO DE JANEIRO. **Resolução IRPH no 02**, de 18 de outubro de 2016. Define o conceito de “Atividades Econômicas Tradicionais e Notáveis” e estabelece diretrizes para salvaguarda destes bens culturais de natureza imaterial. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Decreto no 43.914**, de 31 de outubro de 2017. Registra, como patrimônio cultural imaterial, os bens que menciona, e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Poder Executivo, 2017.

ANEXOS

Anexo 1

DECRETO Nº 23162 DE 21 DE JULHO DE 2003

Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural carioca e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Programa de Proteção e Valorização do Patrimônio Cultural e do Meio Ambiente Urbano previsto no Plano Diretor, Lei Complementar n.º 16/92; considerando a necessidade de proteger formas de expressão, modos de fazer e viver, criações científicas, tecnológicas e artísticas, manifestações culturais e sociais que conferem identidade cultural ao povo carioca; considerando a necessidade de se preservar a memória coletiva da sociedade carioca;

DECRETA

Art. 1.º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural carioca.

Art. 2.º Os Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituam o patrimônio cultural carioca serão registrados da seguinte forma:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Atividades e Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos as áreas urbanas, as praças, os locais e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas.

a) Poderá ser reconhecida como sítio cultural carioca área de relevante interesse para o patrimônio cultural da cidade, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

a. § 1.º Caberá ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural determinar a abertura de outros livros de registro para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural carioca e não se enquadrem nos livros definidos neste artigo. § 2.º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância local para a memória, a identidade cultural e a formação social carioca.

Art. 3.º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: I - o Secretário Municipal das Culturas; II - o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural ou seus Conselheiros; III - o órgão executivo municipal do patrimônio cultural; IV - as demais Secretarias Municipais ou órgãos da administração municipal; V - as sociedades ou associações civis.

Art. 4.º As propostas para registro serão dirigidas ao órgão executivo municipal do patrimônio cultural que, após análise técnica, as submeterá ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. § 1.º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo órgão executivo do patrimônio cultural. § 2.º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes. § 3.º A instrução dos processos poderá, por solicitação do órgão executivo municipal de proteção do patrimônio, ser complementada com informações de outras entidades, pública ou privada, que detenham conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. § 4.º O parecer do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural será publicado no Diário Oficial, para eventuais pronunciamentos da sociedade em geral sobre o registro, que deverão ser apresentados ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Art. 4.º O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Chefe do Executivo. § 1.º Em caso de decisão favorável do Prefeito, o bem será inscrito no livro correspondente e será classificado como "Patrimônio Cultural Carioca".

Art. 5.º À Secretaria Municipal das Culturas cabe assegurar ao bem registrado: I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao órgão executivo municipal do patrimônio cultural manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo. II - ampla divulgação e promoção. Parágrafo único. A Secretaria Municipal das Culturas poderá propor a criação de outras formas de incentivo para a manutenção dos bens registrados.

Art. 6.º O órgão executivo do patrimônio fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural

Carioca". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2003 - 439º da Fundação da Cidade.

CESAR MAIA

Anexo 2

DECRETO Nº 34869 DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011

Cria o cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais - Patrimônio Cultural Carioca.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a importância cultural dos Bares e Botequins Tradicionais como locais de convivência democrática, que traduzem o “espírito” carioca de comemorar, de reunir, de festejar;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer políticas de incentivos para a valorização e conservação dos valores patrimoniais inerentes a esses bens culturais da cidade, que passam por processo de transformação ou de desaparecimento;

CONSIDERANDO as singulares características dos bens em questão que, por força da sua continuidade histórica e de sua relevância local, se tornaram referência para a memória, a identidade cultural e a formação social carioca;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a memória intangível da cultura carioca;

e CONSIDERANDO o parecer do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (CMPC) no processo nº 01/005.542/2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais - Patrimônio Cultural Carioca, nos termos do art. 132, § 2º, da Lei Complementar 111, de 1º de fevereiro de 2011.

Art. 2º O órgão municipal de proteção do patrimônio cultural deverá providenciar a inscrição no Cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais - Patrimônio Cultural Carioca dos estabelecimentos abaixo relacionados:

Café Lamas – Rua Marquês de Abrantes, 18. Flamengo – 1874.

Bar Luiz – Rua da Carioca, 39. Centro – 1887.

Nova Capela – Avenida Mem de Sá, 96. Centro – 1903.

Casa Paladino – Rua Uruguaiana, 226. Centro – 1906.

Bar Brasil – Avenida Mem de Sá, 90. Centro – 1907.

Armazém do Senado – Rua Gomes Freire, 256. Centro – 1907.

Bar do Jóia – Rua da Conceição, esquina com a Rua Júlia Lopes. Centro 1909.

Restaurante 28 – Rua Barão de São Félix, 28. Centro – 1910.

Armazém São Thiago (ou Bar do Gomes) – Rua Áurea, 26. Santa Teresa – 1919.

Cosmopolita – Travessa do Mosqueira, 4. Centro – 1926.

Bar Lagoa – Avenida Epitácio Pessoa, 1674. Lagoa – 1934.

Adega Flor de Coimbra – Rua Teotônio Regadas, 34. Centro – 1938.

Parágrafo único. O órgão executivo municipal de proteção do patrimônio cultural deverá realizar os estudos necessários à inscrição dos bens citados neste artigo no Livro de Registro das Atividades e Celebrações e/ou no Livro de Registro dos Lugares, conforme estabelecem o Decreto nº 23.162, de 21 de julho de 2003, e a Lei nº 3.947, de 16 de março de 2005.

Art. 3º O órgão executivo municipal de proteção do Patrimônio Cultural poderá promover o cancelamento da inscrição no Cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais - Patrimônio Cultural Carioca, caso o bem cultural não preserve as características marcantes que o identificaram como representativo desta categoria patrimonial. Parágrafo único. Caso verifique que a hipótese é de cancelamento da inscrição do bem no Cadastro dos Bares e Botequins Tradicionais - Patrimônio Cultural Carioca, o órgão executivo municipal de proteção ao patrimônio cultural deverá comunicar ao estabelecimento os fatos que justificam o cancelamento do cadastro e estabelecerá o prazo de 30 dias para a apresentação de defesa. Rejeitada a defesa, o cancelamento da inscrição será efetivado.

Art. 4º O órgão municipal de proteção do Patrimônio Cultural deverá buscar, em conjunto com outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal e instituições de caráter privado, meios de incentivos à conservação das características de ambiência e manutenção das atividades dos bens declarados.

Art. 5º O enquadramento dos estabelecimentos no Cadastro do Patrimônio Cultural Carioca dos Bares e Botequins Tradicionais autoriza a obtenção dos benefícios previstos na legislação pertinente, bem como outros incentivos que venham a ser criados.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 2011 - 447º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D. O RIO 06.12.2011

Anexo 3

DECRETO Nº 36605 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara Patrimônio Cultural Carioca bares e botequins tradicionais que menciona.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a existência do Registro de Bares e Botequins Tradicionais como Patrimônio Cultural Carioca o qual considera tais estabelecimentos como locais de convivência democrática que traduzem o “espírito” carioca de comemorar, de reunir, de festejar;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar mecanismos de incentivos para a permanência desses bens culturais da cidade que passam por processo de transformação ou de desaparecimento;

CONSIDERANDO a ancestralidade e as características dos modos do fazer dos bens em questão que, através da sua continuidade histórica e sua relevância local, se tornaram referência para a memória, a identidade cultural e a formação social carioca;

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar a preservação da memória intangível da cultura carioca na figura dos Bares e Botequins tradicionais, e

CONSIDERANDO os estudos realizados pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados Patrimônio Cultural Carioca os seguintes Bares e Botequins Tradicionais da Cidade do Rio de Janeiro, nos termos do Decreto 23.162, de 21 de julho de 2003 e da Lei 3.947, 16 de março de 2005:

I - Adega da Velha (década de 1960) – Rua Paulo Barreto, 25 lojas A e B – Botafogo;

II - Adega Pérola (1957) – Rua Siqueira Campos, 138 loja A – Copacabana;

III - Armazém Cardosão – Rua Cardoso Junior, 312 – Laranjeiras;

IV - Bar Adonis (1952) – Rua São Luiz Gonzaga, 2156 loja A – Benfica;

V - Bar Bip Bip (1968) – Rua Almirante Gonçalves, 50 loja D – Copacabana;

VI - Bar e Restaurante Cervantes (1955/65) – Rua Prado Junior, 335 loja B – Copacabana;

VII - Café e Bar Brotinho (Bar da Dona Maria) (década de 1950)– Rua Garibaldi, 13 – Tijuca;

VIII - Café e Bar Lisbela (Bar da Amendoeira) (anos 1950) - Rua Conde de Azambuja, 881 – Maria da Graça;

IX - Café e Bar Pavão Azul (1957) – Rua Hilário de Gouveia, 71, loja – Copacabana;

X - Casa da Cachaça (1960) – Avenida Mém de Sá, 110 – Lapa;

XI - Casa Villarino (1953) – Avenida Calógeras, 6 loja B – Centro;

XII - Restaurante Salete (1957) – Rua Afonso Pena, 189 loja _ Tijuca;

XIII - Bar e Restaurante Jobi (1956) - Avenida Ataulfo de Paiva, 1166- Leblon.

XIV - Bar e Restaurante Urca (1939) - Rua Cândido Gaffrée, 205 – Urca.

Parágrafo único. O órgão executivo municipal de proteção do Patrimônio Cultural inscreverá os bens citados no “caput” deste artigo no Livro de Registro das Atividades e Celebrações e no Livro de Registro dos Lugares.

Art. 2º O prazo de validade desta Declaração, conforme a Legislação vigente é de 10 (dez) anos, podendo haver revalidação por novo período, após análise pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural - CMPC.

Parágrafo único. Poderá haver o cancelamento da Declaração, caso o bem cultural não mantenha as características marcantes que o identificaram como representativo do modo tradicional carioca de Atividade e de Lugar, a critério do CMPC, ou que tenha suas atividades cessadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2012 - 448º da Fundação da Cidade.

EDUARDO PAES

D. O RIO 12.12.2012